**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA**

**A historiografia literária na Argentina e no Brasil.
Romantismo(s) e nacionalismo.**

**Diego Alejandro Molina
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha**

**São Paulo
2011**

Versão corrigida

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA**

**A historiografia literária na Argentina e no Brasil.
Romantismo(s) e nacionalismo.**

**Diego Alejandro Molina
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha**

**São Paulo
2011**

Versão corrigida

Conteúdo	
Agradecimentos.....	5
Resumo (português):	6
Abstract:	6
INTRODUÇÃO.....	7
I – <i>Corpus</i>	8
II – Início.....	11
III – Caminhos	15
CAPÍTULO 1. ROMANTISMO E NACIONALISMO: APROXIMAÇÕES A UMA DEFINIÇÃO	
.....	17
I – Romantismo: partida, nascimento, cordões e cortes	18
II – Plural	29
IV – Nacionalismo: dívidas e dúvidas de suas formulações	39
V – Crítica, historicismo e nacionalismo literários	42
VI – Fugas, ainda que com clausuras, para um presente móvel	45
CAPÍTULO 2. O ROMANTISMO AMERICANO E SUAS NOÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E	
NACIONAIS.....	50
Nota	51
I – Romantismos deste lado do Atlântico: textos e contextos.....	52
II – Breve história da historiografia literária.....	57
III – A historiografia literária argentina: potencialidade	64
IV – A historiografia literária brasileira: concretização	88
V – Redes, paralelismos, cortes: comparações	113
CAPÍTULO 3. PRIMEIRA TROCA DE OLHARES: ARGENTINA E BRASIL NA DÉCADA DE	
1840	121
I – Exílio argentino na Corte do Rio de Janeiro.....	122

II – Joaquim Norberto e José Mármol, caminhos trilhados até a troca de olhares	133
III – Os meios (e os fins): A <i>Minerva</i> e o <i>Ostensor</i> em tensão.....	137
IV – Troca de olhares: o outro, entre o nacional e o americano.....	144
V – Últimas considerações sobre a troca de olhares	153
CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES E ADENDO: PODEMOS FALAR HOJE DE LITERATURA NACIONAL?	159
I – Conclusões e demais ataduras	160
II – Adendo: o liberalismo como axioma não lógico. Do que falamos quando falamos de nacionalismo literário hoje.	170
BIBLIOGRAFIA	175

Agradecimentos

Desde minha chegada a São Paulo de Buenos Aires, foram muitas as pessoas que me brindaram com seu apoio para levar adiante este projeto. Em primeiro lugar, o professor Alfredo Bosi, cuja generosidade e confiança em meu empenho traçaram as tramas de um diálogo que agradeço e que mantenho. Agradeço à professora Cilaine Alves Cunha, que com compromisso intelectual e acadêmico soube orientar minha pesquisa. Devo agradecer, também, à professora Maria Eunice Moreira (PUCRS), que me ofereceu tão gentilmente sua produção bibliográfica sobre o nacionalismo literário no Brasil. E à professora Arlenice Almeida da Silva (Unifesp) pela participação na banca e sua sagaz leitura.

Entre meus colegas, agradeço a Cristina Yamazaki, cujos ensinamentos de português são até hoje minha base para escrever nesta língua (alheia e própria) e André Fiorussi, pelo diálogo, as críticas e os comentários.

Pelo apoio incondicional, não posso deixar de agradecer à minha família: Sido Koprowski e Maria do Socorro A. Koprowski, aqui em São Paulo e meus pais, Elena Richter de Molina e Alejandro Molina, em Buenos Aires.

Uma menção especial à generosidade de José Midlin que me abriu durante o ano de 2009 reiteradamente as portas de sua biblioteca para que eu pudesse pesquisar os originais das revistas *Ostensor Brasileiro* e *Minerva Brasiliense*.

Por último, ao longo destes anos de pesquisa, sempre tive o alento, o diálogo e a compreensão de Marília. Nada disto seria possível sem ela

Este projeto contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Resumo (português):

A literatura brasileira tem sido isolada dos estudos literários (acadêmicos, críticos e historiográficos) que tentam dar conta da chamada “Literatura latinoamericana”. Com um enfoque comparatista da produção historiográfica literária da Argentina e do Brasil românticos, esta pesquisa tem por objeto colocar em relação direta os processos discursivos que as elites letradas de cada país elaboraram no momento de criar (inventar) as nações emergentes. Desta forma se busca ressaltar as semelhanças dos processos sem extenuar nem forçar as comparações. O projeto contempla, também, a possibilidade de colocar em evidência alguns aspectos problemáticos das chamadas “literaturas nacionais” na atualidade. Para isso, analisar-se-á um corpus de textos de historiografia literária de ambos os países no contexto da produção historiográfica latinoamericana no século XIX, em particular, e ocidental, em geral. As ideias de “romantismo”, “nacionalismo” e “historiografia literária e liberal” do século XIX conformam o pano de fundo no qual se inscreve o projeto.

Palavras-chave: Romantismo, nacionalismo, historiografia literária, Estado-nação, Literatura Brasileira, Literatura Argentina, Literatura Latinoamericana.

Abstract:

Brazilian literatura has been taken aside from literary studies (as academical, critical and historiographical) that try to comprise the so-called “Latin American Literature”. Based on a comparison between Argentinean and Brazilian historiographical literary production of romantic writers, this research had as object to make a direct relation between the discursive processe elaborated by the literate elites of each country while creating (inventing) emerging Nations-Satates. Therefore, we intend to emphasize the similarities of the processes without exhaust or forcing comparisons. The project considers also the possibility of highlighting some problematic aspects of the so-called current “national literatures”. In this regard, a corpus of written literary historiography of both countries will be analyzed in the historiographical production context of Latin America, particulary, and Occident, in general, during the 19th century. Ideas of “romanticism”, “nationalism”, and “literary and liberal historiography” configure the backdrop in wich the project is inscribed.

Key-words: Romanticism, nationalism, literary historiography, Nation-State, Brazilian Literature, Argentinean Literature, Latin American Literature.

INTRODUÇÃO

*Somos o que acreditamos ser e
o que se acredita que sejamos.*

Valéry

I – *Corpus*

Com o intuito de realizar uma comparação entre a historiografia argentina e brasileira do século XIX, este estudo tem como *corpus* de análise um conjunto de produções historiográficas das literaturas de ambos os países, nas quais é possível observar uma afirmação nacional (*espírito nacional*) que perpassa pelas elites letradas pós-independentistas das duas margens do rio da Prata. Interessa-nos comparar os processos de criação de um *corpus* textual e de saberes que deram conta das “necessidades” históricas das elites que buscavam se afiançar nas correntes ideológicas progressistas do liberalismo do século XIX e nos nacionalismos emergentes. Buscamos demonstrar, dentro do possível, como e em que medida este primeiro momento de afirmação nacional está ligado à necessidade de centralização e à organização dos Estados emergentes. Por esse motivo, analisaremos uma antologia de críticas e histórias literárias dos argentinos: Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Domingo F. Sarmiento e Juan María Gutiérrez; e dos brasileiros: Joaquim Norberto de Sousa Silva, Francisco Varnhagen, Januário da Cunha Barbosa e Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Numa primeira abordagem, anterior à análise, podemos estabelecer que, se a imagem do “deserto” será o ponto de partida dos românticos argentinos para preencher (civilizar) uma natureza fascinante, porém inóspita, no Brasil, a natureza selvagem, abundante e extraordinária terá sempre suas ostentosas dimensões como ponto de partida local. Além dos “usos” da natureza e das evocações da cor local e do “gênio” que a canta, ambas as elites buscarão, de forma semelhante, concretizar no plano cultural (literário) a independência que obtiveram no plano político. Por isso, tentarão organizar, datar, analisar e erigir um monumento histórico-cultural das

nações emergentes. Como veremos, os caminhos trilhados pelas duas nações serão opostos, mas os resultados terão similitudes notáveis.

Após analisar separadamente os dois *corpus*, realizaremos as comparações pertinentes, sem forçar semelhanças nem extenuar diferenças, com o intuito de mostrar como os processos de afirmação nacional dos românticos argentinos e brasileiros passarão pelas mesmas perguntas acerca da origem, dos cortes (periodizações) e dos alcances de seus objetos. Em seguida, no Capítulo 3, abordaremos uma particularidade que não podemos deixar de lado nem obviar. Trata-se da primeira troca de olhares, com notas críticas e historiográficas, entre as literaturas argentina e brasileira. Pelas contingências políticas, a grande maioria dos românticos argentinos produziu sua obra fora do país. Os destinos de exílio se diversificaram: Montevideú foi um dos centros mais ativos das forças de oposição ao governo despótico de Juan Manuel de Rosas, mas também houve quem imigrasse para Santiago do Chile, La Paz e Rio de Janeiro. Foi na então capital do Império brasileiro que José Mármol passou grande parte do seu exílio e conheceu as figuras centrais do movimento romântico local, chegando a publicar em dois periódicos fluminenses. Também passariam pelo Rio de Janeiro, em diferentes momentos e por motivos diversos, Sarmiento, Alberdi e Echeverría.

Além das apreciações sobre a “juventude progressista” do Rio de Janeiro escritas por José Mármol, há a análise escrita por Joaquim Norberto sobre a literatura argentina que, de alguma maneira, é o primeiro panorama crítico das letras rio-platenses. Por isso, a troca de olhares nos parece notória, pois, além de evidenciar um contato pouco estudado nos meios acadêmicos, estabelece um novo ponto de

comparação, que vem do “conhecimento” do outro. Esse outro, aliás, não é qualquer um: a Argentina e o Brasil entraram em um conflito bélico entre 1825 e 1828 disputando o atual território do Uruguai (província Cisplatina), que fora a saída para o rio da Prata mais almejada pelos portugueses e, anos mais tarde, pelo Império brasileiro. E, depois de decidir o conflito por meio da arbitragem, os países beligerantes cuidaram dos seus conflitos internos. Contudo, com o aumento da perseguição política na Federação Argentina, cuja cabeça era Rosas e cujos braços eram os caudilhos do interior, a elite letrada opositora buscou aliados para combater o “tirano”, e o Brasil foi sempre uma “tentação” para eles. As apreciações de Mármol estarão permeadas dessas urgências, enquanto que as de Sarmiento (também acerca do Brasil) flutuarão de acordo com a postura de D. Pedro II que, como se sabe, finalmente apoiou os exércitos aliados, enviando tropas para combater Rosas, na batalha de Caseros (1852).

Vale mencionar que essa troca de olhares ocorreu oito anos antes da queda de Rosas. Em todos os textos, palpita-se esse véu de conflito e de afirmação nacional, retomando, a todo momento, a ideia de americanismo. O “americano”, além de resolver as inquietudes e de alimentar a procura pela cor local e pelo original (natureza), atuou como unificador de critérios de busca. Foi o americanismo que uniu, ao menos discursivamente, as elites dos países latino-americanos que, no afã de separar-se “culturalmente” das ex-metrópoles, buscavam criar e erigir Estados-nação com toda a força hegemônica de *sujeição*, para completar junto com “os outros” a separação da península Ibérica.

Reservamos para o capítulo final (Capítulo 4), as conclusões e as possíveis linhas de continuação e expansão deste projeto.

II – Início

À primeira vista, um projeto feito no século XXI que ainda se ocupa do nacionalismo literário pode parecer contraproducente. Isso ocorre não só porque os estudos pós-modernos e pós-coloniais conseguiram estatuto de autoridade universitária, mas, principalmente, porque qualquer indagação sobre o nacionalismo resulta hoje mais incômoda do que anacrônica. Por outro lado, a dimensão comparativa deste trabalho, que coloca em relação direta as produções críticas e historiográficas literárias da Argentina e do Brasil românticos, também foge das tendências acadêmicas daquilo que se costuma chamar de hiperespecialização, isto é, da tentativa de esgotamento de um único objeto de estudo.

Justificar um projeto que caminha na contramão das tendências acadêmicas vigentes, que aborda um tema cuja mera menção costuma suscitar certa impostura e que, além disso, trabalha com produções literárias escritas em duas línguas, pode parecer uma tarefa um tanto complexa. Contudo, cremos que esse tipo de estudo não só é pertinente, mas também necessário. A literatura brasileira tem sido isolada dos estudos acadêmicos e ensaísticos que tentam dar conta dos processos culturais e discursivos na América Latina. De fato, a concepção de América Latina, forjada por Napoleão III em detrimento dos interesses britânicos pelas ex-colônias ibéricas, costuma excluir — embora nunca explicitamente — o Brasil de seus alcances. Hoje,

para citar apenas um exemplo, cuja relevância, esperamos, será evidente, na Universidade de Buenos Aires (UBA), a literatura brasileira faz parte das matérias optativas e seu nome completo nos exime de maiores comentários: “Literatura Brasileira e Portuguesa”. Ou seja, estuda-se a produção literária brasileira juntamente com a da sua antiga metrópole. Já nos programas das matérias “Literatura Latino-americana I”, “Literatura Latino-americana II” e “Problemas da Literatura Latino-americana” (sendo esta última também uma matéria optativa), a literatura brasileira não está presente, a não ser transversalmente e em escassos programas.

Por outro lado, na Universidade de São Paulo (USP), as disciplinas que compõem o programa de graduação em Língua e Literatura Hispano-americana também excluem o Brasil de sua lista de disciplinas, tanto obrigatórias como optativas. Isto é, os alunos que se formam com essa habilitação devem abdicar até dos seus conhecimentos básicos em literatura brasileira. Aqueles alunos que escolhem a habilitação em Letras Clássicas e Vernáculas (literatura brasileira), por sua vez, não têm nenhum contato, ao menos no âmbito acadêmico, com a chamada literatura hispano-americana. Nesse sentido, é curioso o fato de que, em algumas universidades norte-americanas e europeias, os departamentos de Língua e Cultura Hispano-americana e Portuguesa costumam estar juntos. Um conjunto que acaba sendo visto como um todo só de fora, como já acontecia com as noções de latino-américa de Napoleão III, que, depois, tiveram no Pan-americanismo norte-americano consolidado a partir da Doutrina Monroe uma nova versão com intenções já conhecidas.

Além disso, devemos ressaltar que, diferentemente da grande maioria dos trabalhos comparatistas, esta pesquisa não estabelece a superioridade de uma

literatura, para que uma sirva como modelo para alavancar comparações com a outra, cujas características responderiam a carências ou aproximações com o modelo. Na verdade, nossa intenção é comparar as produções historiográficas literárias na Argentina e no Brasil por meio de certos postulados, que formarão as hipóteses de leitura no marco das produções historiográficas na América Latina, em primeiro lugar, e da literatura e do clima de idéias que suscitaram as revoluções Francesa e Inglesa no Ocidente, no contexto geral.

Se tomamos como foco de análise o início do chamado “nacionalismo literário” na Argentina e no Brasil, é com o intuito de demonstrar, de alguma forma, quão débil nasceu essa categoria e quantos de seus pontos não resolvidos ainda existem na atualidade. Apesar de apenas deixar o tema como sugestão para futuras pesquisas, queremos dizer com isso que, no apogeu dos chamados estudos pós-coloniais e pós-modernos, apesar dos ares de “transnacionalidade” dos estudos literários, a pergunta “O que é uma literatura nacional?” ainda continua vigente. Por sua vez, essa pergunta evoca a problematização, também rançosa, acerca do que é uma nação. Com os cânones estabelecidos, hoje se fala de “literatura brasileira colonial” com certa desenvoltura, porém veremos que os critérios para inclusão ou exclusão de certos autores são, no mínimo, questionáveis, para não dizer arbitrários. E isso ocorre desde o início da historiografia literária.

Devemos esclarecer, além do mais, que, apesar do suposto conhecimento da língua do outro (espanhol ou português), as dificuldades que costumam enfrentar os estudantes de Letras no momento de analisar obras complexas, como *Museo de la Novela de la Eterna* de Macedonio Fernández, ou *Grande Sertão: Veredas*, de

Guimarães Rosa, para citar apenas dois autores que produziram suas obras no século XX, são enormes. Talvez radique aqui a falta de trabalhos comparatistas entre essas literaturas, embora a língua não tenha impedido que se conseguissem, por exemplo, avanços importantes nas áreas de História e Economia, nas quais a língua não é nem o fundamento nem o sustento dessas disciplinas, como evidentemente ela o é na poesia. De alguma maneira, este projeto dialoga, ou estabelece um vínculo (in)direto, com os postulados e o trabalho intelectual de Ángel Rama, que foi um constante instigador da inclusão do Brasil nos estudos latino-americanos, juntamente com os países de língua francesa (Haiti, Martinica, Trindade e Tobago e Guiana francesa). Tal trabalho, de certa forma, acabou sendo realizado, em parte, por Ana Pizarro nos três volumes de *América Latina: Palabra, Literatura y Cultura*. Apesar da árdua tarefa de relacionar os caminhos paralelos das letras brasileiras e hispano-americanas não devemos desestimular-nos, pois como afirmava Rama:

Acredito, humildemente, que temos que nos propor a fazer o melhor que podemos. A consciência de que isso ainda não se fez, e de que seguramente depois se fará melhor, não deve impedir que façamos o melhor que pudermos, realizando nosso trabalho.¹

Resta dizer que não nos guia um desejo ou uma procura totalizante nem definitiva. Buscamos exatamente o contrário: acreditamos que este pequeno aporte pode estimular a criação de futuros trabalhos que reúnam, criticamente, as produções literárias do que José Martí chamava de nossa América.

---

¹ Rama, A. "Algumas sugestões de trabalho para uma aventura intelectual de integração". In: Pablo Rocca (org.). *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 169.

III – Caminhos

Ao trabalhar com conceitos de diversas abordagens e de resignificações constantes, optamos por dedicar um primeiro capítulo aos alcances e às definições do que chamaremos “romantismo” e “nacionalismo”. Também procedemos dessa maneira para, como propusemos, explicitar o contexto do clima de ideias que a Revolução Francesa iniciou no Ocidente e para definir os alcances de futuras linhas de pesquisa. Por isso, no primeiro capítulo nos ocuparemos das correntes que guiarão esta tese. Os termos “romantismo” e “nacionalismo”, como quase todos os –ismos, fogem da cristalização e de esquemas simples. Isto é, a maioria dos trabalhos que os estudam começa pela apresentação das dificuldades enfrentadas em definir ambos os movimentos. Por isso, após esta Introdução, realizaremos um itinerário pelas definições de romantismo, optando pelos Romantismos (no plural, assim como faz Otto Maria Carpeaux na sua *História da Literatura Ocidental*, ou o teórico marxista Michael Löwy em *Revolta e Melancolia*). Em seguida, estabeleceremos uma cronologia do movimento, uma periodização, uma categorização e, por último, uma descrição de seus postulados, assim como a eleição do conceito que se utilizará ao longo desta pesquisa. Um caminho similar será traçado com o termo nacionalismo, e, no segundo capítulo, com o conceito de historiografia literária. Em todo momento, levaremos em consideração, já no primeiro capítulo, as produções locais e os diálogos que as elites estabeleceram com esses movimentos.

O duplo papel de certo setor das elites letradas (como produtoras dos textos que compõe o novo —original— *corpus* nacional e como participantes do âmbito político-institucional) ocorre porque, em certa medida:

Segundo certa perspectiva, nacionalismo é aquilo que adapta vínculos primordiais a complexidades modernas. À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como o princípio de unidade social. A cultura, em outras palavras, chega intelectualmente a uma posição de destaque quando passa a ser uma força politicamente relevante.²

Essa apreciação não escapará à maioria dos integrantes do nosso *corpus* de textos que, em maior ou menor medida, participaram de projetos para organizar as nações emergentes.³ Como poderemos ver, a historiografia literária terá um papel central neste processo.

---

² Eagleton, T. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 42.

³ No caso argentino, inicialmente como *desideratio*, já que as condições do país eram precárias.

CAPÍTULO 1. ROMANTISMO E NACIONALISMO: APROXIMAÇÕES A UMA DEFINIÇÃO

O Romantismo é um vocábulo de tal modo indeterminado que cada um lhe pode colar facilmente sua própria quimera.

Mazzini

Naturaleza y arte, poesía y prosa, serio y cómico, recuerdos y presentimientos, ideas abstractas y sensaciones vivas, lo divino y lo terrestre, la vida y la muerte, todo se reúne en el género romántico.

F. Schlegel

I – Romantismo: partida, nascimento, cordões e cortes

Definir Romantismo pode parecer, a princípio, tarefa simples, pois o conceito permanece no imaginário social como rótulo, talvez alterado, porém fixo. Um palimpsesto no qual foram se agregando noções históricas, umas sobre as outras, que não apagaram totalmente as anteriores. O conceito de palimpsesto, que Thomas de Quincey chega a delinear como parte da experiência sensorial e, portanto, romântica, em *Suspiria de profundis*, interessa-nos como uma primeira aproximação à ideia de Romantismo, pois nele se imbricam discursos e ideias que, apesar de seu uso, ainda permanecem. A vigência do Romantismo é notável, pois dele, por exemplo, partiram nada menos que Marx e Freud, que desenvolveram teorias que ainda hoje alimentam produções teóricas, acadêmicas e científicas de um grande número de intelectuais no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, o simples fato de questionarmos tal definição coloca-nos na incômoda situação de saber-nos limitados para estabelecer seus alcances. Poderíamos dizer, com Santo Agostinho: quando não me perguntam, sei o que é o Romantismo, quando me perguntam, não sei. Mas: “O que é o Romantismo?”. A pergunta pressupõe uma série de questões, que vão desde a periodização e seus alcances até os atores sociais que delinearão a ideia e o papel do Romantismo.

Começemos, então, pela periodização. Estabelecer os limites de qualquer período histórico merece atenção especial, pois são diversos os marcos espaços-temporais que a historiografia estabeleceu e que até hoje permanecem cristalizados: eras, séculos, gerações, etapas etc. A eleição desses marcos acarreta uma série de pressupostos e concepções, que não só legitimam o recorte como também estabelecem parâmetros de leitura. A dificuldade da periodização está dada pela própria ideia traumática de corte, do estabelecimento da existência de um antes e de um depois. Talvez a

cronologia já prefigure —etimologicamente— esse trauma por meio do mito da castração de Cronos. Cortes, nascimentos, renascimentos: o tempo é como uma lâmina de correntes unívocas: tão outro e tão o mesmo, tão Heráclito e tão *Nous n'avons jamais été modernes*.

Consideremos, por exemplo, a chamada Idade Média. Já no século XVI, tentava-se separar as idades, dividindo os anos em uma antiguidade extinta, uma *medium aevum* que executava sua última batalha e, portanto, sua agonia, e na prefiguração de uma Idade Moderna a caminho de um futuro promissor. Em 1666, Keller (ou Christophorus Cellarius) deixava estabelecido esse recorte em sua *Historia medii aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*. Já no título está contido seu objeto: a Idade Média (*medii aevi*), que se estende desde os primeiros tempos do imperador Constantino (306-337 d.C.) até a tomada de Constantinopla (capital do Império Bizantino) pelos turcos, em 1453. Passando pela revalorização do que os românticos ingleses chamaram de Dark Age até chegar à ideia de *Uma longa Idade Média* do historiador Jacques Le Goff, há um longo caminho no qual os anos se “correm” para frente e para trás, há um corte trêmulo que ameaça deixar cicatrizes referenciais. Vejamos a definição do medievalista francês:

Acredito portanto numa longa Idade Média, porque não vejo a ruptura do Renascimento. A Idade Média conheceu diversos renascimentos, o carolíngio do século IX, mas principalmente o renascimento do século XII, e ainda o dos séculos XV-XVI se inscreve nesse modelo. Sem dúvida, o nascimento da ciência moderna no século XVII (porém o caso Galileu, em 1633, é Idade Média) e os esforços dos filósofos das Luzes no século XVIII anunciam uma era nova. Mas é preciso esperar o fim do século XVIII para que a ruptura se produza: a revolução industrial na Inglaterra, depois a Revolução Francesa nos domínios políticos, social e mental trancam com chave o fim do período medieval.⁴

---

⁴ Le Goff, J., *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 14.

Segundo o autor, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa fechariam uma pesada porta de anos, que correspondem à Idade Média. Como essas revoluções costumam ser o marco que dá início ao Romantismo, haveria uma idéia de continuidade entre os períodos; conclusão que não desagradaria alguns românticos, desde Chateaubriand até Walter Scott. Como se vê, o problema com os cortes realizados na ciência histórica, que Vico entreviu com acerto, tão modernamente, ocorre em decorrência da ideia de história como produto do homem. É o homem que produz a história, não o contrário. Foi essa consciência de “estar” na história que levou os românticos a se automecarem, ou seja, o Romantismo é o primeiro movimento a assumir o “-ismo” para si. Os nascimentos e renascimentos, então, podem prefigurar-se pelos cortes, numa separação que poderia conotar, sem pranto, a ideia de homem como umbigo do mundo. Não foi por acaso que entre o Iluminismo e o Romantismo, a exaltação do homem, fundamentalmente do burguês, fez-se notar. Porém, também existem os cortes transversais: há quem inaugure a modernidade na cicuta de Sócrates.

Qual seria o marco espaço-temporal do Romantismo? De onde parte? O que ele retoma e o que nega? Para começar a delinear uma resposta, devemos dar um passo para trás. Precisamos entender o que resta e o que se anula do Iluminismo, antes da centralização do Romantismo como movimento.

O Iluminismo, como projeto, deixou uma profunda marca no caminho das ideias do Ocidente e iluminou uma época na qual o indivíduo começava paulatinamente a se colocar como produtor de seu destino, diante de qualquer outra manifestação. Se o *cogito* cartesiano inicia a ascensão do homem para o centro do palco, em termos

históricos, as Luzes vêm a deslocar a supremacia das concepções teológicas e da noção de uma verdade transcendente fora do indivíduo: a única epifania possível estaria dada, a partir de então, pela sujeição ao tempo do indivíduo, sem revelações, porém sem contingências, os indivíduos *fazendo* suas regras, por meio de imperativos categóricos. De qualquer maneira, nem o idealismo alemão, nem o enciclopedismo francês, nem o empirismo britânico (com seu extremo racionalismo beirando o irracional), nenhum deles pode dar conta, separadamente, do cenário das mudanças que estavam eclodindo na Europa do fim do século XVIII. Se a Alemanha do *Sturm und Drang* dá uma primeira forma ao processo que concluiria, podemos pensar que, com a presença determinante do particular (original, nacional) em detrimento do universal, a época romântica veio fazer sombra sobre tanto resplendor.

Embora uma das prerrogativas do Iluminismo fosse tirar das trevas o entendimento humano, dotando-o de valores universais como a “liberdade” e a “igualdade”, não devemos nos esquecer de que, ao fazer recair toda autoridade no homem, sem magias nem prodígios possíveis, isto é, festejando a autonomia, o Iluminismo gera, com essa mesma tentativa, um “desencantamento do mundo”: tudo é natural, já nada é sobrenatural. Uma vez iniciado o processo de secularização, então, o Romantismo colocou um véu sobre o foco universalista das Luzes, eclipsando o fulgor. Assim como a mariposa de Goethe, que ao se aproximar da luz eclipsa tanto brilho enquanto que, ofuscada, busca saciar sua avidez de *chama*,⁵ o Romantismo

---

⁵ Referimo-nos ao poema de Goethe “Anelo”, cuja tradução para o português foi feita por Manuel Bandeira: “Só aos sábios o reveles, / Pois o vulgo zomba logo: / Quero louvar o vivente / Que aspira à morte no fogo. // Na noite — em que te geraram, / Em que geraste — sentiste, / Se calma a luz que alumia, / Um desconforto bem triste. // Não sofres ficar nas trevas / Onde a sombra se condensa. / E te fascina o desejo / De comunhão mais intensa. // Não te detêm as distâncias, / Ó mariposa! E nas tardes, / Ávida de luz e chama, / Voas para a luz em que ardes. // “Morre e transmuda-te”: enquanto / Não cumpres esse destino, / És sobre a terra sombria / Qual o sombrio peregrino. // Como vem da cana

gerou um recorte escuro sobre o fundo irradiante da *Aufklärung*. Uma palma aberta para cobrir o sol. Estabelecendo um deslocamento, e não uma negação, como se costuma dizer, dos modelos clássicos da antiguidade —Grécia e Roma—, o Romantismo, por um lado, resgata a Idade Média, reconhecendo-a como seu passado e, por outro lado, prefigura um futuro utópico. Trata-se de historizar, é claro, mas para dar conta de um presente convulsionado, cuja explicação resulta impossível. Não por acaso, os românticos transitaram pelo chamado *mal du siècle*. O desencantamento parece total porque o indivíduo romântico, cindido e fragmentado, padece do *Weltschmerz* (a dor do mundo), embora o eclipse seja parcial.

Parcial porque nesse processo não são poucas as coisas que permanecem, de certa forma, como pano de fundo e estímulo para o poeta, ou para o então romancista, romântico; enfim, para o artista, o chamado de verdadeiro criador. Se, com Löwy, cremos que o Romantismo é essencialmente anticapitalista (Löwy: 2008) e que na superação sintética do movimento ainda permanecem vigentes traços do anterior, isto é, o *Aufheben* hegeliano da dialética (a superação e a conservação); ou seja, se colocarmos o Romantismo sob a ótica do materialismo histórico, poderemos traçar uma linha cuja continuidade permanece até o presente. Isto é, a crítica romântica, metaliterária, realizada dentro da própria obra, tem sua continuação nas vanguardas e em toda a arte moderna, reproduzindo alguns dos seus tópicos, principalmente o *coincidentia oppositorum*. No convívio de opostos em constante tensão, a obra romântica se apresenta como oximoro, como ambiguidade, como contradição ou

---

o sumo / Que os paladares adoça, / Flua assim da minha pena, / Flua o amor o quanto possa!" (In: Bandeira, Manuel. *Alguns poemas traduzidos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, pp. 26-27).

como aporia: “Inapreensível, contraditório e proteiforme, essa nebulosa [o fenômeno romântico] parece escapar a toda definição, a toda caracterização precisa.”⁶

Ora, também as Luzes continuam presentes, e não pela assimilação romântica de alguns de seus postulados, mas por vitalidade própria, como uma estrela que, ainda que extinta há séculos, permanece visível em um presente móvel. Sobre essa continuidade, Todorov (2009) tem algumas sugestivas e eloquentes linhas:

As Luzes são ao mesmo tempo racionalistas e empiristas, herdeiras tanto de Descartes como de Locke. Elas acolhem os Antigos e os Modernos, os universalistas e os particularistas; possuem um forte apreço por história e eternidade, detalhes e abstrações, natureza e arte, liberdade e igualdade. [...] As luzes foram uma época mais de debate do que de consenso; de assustadora multiplicidade, aliás.⁷

Esse encontro de opostos, essa “assustadora multiplicidade”, talvez tenha sido parte do legado ao qual o Romantismo soube dar continuidade. Antes de Löwy e de Todorov, Lucien Goldman em “Luzes e Dialética” havia colocado nesses termos (*superação-conservação*) o racionalismo iluminista por parte de Hegel e Kant, primeiro, e de Marx, Lênin e Lukács, depois.⁸ O Romantismo, então, viria a se opor (superar-conservar) ao clima de ideias do Iluminismo mais do que a negá-lo.

Quando começa a Grande Revolução na França, artistas alemães (como Beethoven, os jovens irmãos Schlegel, Von Kleist, entre tantos outros), mas também russos e até ingleses, aderem ao chamado republicano, vendo em Napoleão Bonaparte a realização do ideal humano. Alguns extremavam suas simpatias jacobinas, como é o caso do poeta Hölderlin:

---

⁶ Löwy, M. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 12. (Debates: Filosofia)

⁷ Todorov, T. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008, pp. 13-14.

⁸ Goldman, L. “Luzes e Dialética”. In: *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Editorial Presença, 1978, pp. 63-73.

Buonaparte

Heilige Gefässe sind die Dichter
 Worin des Lebens Wein, der Geist
 Der Helden sich aufbewahrt

Aber des Geist dises Jünglings,
 Der shnelle müsst'er es nicht zersprengen
 Wo es ihn fassen wollte, das Gefäss.

Der Dichter lass ihn unberührt
 Wie den Geist der Natur
 An solchem Stoffe wird zum Knaben der Meister.

Er kann im Gedichte
 Nicht leben und bleiben
 Er lebt und bleibt in der Welt.⁹

Bonaparte

Los poetas son ánforas sagradas
 que guardan el vino de la vida,
 el alma de los héroes

Pero el alma impetuosa
 de este joven, ¿no romperá el ánfora
 que quiera contenerla?

Déjelo intacto el poeta
 como al espíritu de la Naturaleza:
 en semejante tema
 el maestro es tan sólo un aprendiz.]

Él no vive ni perdura en el poema:
 vive y dura en el mundo.

Em escassos anos, a França passa da Monarquia a República e da República a Império, com Napoleão como o “grande homem” dessas mudanças, despertando todo tipo de contrariedades, invadindo territórios onde o *Ancien Régime* ainda vigorava, entre eles várias cidades da futura Alemanha. E esses fatos terão, no curso do século XIX, consequências notáveis. Por um lado, a partir daí, será difícil localizar de forma certa na esquerda, mais ou menos radical, ou na direita, mais ou menos conservadora, os agentes engajados nesse processo. Mesmo que hoje, olhando em perspectiva (retrospectiva), as posições de Victor Hugo, por um lado, ou as de Heine, por outro, são facilmente defensáveis ao serem colocadas em termos históricos, de acordo com a ideologia predominante em cada um deles. Por outro lado, as particularidades, as nacionalidades emergentes, encontrarão eco, em todas as direções do orbe, nas (re)formulações dos *Direitos do Homem e do Cidadão*.

Logo, “superado” o clima de ideias do Iluminismo, nessa primeira aproximação, a crítica deu o mote de Pré-Romantismo ao movimento de emancipação das letras

⁹ Hölderlin, F. “Buonaparte”. In: *Poesía completa*, volume I. Barcelona: Río Nuevo, 1984, pp. 118-121. (edição bilíngue, tradução de Federico Gorbea).

alemãs que, como mencionamos, convencionou-se chamar de *Sturm und Drang* (tempestade e ímpeto), embora o “pré” já contivesse os elementos centrais do Romantismo que, como dissemos, é plural. Participam desse movimento, encabeçado por Hamann (1730-1788), nomes preponderantes da literatura alemã, como: J. G. Herder (1744-1803), J. W. Goethe (1749-1832) e F. Schiller (1747-1794), entre outros.

Como observa Anatol Rosenfeld:

O movimento, sem dúvida, conserva certos traços da filosofia da Ilustração: radicaliza a revolta intelectual contra o regime absolutista e acentua as tendências empiristas, geralmente associadas ao racionalismo popular do Século das Luzes. Entretanto, o que prevalece é o violento impulso irracionalista e a luta contra a Ilustração.¹⁰

Esses traços do Iluminismo que permanecem e que, ao mesmo tempo, são alvos de ataque das primeiras manifestações românticas são, como sugerimos, o eixo conservação-superação. Uma tensão dialética que permanecerá em alguns autores da América Latina, sobretudo naqueles educados nos preceitos do Iluminismo e que depois passaram às filias do Romantismo. Domingo Faustino Sarmiento era, segundo a apreciação de Coroliano Alberini, romântico de meios e iluminista de fins, característica que vale para toda a “Geração de 1837”, e talvez, para todo romantismo latino-americano.

Otto Maria Carpeaux na sua monumental *História da Literatura Ocidental* periodiza o início do Romantismo usando como baliza as revoluções e três países europeus:

A história desse movimento literário pode ser escrita em termos de história das revoluções: foi produzido pela revolução de 1789 e 1793; foi desviado pelo acontecimento contra-revolucionário da queda de Napoleão, em 1815; reencontrou o *élan* inicial pela revolução de 1830; e acabou com a revolução de 1848. É literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica [...] É possível distinguir três pontos de partida diferentes do romantismo. O ponto de partida alemão é

---

¹⁰ Rosenfeld, A. “Da Ilustração ao Romantismo”. In: *Autores Pré-Românticos Alemães*. São Paulo: EPU, 1992, p. 7.

principalmente pré-romântico. O ponto de partida francês é principalmente pré-revolucionário. O ponto de partida inglês é principalmente contra-revolucionário. Mas, depois, as correntes se confundem.¹¹

Essa periodização coincide com a esboçada em *A era da Revolução: 1789 – 1848* por Eric Hobsbawm, outro criador de marcos díspares, como o famoso século XIX longo, que acaba junto com o fim da era dos impérios, em 1919. Em certa medida, essa é a periodização que levamos em consideração quando falamos do Romantismo. A expressão “em certa medida” deve-se ao lento processo de conformação dos Estados-nação argentino e brasileiro, que, como veremos, são o umbral do Romantismo em ambas as margens do rio da Prata. Pois uma das tantas vertentes desse rio impetuoso chamado Romantismo foi a que resultou no projeto nacionalista das elites das nações emergentes. Isto é, na América livre do jugo ibérico, certas formas do Romantismo acudiram às elites letradas, que fizeram próprio o impulso regenerador, buscando no chamado gênio local a realização (a adequação) do *espírito universal* das leis. Um revezamento de bastão e uma corrida rumo ao particular: eis o programa romântico no Cone Sul. Embora nosso *corpus* de análise tenha sido produzido entre os anos 1835 a 1865, o pano de fundo dos textos será, sempre, o clima de ideias pós-revoluções Industrial e Francesa.

Por sua vez, Isaiah Berlin, o sagaz e erudito historiador das ideias, dedicou grande parte de sua obra ensaística à importância do movimento romântico, chegando a considerá-lo a mudança fundamental no pensamento moderno ocidental. Para Berlin, o Romantismo origina-se principalmente na Alemanha, em oposição ao racionalismo

---

¹¹ Carpeaux, O. M., *História da Literatura Ocidental. Volume III*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008, pp. 1365-66.

francês dos *philosophes*,¹² o que explica o título de um dos seus ensaios: “O Contra-Iluminismo”. Berlin examina essa mudança e essa oposição sob a ótica do lugar que ocupa o homem em geral e o artista em particular no “grande rio do Romantismo”, que:

Considera toda atividade humana uma forma de expressão individual, e a arte —na verdade, toda atividade criativa—, a marca de uma personalidade única, individual ou coletiva, consciente ou inconsciente, gravada sobre a matéria ou o meio no qual e sobre o qual funciona, procurando realizar os valores que não são dados, mas gerados pelo processo da própria criação. Por isso a negação, tanto na teoria como na prática, da doutrina central do Iluminismo, segundo a qual as regras em conformidade com as quais os homens devem viver, agir e criar são preestabelecidas, ditadas pela própria natureza.¹³

O lugar do artista como criador, como demiurgo, isto é, como Deus, abona a ideia de que a arte viria a substituir, após o processo de secularização, a religião como realização humana transcendente. “O que faz o artista?”, pergunta-se Berlin: “Cria algo, expressa a si mesmo; não faz cópia, imita ou transcreve (isto é mera habilidade). Ele age, faz, inventa; não descobre, calcula, deduz, raciocina. Criar é, em um certo sentido, depender exclusivamente de si mesmo”.¹⁴ A regra de “não fazer cópia” já contém a apoteose da modernidade: o novo. Pela primeira vez na história a novidade tem um valor positivo:¹⁵ Também a moda nascerá romântica! É a visão racional do mundo que foi transformada por inteiro: “Arte não é imitação, nem representação, mas *expressão*; eu mesmo sou mais verdadeiro quando crio — esta, e não a

---

¹² Pense-se na afirmação de Diderot em *Paradoxe sur le comédien*: “La sensibilité n’est guère la qualité d’un grand génie”, pois contra esse tipo de asseveração é que se levanta o Romantismo.

¹³ Berlin, I. “O Contra-Iluminismo”. In: *Estudos sobre a humanidade: Uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 291.

¹⁴ Berlin, I. “A revolução romântica: uma crise na história do pensamento moderno”. In: *O sentido da realidade: Estudos das ideias e de sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 248.

¹⁵ Como argumenta Friedrich Schlegel em um de seus *Fragmentos*: “Do ponto de vista romântico, mesmo os gêneros bastardos, excêntricos e monstruosos têm seu valor, enquanto matéria-prima e exercícios preliminares da universalidade, se —ao menos— neles houver alguma coisa, se ao menos forem originais”. In: *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994, p. 101.

capacidade de raciocínio, é a centelha divina dentro de mim; este é o sentido em que eu sou feito à imagem de Deus (*sicut Deus*)”.¹⁶

Eis o agente por excelência do Romantismo: o artista, o criador, isto é, o “gênio”, que ganhará, a partir dos postulados do Herder culturalista, uma versão local. O gênio local, aquele que canta o universal no particular de sua cultura, será o começo do nacionalismo culturalista. As teses do jovem Herder, contidas no *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, são centrais para compreender o caminho que os românticos deste lado do Atlântico percorreram em busca do gênio local. Herder é um dos primeiros pensadores modernos a negar a uniformidade humana, o que, como consequência lógica, rompia com a longa tradição clássica, continuada durante o Iluminismo alemão, que considerava o *bom*, o *belo* e o *verdadeiro* como valores intrínsecos aplicáveis a qualquer sociedade ao longo da história. Para Herder todo povo é portador de sua *Volksgeist* (espírito do povo), um espírito próprio que o diferencia dos outros; e por meio de suas línguas (também próprias) cada povo se relaciona com o mundo e com o universal. Dessa maneira para Herder:

As culturas diferem tanto quanto os indivíduos. Elas têm uma fisionomia peculiar própria, e quando atribuímos sem hesitar uma determinada canção, pensamento filosófico ou construção a uma determinada nação, não é porque estamos classificando de acordo com uma teoria abstrata inventada pelos filósofos franceses —os *philosophes*— pela qual tais e tais condições materiais não podem deixar de produzir tais e tais obras de arte, pensamento ou ação, mas porque temos uma percepção da relevância interna que relaciona tudo o que flui dessa perspectiva comum, que é o padrão histórico que torna os povos o que são —empresta-lhes seu sabor individual— e ao mesmo tempo forma e justifica o que há de melhor em tudo o que fazem.¹⁷

¹⁶ Berlin, I. “A revolução romântica...”, *op. cit.*, p. 249.

¹⁷ Berlin, I. “A marcha da história”. In: *Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 287-288.

Dessa concepção partirão Fichte e Schelling, os primeiros *nacionalistas* alemães no sentido mais modernos do termo. Daí também surgirá o denodado estudo do folclore, da cor local e a ideia de que cada cultura se relaciona negativamente com as outras: por ser e se definir a partir daquilo que não é o outro.¹⁸ Dessa particular busca pelo nacional, partiremos, em capítulos posteriores, para uma indagação histórica, estética e política das construções identitárias na Argentina e no Brasil românticos do século XIX, tomando como *corpus* as produções críticas e historiográficas literárias; isto é, as periodizações *nacionais*, as resenhas e as antologias de escritores americanos e sua historiografia literária.

II – Plural

Traçamos, *grosso modo*, o corte espaço-temporal do Romantismo e colocamos o artista, o poeta criador, enfim, o demiurgo, no centro da cena romântica. Também, vimos como surgiu a ideia de que cada nação é portadora de um *Volksgeist* e como o gênio local se perfila como condensação desse espírito. É o momento de validar a escolha do título deste capítulo e a pluralidade do Romantismo, ou melhor, uma aproximação aos Romantismos.

Em primeiro lugar, como sugerimos, a tríplice partida (Alemanha, França e Inglaterra) e os motores históricos, violentos e expansivos das revoluções Francesa e Industrial nos dão uma noção da complexidade descomunal do movimento. Inclusive,

---

¹⁸ Uma interpolação pertinente, embora se trate, na verdade, de uma antecipação de assuntos que tocaremos nos capítulos seguintes, é dada pelo caso argentino-uruguaio. Enquanto pertenceram, pela força ou não, a territórios unificados, não houve grande esforço em se diferenciar, sobretudo os portenhos de ambos os lados (de Buenos Aires e de Montevideú). Porém, quando as elites letradas através de construções culturais começaram a inventar os traços característicos de cada povo, o *gaucho* prevaleceu de um lado e o *charrua* do outro, sendo que, até escassos anos atrás, tratava-se de uma e a mesma língua e cultura de “suporte”.

a ideia de movimento outorga certa precisão aos Romantismos. Ainda que se sustentasse — e ainda se utilize a expressão — que o movimento se tratou de uma “escola romântica” e, portanto, de certos princípios ensináveis e aplicáveis aos materiais com os quais trabalha o artista, cremos que a ideia de movimento sugere uma força e uma luta entre opostos que estão no cerne do fenômeno e ajudam a compreender sua magnitude.

Não é apenas por podermos falar de uma pintura romântica, de uma poesia romântica, de uma música romântica ou de uma arte romântica em geral, que o movimento já merece o plural. A pluralidade consiste, melhor dizendo, na quantidade de aspectos que ultrapassaram, inclusive na própria gênese, os postulados meramente estéticos e recapitularam, a partir de diversas disciplinas, os alcances dos afazeres artístico, intelectual e filosófico. Podemos, dessa forma, falar de uma filosofia romântica, como faz Bertrand Russell em sua *História da filosofia ocidental*, começando pelo idealismo alemão e suas figurações quase solipsistas da gnosiologia, passando por um autor como Hegel, que participou dos seminários de Jena, centro nevrálgico do chamado primeiro Romantismo alemão, até chegarmos às leituras de Rousseau, um dos autores mais citados pelos românticos. Porém, também podemos falar de uma historiografia romântica, inclusive, como se sabe, as novas periodizações e a historização do homem em relação à natureza são produtos da nova *sensibilité* romântica. Do mesmo modo, podemos falar de um romantismo político, ao qual aludem, entre outros, o polêmico Carl Schmitt, que por seus vínculos com o III Reich foi deixado de lado por muitos anos e em cujo livro *O romantismo político* analisa a concepção alemã sob uma ótica ideológica, contrária à revolução e do lado da Restauração; além de uma crítica de arte romântica, que partiria em Jena com os

irmãos Schlegel e o filólogo e teólogo Schleiermacher, continuador da hermenêutica, todos nucleados em torno da revista *Athenäum* (1797). Segundo ela, a ideia de crítica de arte deveria ser feita com arte, só a poesia poderia criticar a poesia, ou como diria o próprio F. Schlegel: “a teoria do romance deveria ser ela mesma um romance”.¹⁹ Na França, a crítica de arte romântica pode ser observada com os aportes do Victor Hugo dramaturgo e crítico. Podemos inclusive citar um romantismo econômico, como fez o jovem Lênin pré-Revolução Russa, no seu ensaio *Contribución a la caracterización del romanticismo económico: Sismondi y nuestros sismondista patrios*, escrito na primavera de 1897, durante sua deportação na Sibéria, onde exprime e define sua hipótese do caráter reacionário do Romantismo. Podemos também falar de um romantismo revolucionário, de outro contrarrevolucionário, do romantismo conservador (como de fato seria o de Herder, se aceitássemos a filiação meramente romântica do filósofo alemão) e, inclusive, de um romantismo religioso, ligado ao místico. Enfim, poderíamos falar de uma atitude romântica, daquilo que Rüdiger Safranski chama de “o romântico”, que permaneceria até nossos dias e que se opõe, de certa forma, ao Romantismo como movimento artístico. Resumindo, podemos falar de uma estética, de uma ética e de uma política românticas; de uma ontologia e de uma epistemologia romântica.

O crítico marxista Michael Löwy, em *Romantismo e Messianismo*, cria uma lista de quatro tipos de romantismo cujo critério é meramente ideológico, com apreciações estéticas ou estilísticas minimizadas. Cada romantismo estaria vinculado a uma expectativa imediata, não no sentido de uma continuidade da experiência, mas do que

---

¹⁹ Friedrich Schlegel *apud* Walter Benjamin. *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 130.

se espera do tumultuoso presente político e social da Europa revolucionária. Portanto, a determinação parte do presente para um passado remoto, é o primeiro romantismo “passadista ou retrógrado, que visa restabelecer o estado social precedente.” Nesse primeiro tipo, Novalis seria o representante mais significativo e o seu lema estaria dado pela seguinte premissa: “não se trata de conservar o *status quo*, mas de *voltar atrás*, para a Idade Média católica, anterior à Reforma, à Renascença e ao desenvolvimento da sociedade burguesa.” No segundo tipo descrito por Löwy, também pode-se partir para um passado mais imediato, para o “romantismo conservador” que deseja “simplesmente a manutenção da sociedade e do Estado tal como existiam nos países não tocados pela Revolução Francesa [...] e o restabelecimento das estruturas que existiam na França em 1789”. Nesse segundo tipo, Burke com seu célebre *Considerações sobre a Revolução Francesa* vem a ser o pioneiro e o grande representante. Já o terceiro tipo, o “romantismo desencantado” tem como gesto um deixar-se vencer, uma resignação, pois o capitalismo industrial: “apesar dos seus defeitos e do declínio cultural que implica, sob certos aspectos, é um fenômeno irreversível”. O curioso é que Löwy inclui nessa categoria os sociólogos alemães da virada do século XIX para o XX, como Max Weber e Ferdinand Tönnies. O quarto e último tipo é o “romantismo revolucionário (e/ou utópico)”, cuja dupla rejeição — a volta ao passado e a aceitação do presente capitalista — leva-o a posições cujas saídas encontram-se num futuro sonhado. Ali Löwy engloba Fourier e Ernst Bloch, num arco que vai desde o socialista francês, utópico de primeira hora e morto em 1837, até o filósofo marxista alemão falecido 150 anos depois, em 1977.²⁰

---

²⁰ Cfr. Löwy, M. *Op. cit.*, pp 15-16.

Ainda assim, apesar da diversidade do movimento, de seu abraço apertado que engloba o todo, do gesto de receber em seu seio os opostos e, portanto, abarcar aspectos nunca antes colocados em relação direta, o plural dos Romantismos deve-se, fundamentalmente, a sua fixação com o subjetivismo emocional de cada um de seus participantes; daí, da sensibilidade de cada um deles, poderíamos derivar uma pulverização do romântico, uma multiplicação exasperante, quase espantosa. Como acertadamente nota Otto Maria Carpeaux:

O romantismo é um movimento literário que, servindo-se de elementos historicistas, místicos, sentimentais e revolucionários do pré-romantismo, reagiu contra a Revolução e o classicismo revivificado por ela; defendeu-se contra o objetivismo racionalista da burguesia, pregando como única fonte de inspiração o subjetivismo emocional. Emoção é o que, por definição, não pode ser definido em termos racionais. Daí a multiplicidade dos tipos românticos, de modo que será melhor falar em “romantismos”, no plural, do que em romantismo.²¹

Dessa definição nos interessa retomar a ideia de “movimento literário”. Apesar da sua capacidade proteiforme e múltipla, concentraremos agora nos aspectos estéticos do movimento literário. A princípio, interessa-nos ressaltar, não apenas a modo de efeméride, o porquê do termo “romântico”. Existe uma longa discussão, que não passa de um simples exercício da curiosidade, acerca de quem fora o primeiro autor a utilizar o termo “romântico” com o sentido que hoje conhecemos. O fato é que o adjetivo foi utilizado desde meados do século XVII para designar o mundo das novelas medievais de cavalaria de forma pejorativa, pois elas estavam cheias de aventuras fantásticas e disparatadas. Por exemplo, o filósofo e teólogo John Toland (1670-1722) em *Two Essays Sent in a Letter from Oxford to a Nobleman in London. The First Concerning some errors about the Creation, General Flood, and the Peopling of the World. In Two Parts. The Second concerning the Rise, Progress, and Destruction of*

---

²¹ Carpeaux, O. M. *Op. cit.*, p. 1366.

*Fables and Romances*²², sobretudo no segundo ensaio de crítica exegetica, fala de várias *romantic hypothesis* (isto é, de “novelerias”), referindo-se a elas com o sentido pejorativo que mencionamos. A tradução para o francês de “*romantic*” originará um binômio chamativo:

Pero es en 1776, año en que Letourneur traduce al francés las obras de Shakespeare, cuando el término tan discutido adquirirá un relieve especial. En el prefacio de la edición inglesa que Letourneur utiliza (la de Johnson) se da con el término *romantik* y no lo traduce por “romanesque”, sino por “romantique”. Introduce así un neologismo que suscita una cuestión harto interesante.

“Para Letourneur entre “romanesque” y “romantique” hay la misma diferencia que entre “fantastique” y “fantasque”, “philosophique” y “philosophesque”, y tantos otros términos cuyo significado se altera de lo serio a lo burlesco, según cambie el sufijo.”²³

Nos itinerários do “romântico”, há uma prefiguração do medieval como território próprio, como época de contrastes. Além disso, o Romantismo tomará para si ambas as expressões: o “*romantique*” e o “*romanesque*”, que, em última instância, não são termos absolutamente opostos. Por sua vez, os caminhos literários que conduzem ao Romantismo haveriam de procurá-los, como de fato notam Rosenfeld e J. Guinsburg, no “sentimentalismo burguês que se espraia pelo século XVIII”,²⁴ um momento particular de deslocamento de agentes no qual certo tipo de *uneasiness* ligado ao material se destaca na mediação entre os homens. Um mal-estar, um medo, uma inquietude por conta das dívidas e das obrigações contraídas, mas também um tempo no qual os deveres conjugais e a família burguesa começam a reclamar participação; é então que:

---

²² London: R. Baldwin, 1695.

²³ Garrido Pallardó, F. *Los orígenes del romanticismo*. Barcelona: Labor, 1968, p. 78.

²⁴ Rosenfeld, A & Guinsburg, J. “Romantismo e classicismo”. In: *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 264.

Farquhar estrena *The twin rivals* en 1702, tragedia en la cual no se tratan conflictos helénicos, sino familiares y burguesamente actuales (un divorcio), y el futuro redactor del *The Spectator*, Steele, *The lying lover* y sobre todo *The conscious lover*, en donde pinta un negociante filantrópico y virtuoso. A este teatro se le llamó tragedia burguesa [...] El burgués, hasta entonces ridículo, sujeto de comedia e inexistente como sujeto pictórico, porque no inducía a nada grande ni por su atuendo ni por su aspecto físico, reclama ahora su comparecencia en el campo de la seriedad, de modo que, finalmente, ésta es una lucha de clases originada en que existe lo que se ve. El pueblo es ahora lo irrepresentable, porque sigue induciendo a horror y asco. Descartes y Platón no significan nada. El ideal ha sido substituido por la *bienséance*.²⁵

O burguês ascenderá econômica, política e socialmente ao longo dos anos e, na passagem do século XVIII para o XIX, estará presente na busca pelo constitucionalismo e pelas formas republicanas em detrimento do poder monárquico. Isto é, o liberalismo triunfante do século XIX levantará a cabeça do burguês sem linhagem, sem nobreza e sem sangue aristocrático, apoiando-se na fé no mercado, na institucionalização democrática (nos códigos e leis) e nas noções nem sempre claras de igualdade e igualitarismo. Dessa forma, simplificando as tensões históricas para apresentar um indício, poderíamos traçar uma linha que vai desse drama burguês do século XVIII às manifestações românticas e que se encerra nas descrições de interiores do decadentismo de *fin-de-siècle*.

Outro claro modelo seria delineado pela releitura e pela revalorização de Shakespeare, tanto por parte dos alemães como dos franceses, sem esquecer seus conterrâneos. A entronização da obra do bardo elisabetano destaca diversos aspectos, entre os quais a espontaneidade e a pouca fixação à “regra das três unidades” do teatro clássico são sobressalentes. Shakespeare e seus anti-heróis dramáticos, nos quais a comédia e a tragédia estão reunidas, serão uma referência constante para os românticos de todo o orbe, inclusive para parte do programa romântico francês formulado por Hugo no prólogo de *Cromwell*. Também haverá uma releitura do

---

²⁵ Garrido Pallardó, F. *Op. cit.*, p. 58.

Cervantes e seu *Ingenioso Fidalgo, Dom Quixote de la Mancha*, sobretudo entre os alemães, após a tradução da obra feita por Tieck.

E, como último antecedente, a obra de Jean-Jacques Rousseau. O genebrino possuíra uma vida que já era uma espécie de drama romântico: andarilho, bucólico, pessimista e autoexilado, no final de sua vida, na ilha de Saint-Pierre. Apesar de ser um homem da Ilustração, dificilmente pode ser chamado de *philosophe*, pois suas hostilidades com Voltaire foram crescendo durante os anos, até evidenciarem um ódio mútuo (Russell: 1969, v. 4). Sua leitura, para os jacobinos, foi mais um lema do que uma inspiração. Sua presença em alguns autores românticos é indiscutível, não apenas por desenvolver o mito do “bom selvagem”, mas por ter introduzido a ideia de que a educação das crianças e jovens deveria estar próxima a esse estado de natureza, por meio do desenvolvimento livre e intuitivo, acentuando o potencial de criatividade espontânea em detrimento das regras socialmente estabelecidas.

Contudo, ao ligar diretamente o “bom selvagem” (e seu oposto, isto é, a civilização corruptora) à ideia de “indianismo” romântico pode-se cometer o erro de considerar todo indianismo como rousseauniano. Alguns românticos de primeira hora, na França, negaram qualquer importância do genebrino e chegaram a condená-lo por levar jovens inconsequentes ao isolamento e ao suicídio:

J. J. Rousseau foi o primeiro a vulgarizar em nosso meio quimeras tão desastrosas e condenáveis. Isolando-se dos homens, entregando-se exclusivamente a devaneios, conseguiu fazer grande número de moços pensar que era bonito precipitar-se assim no vácuo da existência. Mas tarde o romance *Werther* aumentou a dose de veneno.²⁶

---

²⁶ Chateaubriand, F. R. de. “Defesa do Gênio do Cristianismo”. In: *Obras escolhidas*, v. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1957, p. 41.

É importante mencionar também que Goethe, que negara seu vínculo com o Romantismo, foi um oponente, embora mais moral do que estético, de Chateaubriand. Pois a ideia de que o Romantismo é o doente parece mais próxima das linhas de Chateaubriand do que das de seu verdadeiro autor, isto é, Goethe.

Também na Argentina rosista e pós-Caseros e no Brasil imperial, a pluralidade do movimento foi notória. Alguns críticos separam o Romantismo em fases (o primeiro, o segundo etc.), outros o regionalizam, sobretudo no Brasil (romantismo gaúcho, romantismo paulista). Há quem o analise a partir dos gêneros (romance, poesia, teatro, ensaio, conto, história literária etc.), pelos meios de divulgação (revistas, publicações, saraus etc.), por tendências (contatos com o sansimonismo, o cristianismo, o romantismo alemão, francês, inglês, o bayronismo etc.). Ora, é certo que alguns escritores, como Álvares de Azevedo ou Sousândrade, podem chegar a incomodar aqueles que consideram a produção indianista como foco do romantismo brasileiro. Da mesma forma, a extensa obra de Sarmiento dificilmente pode ser definida, inclusive na forma mais ampla, como romântica, pois além de ter certo contato com o Iluminismo, suas últimas obras, sobretudo *Conflicto y armonía de las razas em América* são protopositivistas (Sebreli: 2003).

Está claro que, além da pluralidade, também não houve consenso entre os próprios integrantes das gerações românticas. Tampouco as polêmicas foram alheias aos românticos sul-americanos. Por exemplo, em 1855, José de Alencar, usando o pseudônimo Ig, levou adiante uma forte polêmica contra o indianismo “afetado” de Gonçalves de Magalhães em sua *Confederação dos Tamoios*. A polêmica mobilizou grande parte da intelectualidade “oficial”, aquela que girava em torno do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), chegando a envolver até o próprio D. Pedro II, que escreveu (também sob pseudônimo) em defesa do seu amigo e protegido, Magalhães. A polêmica tinha tom elevado, pois em seu centro girava nada menos que a ideia de literatura nacional, como escreve Alencar em sua “Quarta carta”:

Mas aqueles que até hoje têm explorado a literatura nacional, em vez de procurar o belo nas coisas, julgam que o acham em duas ou três palavras indígenas, em uma meia dúzia de costumes selvagens; e atiram aos leitores essa palavra e esse costume, deixando a cada um a liberdade de ir procurar na sua imaginação a poesia que oculta esse *mito* indecifrado da literatura pátria.²⁷

Por sua vez, os argentinos exilados no Chile, Sarmiento e Vicente Fidel López, junto com o chileno Sanfuentes, levaram a cabo, em 1842, uma polêmica que circulou em três publicações, *El Mercurio* e *La Gaceta del Comercio* de Valparaíso e *El Semanario* de Santiago, e que girava em torno da dicotomia Romantismo-Classicismo, na qual Sarmiento, que ainda não tinha publicado seu *Facundo: civilização ou barbárie* (1845), que, para boa parte da crítica, é obra central do romantismo argentino, chega a sentenciar: “No nos proponemos rehabilitar el romanticismo, porque esta es una tarea inútil; el romanticismo no expresa hoy nada y es una vulgaridad ocuparse de él como de una cosa existente” (*El Mercurio*, Valparaíso, 25 jul. 1842).²⁸

Por último, temos que destacar que a pluralidade também se exerce nas temáticas e nos tópicos românticos. Também ali prevalece uma relação sempre tensa: o individual e o social (o desajuste do indivíduo na sociedade); a religião e o místico, por um lado, e o diabólico e o disforme por outro; o próprio, o original, a cor local, o gênio, a criação do nacional e a noite, a Idade Média, a loucura, o irracional e a morte; a

²⁷ Alencar, José de. “Polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*”. In: Alexei Bueno & George Ermakoff (org.) *Duelos no serpentário: Uma antologia da Polêmica Intelectual no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Ermakoff Casa Editorial, 2005, p. 48.

²⁸ In Pinilla, Norberto (org.) *La polémica del Romanticismo: V. F. López, D. F. Sarmiento y S. Sanfuentes*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1943, p. 81.

natureza e o artifício; a ironia, a crítica, a historicidade e as primeiras noções de progresso. Está claro que muitos desses temas já haviam sido explorados por correntes literárias e artísticas ao longo da história, logo, o que tentamos colocar em evidência é não apenas a pluralidade, mas, fundamentalmente, a tensão temática. Na Argentina e no Brasil, além de certas tensões universais se destacará, e veremos isso com profundidade ao analisar nosso *corpus*, o eixo nação-metrópole e todas as problemáticas que a tentativa de definir a partir de uma ruptura acarreta, ainda por cima com uma língua herdada.

IV – Nacionalismo: dívidas e dúvidas de suas formulações

Da mesma maneira que acontece com o Romantismo (talvez, devamos já dizer, os Romantismos), o nacionalismo como fenômeno moderno – e de fato não haveria outra maneira de compreendê-lo – não pode ser facilmente definível. Em *Um mapa da questão nacional* (Anderson, 2008), Benedict Anderson afirma nas primeiras linhas do prólogo:

Ninguém discorda de que o nacionalismo tem estado “por aí” na face da Terra há no mínimo dois séculos. O bastante, poder-se-ia supor, para que já fosse entendido de maneira clara e generalizada. Mas é difícil pensar em algum fenômeno político que continue tão intrigante quanto este e sobre o qual haja menos consenso analítico. Dele não há nenhuma definição amplamente aceita. Ninguém foi capaz de mostrar de forma conclusiva sua modernidade ou antiguidade. Discorda-se sobre suas origens, seu futuro é incerto.²⁹

---

²⁹ Anderson, B. “Introdução”. In: Balakrishnan, G. (org.), *Um mapa da questão nacional*, São Paulo: Contraponto, 2008, p. 7.

As abordagens culturalistas, historicistas, políticas e sociais do fenômeno nacional (moderno) traçaram seu itinerário teórico a partir do que chamamos de primeiro Romantismo alemão. Ou seja, os fenômenos tendem mais a se confundirem do que a se fundirem e seus alcances transbordam as eras e interpelam com espasmo mesmo os mais sagazes intelectuais da atualidade. Sem dúvidas, o ensaio de Renan — cujo título *Qu'est-ce qu'une nation?* (1884) já desafia o leitor — inaugura a dúvida que continua em voga, porque o nacionalismo, inclusive depois de sua extenuação paroxística durante os totalitarismos do século XX, permanece sem uma definição unânime.³⁰

O curioso é que, ao menos no Ocidente, os fenômenos nacionais, a partir dos postulados do Herder e, como vimos, de seu conceito de *Volksgeist*, tiveram início quase que em uníssono tanto na Europa, com vestígios de *Ancien Régime*, como na América emancipada, com restos de sistema colonial. Por isso mesmo, o fascínio dos *americanos* com o devir político e social da Europa revolucionária foi constante.

Está claro que, como assegurou David Viñas em mais de uma ocasião, no caso, apenas para Esteban Echeverría, o olhar estrábico pode aplicar-se às elites letradas americanas da primeira metade do século XIX quase em sua totalidade. Isto é, elas tinham um olho nos acontecimentos locais e outro nos europeus. No caso específico de Esteban Echeverría, o introdutor do Romantismo na Argentina, o fato tem um lado irônico, já que, em um dos poucos retratos pictóricos que se conservam do autor de “La cautiva”, seu rosto se destaca por um chamativo desvio ocular. O certo é que aquilo que, na época, chama-se de “instinto de nacionalidade” inicia-se em ambos os

---

³⁰ Sobre esse particular, ver o resumo da questão nacional apresentado com precisão por John Breuilly no mencionado livro: “Abordagens do nacionalismo”. In: “Um mapa da questão nacional”, *op. cit.*, pp. 155-184.

lados do Atlântico com a mesma intensidade. O processo emancipacionista americano e seu fruto mais prezado (a independência) instalam uma “emergência” discursiva, cujo tema central será a nação. Está claro que, em um primeiro momento, os limites entre pátria, nação, Estado, ser brasileiro, argentino e americano, etc. são imprecisos. Trata-se, arrasadoramente, de colocar em dia e no trilho do progresso o destino das nações americanas. E, para isso, todo o arsenal conceitual vale. Veremos que em muitas ocasiões o nacional e o americano se cruzam em uma espécie de tensão de categorias que jamais se resolve. Os projetos e as projeções nacionais eram todas, também, americanas. De todo modo, a exclusividade de ser americano ficou nas mãos dos Estados Unidos da América, como pode ser comprovado hoje em dia.

A literatura terá um papel central na busca pelo nacional por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a esfera de ação literária não estava ainda separada da política, pois a literatura não existia como profissão, nem sequer como nova profissão liberal, ainda mais na América. Esse detalhe levou o escritor e crítico Ricardo Piglia a assegurar que “Hablar de Sarmiento escritor es hablar de la imposibilidad de ser un escritor en la Argentina del siglo XIX”³¹, já que existiria uma impossibilidade de a ficção argentina do século XIX se concretizar. Esse primeiro ponto ganha corpo e clareza ao colocarmos as funções que tanto argentinos como brasileiros ocupavam além de seu trabalho literário: na Argentina, Sarmiento, Echeverría, Félix Frías, Gutiérrez, Alberdi, Mármol e Mitre ocuparam cargos públicos (alguns já do exílio, como no caso do Sarmiento no Chile). Sarmiento e Mitre chegaram, é certo que mais perto do final do século XIX, à presidência da República. Por sua vez, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Joaquim Norberto, José de Alencar e Gonçalves Dias

---

³¹ Piglia, R. “Sarmiento, escritor”. In: *Filología*, Buenos Aires, ano 31, n. 1-2, 1998, p. 19.

trabalharam nos órgãos mais centralizadores do Brasil imperial, sobretudo, por meio de suas atividades no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em segundo lugar, como discurso privilegiado, a literatura legitimava e declarava o próprio e o particular na figura do gênio local, afirmando, dessa maneira, a nacionalidade. Em terceiro lugar, como grupos coesos, as elites de ambos os países ostentaram, se bem que de formas diferentes, o monopólio cultural (aqui também entram as produções historiográficas, que serão o *corpus* principal de nossa análise). Ou seja, também — e diríamos que fundamentalmente — nas tentativas de historizar a literatura pátria nas suas versões simplificadas da história literária, as elites se viram compelidas a realizar a complexa tarefa de dar conta da nação, de “contar” a nação, de inventá-la. O caso brasileiro é destacável, como veremos em capítulos posteriores, não apenas pela vasta produção, reflexão e institucionalização do discurso historiográfico, mas também pelo fato de um crítico brasileiro ser um dos primeiros a “sistematizar” de forma sucinta a própria literatura argentina.

V – Crítica, historicismo e nacionalismo literários

Como instrumento de crítica romântica e de congregação de “individualidades”, a revista *Atenäum* foi central para iniciar o movimento romântico na Alemanha do fim do século XVIII. Nela, Friedrich Schlegel, mais do que outros, esboçou um programa romântico. Foi ali que publicou seus *Fragmentos* e sua “Conversa sobre a Poesia”. De todo modo, *Sobre o estudo da poesia grega*, publicado em 1797 e escrito alguns anos antes, já contém os postulados principais acerca do papel da poesia moderna e suas implicações teóricas, filosóficas e estéticas, embora seja o romance a forma de arte

moderna privilegiada por Schlegel. Do mesmo modo, mas anos depois e na França, Victor Hugo escreve o prólogo de *Cromwell*, publicado em 1827, no qual desenvolve um programa romântico sobre o drama. Teophile Gautier dizia que o prefácio irradiava sobre os olhos dos jovens românticos “como as tábuas da lei no monte Sinai”.³² Isto é, havia um caminho a seguir, não tanto por se tratar de leis, mas por se tratar de “mandamentos”. Não são, é claro, os únicos postulados programáticos do(s) Romantismo(s), mas há neles uma valoração do fazer artístico que dificilmente encontramos com tantos detalhes na obra de outros românticos. Romance para Schlegel e drama para Hugo: a crítica literária moderna também tem início no Romantismo.

As elites letradas americanas discutiam os alcances desses postulados — assim como os de Mme. de Stäel, Lamartine, Herder e Chateaubriand, para nomear apenas um número reduzido³³ —, enquanto os adaptavam, modificavam, ampliavam ou, simplesmente, copiavam. O mesmo acontece com o interesse pelo folclore e pela cor local, que serão dois nortes das elites americanas. Mas isso não quer dizer que a crítica

---

³² Cf. Hugo, V. “Do grotesco e do sublime”. In: *Cromwell*. São Paulo: Objetiva, 2007, p. 7.

³³ A modo ilustrativo, pois o trabalho de buscar “as bibliotecas” dos autores românticos, tanto na Argentina como no Brasil, pode levar a conclusões extravagantes (como aquela que afirma que: “tal autor escreveu o que escreveu e do jeito em que escreveu por ter lido a tal e tal autor europeu”, o que nos permite a incômoda, porém inexorável, conclusão que diz: pois então, igual leitura, igual obra, o que, simplesmente, é um disparate teórico) copiamos um trecho da autobiografia de Juan Bautista Alberdi, que pode servir como base (ou ao menos para termos uma ideia) do tipo de leituras que se fazia em todo o continente americano na primeira metade do século XIX. Diz Alberdi: “Por variadas que hayan sido las fases por las que ha pasado mi vida, la forma que ha conservado mi inteligencia durante ella, venía en su primer período, pasado en mi país. [...] Pero mi educación no se hizo únicamente en la Universidad, por las doctrinas de Locke y Condillac, enseñadas en las cátedras de filosofía [...] Más que todo ello contribuyeron a formar mi espíritu las lecturas libres de los autores, que debo nombrar para complemento de la historia de mi educación preparatoria. Mis lecturas favoritas por muchos años de mi primera edad fueron hechas en las obras más conocidas de los siguientes autores: Volney, Holbach, Rousseau, Helvecio, Cabanis, Richerand, Lavatter, Buffon, Bacon, Pascal, La Bruyere, Bentham, Montesquieu, Benjamin Constant, Lermnier, Tocqueville, Chevalier, Bastiat, Adam Smith, J. B. Say, Vico, Villemain, Cousin, Guizot, Rossi, Pierre Leroux, Saint Simon, Lamartine, Destut de Tracy, Victor Hugo, Dumas, P. L. Courier, Chateaubriand, Mme. Stäel, Lamennais, Jouffroy, Kant, Merlin, Pothier, Pardessus, Troplong [...]”. (Alberdi, J. B., *Autobiografía*. Buenos Aires: Jackson, 1953, pp. 61-62.)

européia tenha resolvido os vínculos entre literatura e nação e que os americanos apenas “observavam” como fazê-lo. No extraordinário ensaio “De la esencia de la crítica” publicado originalmente como prólogo de uma compilação de textos de Lessing e em 1804 (“Vom Wesen der Kritik”), o jovem Friedrich Schlegel analisa os alcances da crítica artística em geral e da literária em particular. Nele, estabelece a importância da crítica literária (moderna):

La declinación precoz, rápida, y en algunos países al menos, total de la Poesía romántica (y con ella del recto sentimiento de la vida nacional y la memoria de los predecesores) debido a la carencia de crítica, y la consecuencia de dicha carencia, el abandono y el descuido de la lengua materna, muestran con toda claridad la importancia y el valor de este arte, que al parecer juguetea con investigaciones irrisorias más producto del diletantismo que del estudio serio. En efecto, ninguna literatura puede perdurar a largo plazo sin crítica, ni lengua alguna está a resguardo del descontrol, cuando aquélla no conserva los monumentos de la Poesía y no nutre el espíritu de ésta.³⁴

Aparentemente, segundo as conclusões do próprio Schlegel, a Alemanha trilhava um mau caminho e, por isso, ele declarou: “Por carecer de la erudición y la crítica fundamentales es que nosotros, los modernos, y especialmente los alemanes, hemos perdido nuestra Poesía y con ella, la antigua manera de pensar apropiada a la nación”.³⁵ Contudo, mais adiante, destaca a importância da obra de Lessing e recupera o alento (e a fé nas letras nacionais) para concluir, em forma de máxima (gênero caro aos alemães):

Somos una nación erudita, nadie nos disputa esa fama, y si no le damos una base segura a nuestra literatura —mayormente aún *en trance de nacer*— por medio de la erudición y de la crítica, me temo que pronto habremos de perder lo poco que hasta aquí ya poseemos.³⁶ (Grifo nosso)

---

³⁴ Schlegel, F. “De la esencia de la crítica”. In: *Pensamiento de los confines*, n. 13, dez. 2003, pp. 124-125. (tradução e notas de Marcelo Burello e Jorge Goldzmidt).

³⁵ *Op. cit.*, p. 125.

³⁶ *Op. cit.*, p. 127.

Destacamos dessas linhas luminosas de Schlegel não só o estado precário (“lo poco que hasta aquí ya poseemos”) no qual o crítico coloca as letras de sua terra, mas, fundamentalmente, o papel da crítica, e já não da retórica, como autêntica legitimadora do discurso literário (mais tarde esse papel também será da historiografia). Cada disciplina deve confeccionar seus próprios historiadores, parece criticar Schlegel. Isso também reclamavam os americanos. Pelo menos era esse o programa de Echeverría em suas leituras no Salão Literário de 1837. Voltaremos depois a esse particular.

VI – Fugas, ainda que com clausuras, para um presente móvel

Se sugerimos um recorte espaço-temporal, um *corpus* de texto e uma abordagem comparatista entre Argentina e Brasil e ainda assim recorremos — e percorremos — neste primeiro capítulo às produções e preocupações europeias, não o fizemos apenas por nos parecer pertinente a comparação entre Argentina e Brasil (suas historiografias literárias e seus nacionalismos emergentes). Avançamos dessa forma, que poderíamos chamar de geral, para chegar ao particular. Mas, sobretudo, desejávamos traçar uma espécie de genealogia que viesse a dialogar, ou no mínimo a instaurar um começo de diálogo, com o presente.

Acreditamos que o trabalho acadêmico e intelectual se completam, como sugerimos na Introdução, quando não só se verificam ou refutam as hipóteses de uma pesquisa, mas fundamentalmente quando se estabelece um laço que une os alcances teóricos e as conclusões do trabalho com um “estado atual” da questão. Por isso,

como foi explicitado no começo, pensar no “nacionalismo literário” hoje, inclusive a partir do cunho romântico que o inaugura, deveria ser algo mais que um mapeamento ou levantamento de dados, datas e autores. Ao falarmos hoje de “literatura argentina”, “literatura brasileira” ou “literatura latino-americana” não fica claro, ainda, qual ou quais são os critérios de rotulação. Este trabalho tem a pretensão de propor um começo de diálogo sobre estas categorias, por si só problemática.

Ora, observemos como a própria literatura exige nossa atenção quando posta nesse presente móvel. Pois, se as portas da Idade Média, como afirmara Le Goff, fecharam-se por completo só depois da Revolução Francesa, o Romantismo sugere fugas e pontos de contato entre o passado e o presente. Assim como Kafka gerou seus “precursores”, isto é, a partir da obra do autor de *O processo*, segundo o sugestivo ensaio de Jorge Luis Borges,³⁷ pode-se identificar certos autores ou obras kafkianos em leituras retrospectivas, o Romantismo também permite essa diversificação. Ou seja, podemos identificar a partir dos preceitos do Romantismo alguns traços românticos nas obras de autores tão diversos e em obras tão heterogêneas como *Dom Quixote de la Mancha* de Cervantes, a poesia de William Blake, as grotescas aventuras de *Gargantua e Pantraguêl* de Rabelais, ou as peças do admirado William Shakespeare. Da mesma maneira, em alguma genealogia pictórica, alguém poderia achar traços românticos nos tríticos oníricos, quase divinatórios, e místicos do Jeronimus Bosch (El Bosco), na escuridão do Brueghel ou na religiosidade do El Greco. Identificar traços não quer dizer classificar essas obras e autores como românticos, mas sim destacar a potência do movimento romântico como prisma. Sua tensão e contradição são um

---

³⁷ Escreve Borges no ensaio “Kafka y sus precursores”: “El hecho es que cada escritor *crea* a sus precursores. Su labor modifica nuestra concepción del pasado, como *ha de modificar el futuro*.” (grifos nossos). in: *Otras inquisiciones* (Obras Completas 2). Buenos Aires: Emecé, 1984, pp. 86-87.

foco difuso que permite percorrer a história literária: essa parece ser uma das premissas de Löwy.

Também é possível ligar o Romantismo a um futuro mais ou menos próximo de sua eclosão e a algumas outras figuras e movimentos, como é o caso do pai da psicanálise, Sigmund Freud, que não só permite como quase convida a uma leitura romântica de seus textos, inclusive uma leitura literária e não científica. Talvez tenha sido esse critério que prevaleceu quando, no final de sua carreira, Freud recebeu o prêmio Nobel de Literatura e não o de ciências. E talvez tenha sido essa mesma leitura que levou André Breton a procurar um Freud já cansado para estabelecer seus pontos em comum. Pontos em comum cujo plano mais claro estaria, entre o Romantismo e o Surrealismo, na abolição dos planos separados entre o sono e a vigília, a vida e a obra, a vida e a morte, Eros e Tânatos e entre tantas outras dicotomias que sobreviveram ao longo do tempo.

Formalmente, o Romantismo foi pioneiro no uso da fragmentação, não apenas como recurso, mas como condensação da condição artística: máximas fulgurantes, pequenos lampejos de genialidade, que podem ser encontrados nas obras de F. Schlegel e de Novalis, entre outros. Mas também podem ser observados na mistura de gêneros que antecipa a poética de autores devedores diretos do Romantismo, como no caso de Charles Baudelaire, que escreveu seus *Petits Poèmes en Prose* no ocaso do movimento romântico e que, além disso, chegou a ligar, imoral e sensorialmente, as flores ao mal. Na fragmentação e na mistura de gêneros, além disso, parecer estar delineado quase por inteiro o trabalho das vanguardas históricas; pense-se, por exemplo, no monumental *Ulisses* de James Joyce. Também a ideia de originalidade, de

novidade, aquilo que serve apenas por não ter comparação nem precedente, viria a se realizar de forma total na *pop art*.

Essas continuidades foram notadas por vários autores. Por exemplo, em sua *História da Filosofia Ocidental*, Bertrand Russell afirma que: “A revolta dos instintos solitários contra os laços sociais é a chave da filosofia, da política e dos sentimentos, não só do que chamamos comumente movimento romântico, mas de sua progênie até a época atual.”³⁸ Essa época não era outra senão a culminação da Segunda Guerra Mundial, pois sua *História...* foi publicada pela primeira vez em inglês, em Nova York, em 1945. Ou seja, esses laços são os que se perdem (os que se cortam) nas cronologias. Por sua vez, Claudio Cesa, no *Dicionário de Política* dirigido por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, assegura que:

Estes motivos teóricos, de formas mais ou menos diferenciadas, acompanham toda a história do Romantismo político até o nosso século [XX]. Neste último, porém, tais motivos se misturam com elementos de origem a mais diversa, tornando-se impossível continuar a usar a expressão em sentido específico.³⁹

Extenuando a visão, poderíamos juntar Bosch, suas deformidades, suas orgias perpétuas e suas freiras libidinosas, com a fragmentação dos corpos, mas também com a luz do Paraíso Terreno, a própria (luz) e a de um Delacroix, até chegarmos ao Surrealismo. Tudo isso permite o Romantismo, essas uniões ou reuniões tópicas ou utópicas, modernas para ambos lados — sentidos — do tempo. De fato, quando o André Breton realiza sua *Antologia do humor negro*, o faz com o intuito de listar os

---

³⁸ Russell, B., *História da Filosofia Ocidental*. v. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, pp. 226-227.

³⁹ Trata-se do verbete “Romantismo político” do *Dicionário de Política*, v. II. Brasília: Editora da UNB, 2008, p. 1133. Os “motivos teóricos” aludidos na citação podem ser entendidos quando completamos a citação com o parágrafo de cima: “Os românticos não aceitam a distinção, elaborada no período do absolutismo, entre público e privado; nem aceitam uma relação de mera subordinação, porque isto seria não só ‘atomístico’ como despótico. Não importa que existam ‘garantias’: elas são vãs, se fundadas somente em leis escritas e são suscetíveis de soçobrar na anarquia ou na tirania.”

precursores do Surrealismo. Há nessa lista um arsenal de nomes de autores românticos: Charles Fourier, Thomas de Quincey, Pétrus Borel, Edgard Allan Poe, entre outros. O interessante é que a antologia, organizada cronologicamente, inicia-se com Jonathan Swift e termina com seus contemporâneos: Pablo Picasso, Franz Kafka, Salvador Dalí. Há aqui uma ideia de modernidade, cujo eixo é o humor negro, pesado, híbrido, moderno; enfim, romântico...

Para fechar esta série que, como tentamos sugerir, pode se estender no tempo e no espaço entre as múltiplas disciplinas, poderíamos perguntar, no âmbito local: “Quanto haverá de romântico no “indianismo” dos modernistas brasileiros e quanto de “*criollismo*” há nos vanguardistas argentinos da década de 1920?”. Poderíamos também fazer essas indagações: “É possível pensar a literatura do século XX na América Latina deixando de lado as produções do século XIX e seu legado de “invenção” nacional?”, “Pode a crítica deixar de lado os postulados teóricos dos primeiros autores que verificaram e indagaram a relação direta entre o próprio e o universal?”, ou melhor: “Até que ponto podemos hoje responder com certezas à pergunta que se faziam os românticos em ambas margens do Prata, a saber, qual é *nossa* literatura nacional?” Talvez seja vertiginoso imaginar quanto daquele discurso enervado dos românticos sul-americanos permanece hoje como resposta automática a essa “simples” questão. Deixamos abertas essas perguntas, manifestando que elas também são o motor desta pesquisa.

CAPITULO 2. O ROMANTISMO AMERICANO E SUAS NOÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E NACIONAIS

*La filosofía de la historia de Europa
será siempre para nosotros un modelo,
una guía, un método; nos allana el camino;
pero no nos dispensa de andarlo.*
Andrés Bello

Nota

Neste capítulo analisaremos, em primeiro lugar, o início dos Romantismos na Argentina e no Brasil, seus contextos sociopolíticos e alguns de seus postulados literários. Em seguida, antes de passar para a análise do *corpus* bibliográfico central deste trabalho, estabeleceremos uma breve história da historiografia liberal e nacional desde o início do século XIX, ressaltando seu influxo na América Latina. Depois, abordaremos as produções historiográficas nacionais na Argentina e no Brasil separadamente, deixando para o final do capítulo as comparações pertinentes.

I – Romantismos deste lado do Atlântico: textos e contextos.

Apesar das indecisões e das diversas periodizações daquilo que chamamos de Romantismos, na Argentina e no Brasil sua adoção como modelo estético e/ou político tem, para a crítica especializada, data mais ou menos precisa. Dois poetas de semelhanças notórias, não apenas por causa de suas viagens de formação literária pela França de ebulição romântica, dão início ao movimento local com publicações poética quase em uníssono. Referimo-nos a Domingos José Gonçalves de Magalhães com seus *Suspiros poéticos e Saudades* de 1836 e a Esteban Echeverría, que publica *Los consuelos* em 1837. Da mesma maneira, a aparição da *Nitheroy: Revista de ciencias, letras e artes* — da qual o próprio Magalhães seria um dos editores responsáveis —, em Paris no mesmo ano da publicação de *Suspiros poéticos* e das leituras inaugurais do Salão Literário de Marcos Sastre, no qual Echeverría começaria a se destacar como o cabeça do grupo de jovens intelectuais argentinos, que tiveram lugar em Buenos Aires em 1837, são marcos inaugurais e referenciais que todas as historiografias críticas de ambas literaturas respeitam rigorosamente. Nessas datas, que costumam ser usadas para sinalizar o início do movimento, talvez exista alguma desavença a respeito de se a publicação, em 1834, de *Elvira o la Novia del Plata*, obra que a crítica contemporânea não pôde ou não soube fazê-la merecedora do título de “pioneira”, também escrita por Echeverría após seu retorno da Europa, é uma primeira manifestação do movimento no rio da Prata.⁴⁰

---

⁴⁰ Sobre a formação de Esteban Echeverría e sua trajetória como iniciador e guia da chamada Geração de 1837 na Argentina, ver a introdução de suas *Obras completas* compiladas e anotadas pelo seu amigo Juan María Gutiérrez em 1874 (Gutiérrez J. M. “Noticias biográficas sobre Esteban Echeverría”. In: Echeverría, E. *Obras completas*. Buenos Aires: Antonio Zamora Ediciones, 1972, pp. 9-54.) Ver também o longo ensaio de Martín García Mérou (*Ensayo sobre Echeverría*. Buenos Aires: Jackson, 1944) e o ensaio “Esteban Echeverría, el poeta pensador” de Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo (In: *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997, pp. 17-82).

Em um e outro lado, canta-se uma nova gesta, um novo homem, uma nova ordem política para festejar o ingresso das nações emergentes no chamado progresso. A natureza será cenário, mas também agente, motivo pelo qual terá sempre um papel ambivalente. A natureza, além disso, será a produtora, a inspiradora do “gênio local” e estará no cerne de especulações de todo tipo, como condensadora, por vezes, da nação toda. Uma diferença é que, na Argentina, a imagem do deserto como metáfora dos pampas, que já nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII tinha se difundido, sobrepõe-se ao resto (o nordeste da Argentina, por exemplo, é selvagem). Já no Brasil foi a selva, sua exuberância e sua infinitude que aglutinaram a imagem da natureza *par excellence*. Assim, Esteban Echeverría, na introdução do seu poema “La cautiva” (A cautiva), considerado o fundador da poética romântica, declara:

El Desierto es nuestro, nuestro más pingüe patrimonio, y debemos poner conato en sacar de su seno, no sólo riqueza para nuestro engrandecimiento y bienestar, sino también poesía para nuestro deleite moral y fomento de nuestra literatura nacional.⁴¹

A ideia de que o deserto pode ser produtor do sustento material (“riqueza para nosso solo”), da moral (“poesia para nosso deleite moral”) e da literatura nacional funde numa mesma declaração a fisiocracia de caráter iluminista alentada pelas gerações precedentes, o determinismo geográfico e o romantismo literário. Tudo está presente numa pequena citação de “Advertência” que o autor escreve para os leitores de “La cautiva”. Daí a complexidade em rotular com um só termo, não apenas todos os autores, mas às vezes somente um. Também Sarmiento aproveitará a imagem do deserto para concluir que — justamente por ser um deserto — a natureza argentina não gerou laço social, que a vida dos *gauchos*, apesar de seus conhecimentos e de sua

---

⁴¹ Echeverría, E. “Advertencia a ‘La Cautiva’”. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Zamora Ediciones, 1972, p. 451. (compilado por Juan María Gutiérrez).

relação íntima com as forças telúricas, viu-se alterada durante as guerras pela independência e que o contato com a civilização (a cidade, Buenos Aires) suscitou o primeiro “enigma nacional”.

No Brasil, a natureza, também festejada pela maioria dos viajantes e pelos próprios poetas locais, suscitou o indianismo de muitos de seus poetas e escritores. Os usos da natureza foram o epicentro de algumas das mais ricas e enervadas polêmicas do século XIX. A polêmica que José de Alencar levou adiante contra o indianismo “afetado” de *A Confederação dos Tamoios* do maior vate romântico dos primeiros anos do movimento no Brasil. Dessa maneira, já na primeira das cartas enviadas ao *Diário de Rio de Janeiro* sob o pseudônimo de Ig, o jovem Alencar com então 26 anos, dizia:

Digo-o por mim: se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas ideias de homem civilizado.

Filho da natureza, embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua no azul do céu; ouviria o murmúrio das ondas e o eco profundo e solene das florestas.⁴²

O ataque contra Magalhães decorre da permissibilidade do autor, que intercala, em sua *Confederação dos Tamoios*, suas “ideias de homem civilizado”. Isto é, para Alencar, o gênio local deve adaptar-se a suas “matas seculares”, saber ouvi-las, ser um “filho da natureza”, para depois poder “compor um poema nacional”.

Por sua vez, Varnhagen na Introdução de *Florilégio da Poesia Brasileira*, que analisaremos com detalhes a seguir, declara que, apesar de o Rio de Janeiro e a Bahia,

---

⁴² Alencar, J. “Carta primeira” da “Polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*”. In: Alexei Bueno & George Ermakoff (org.) *Duelos no serpentário: Uma antologia da Polêmica Intelectual no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Ermakoff Casa Editorial, 2005, p. 21.

por terem sido capitais, possuíam uma maior influência sobre o Brasil no que concerne à criação literária, havia outro estado cuja preponderância se destacava:

Mas foi mais que tudo a provincia de Minas, que (por ser patria d'uns litteratos, e residencia de outros) imprimiu um novo e grande impulso na regeneração da litteratura brasileira. Se esta nascêra da actividade de uma guerra de armas, agora, um seculo depois, outra guerra com os elementos, com as brenhas e entranhas da terra para extrahir-lhe o oiro nella escondido, produziu a regeneração litteraria que já traz em si mesma o cunho de ser nascida daquelles sertões do coração do Brazil.⁴³

Observa-se que tanto em Alencar como em Varnhagen ficam ligadas as ideias de nacionalidade e natureza, de solo e pátria. Em Varnhagen, como em Echeverría, junta-se a ideia de produção de bens (neste caso, não se trata da fisiocracia, pois a extração de metais não está ligada à agricultura, principal atividade fisiocrática) com a de “regeneração literária”. São estes os termos que começam a se relacionar: pátria e nação com natureza e literatura. Eis o centro das preocupações intelectuais dos românticos americanos. Cremos que essa breve exposição de pontos de vista de ambos os lados do Prata nos exime de justificar o porquê da constante contextualização e das preocupações estéticas e política das elites letradas americanas. Ou seja, a mera análise das obras historiográficas (e literárias) estaria incompleta se deixássemos de lado as suas implicações políticas e sociais — que são centrais. Por outro lado, as elites letradas americanas foram funcionais, em suas conjunturas, ao advento dos Estados nacionais modernos: a maioria dos escritores também ocupou cargos públicos, principalmente institucionais. Voltaremos a falar sobre esse particular em seguida.

---

⁴³ Varnhagen, F. A. de. *Florilegio da Poesia Brasileira ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio Histórico Sôbre as Lettras no Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1946, pp. 33-34 (Coleção Afrânio Peixoto). Optamos por manter a grafia original, tal como está na edição consultada.

Ora, apesar do entusiasmo da renovação que os primeiros românticos alentaram, em ambos os lados vivia-se um clima de caos político. A abdicação de D. Pedro I em 1831 e o estabelecimento do Período Regencial no Brasil correspondem ao fracasso do governo unitário do Bernardino Rivadavia, cuja centralização do poder em Buenos Aires foi o alvo das críticas do resto das Províncias Unidas. Levantamentos e rebeliões, em um lado, guerras civis, no outro. De todo modo, apesar de o interregno brasileiro e da declaração da maioria do jovem D. Pedro II não apaziguarem as rebeliões, que continuaram em todo o território imperial até final da década de 1840, houve um primeiro indício de estabilidade e de unificação nacional. Já na Argentina, o advento do regime Federal fez Juan Manuel de Rosas ficar no poder por mais de vinte anos, estabelecendo o caudilhismo com suas “montoneras” (milícias rurais armadas) e dando início a um novo período de guerras civis.

A partir desse cenário, podemos apresentar uma diferença que se mostrará importante ao longo deste capítulo e dos restantes. Enquanto os românticos argentinos foram — e são — reunidos sob o rótulo mais ou menos unificador de “Geração de 1837”, pois o início do movimento, como vimos, está cristalizado a partir do Salão Literário de 1837, os românticos brasileiros costumam ser reunidos em diversos esquemas. Essa diferença reside no fato de o Romantismo brasileiro contar com um maior número de escritores (e de escritos), que são divididos, nem sempre de forma justificada, em regiões ou etapas: primeiro Romantismo, segundo Romantismo, Romantismo condoreiro etc. Porém, o mais notável é que grande parte da produção romântica argentina se concretizou durante o exílio de seus autores principais, caracterizando um movimento centrífugo: do centro (Buenos Aires) para fora (exílio). E no Brasil, a maior parte da produção nucleia-se no Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (IHGB) e na corte do Rio de Janeiro. Temos, portanto, um movimento centrípeto: dos confins (outros estados) para o centro (Rio de Janeiro). De fato, podemos dizer, como primeira hipótese de leitura, que as diferenças institucionais entre ambos os países se resumem da seguinte forma: o Salão Literário de Marcos Sastre de 1837 pretendia institucionalizar as produções intelectuais e literárias argentinas mais ou menos como o IGHB fez no Brasil desde sua fundação, em 1838. Como reclamava Sarmiento, em 1841, já exilado no Chile: “¡Felices los pueblos que ya se han dado instituciones!”.⁴⁴

II – Breve história da historiografia literária

O século XIX, como demonstra a vasta bibliografia sobre o período, é considerado o século da História. Não porque não existissem registros prévios (nem posteriores), mas porque a relação do homem com as contingências do mundo obrigam-no a rever o seu redor e tentar dar conta de um novo vínculo. Os acontecimentos de maior relevância em todo o Ocidente, como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa que põe fim ao *Ancien Régime*, o fim do predomínio monárquico, as guerras napoleônicas, os primeiros movimentos nacionalistas, o avanço da burguesia, os agudos conflitos de classe, com as revoluções de 1830 e 1848, a instabilidade e a mudança: tudo, em conjunto, deu origem a uma ideia de história progressiva, em movimento, de onde decorre a importância do homem nesse processo. A ideia de progresso levou os intelectuais a olhar, imaginar, configurar e, por vezes, “adivinhar” o futuro; entretanto,

---

⁴⁴ Sarmiento, D. F. “El emigrado” (Diário *Mercurio*, Santiago do Chile, mar. 1841). In: *Obras Completas*, v. I (Artículos críticos y literarios). Buenos Aires: Editorial Luz del día, 1948, p. 23.

na busca por causas que explicassem o presente e o relacionassem com o futuro, eles também sentiram necessidade de revisar o passado. Disso decorre a importância que terá o estudo das chamadas tradições e do folclore local.

A história deveria, em primeiro lugar, destacar as características únicas e individualizantes dos povos, os “traços nacionais” e a relação dialética, tão cara aos românticos, entre o que há de inalterável na qualidade de “nacional” e o que muda ao longo da história. A origem e o destino começam a ser vistos em perspectiva, a partir de um presente em ebulição. Dentre os discursos científicos que tramaram a rede de conhecimentos, isto é, a *episteme* da primeira metade do século XIX, destaca-se o discurso liberal, cuja figura central é o burguês e seu projeto expansionista por meio do *free trade* e do incremento da riqueza pessoal, como se isso levasse, por si só, ao bem social. Isto é, a mão invisível do mercado fazendo sua parte para amarrar os sujeitos desagregados pelo processo de secularização. Esse processo colocará os Estados nacionais emergentes e seus panteões laicos como garantia de ordem e de cuidado da propriedade privada e de livre câmbio internacional. Além disso, ao longo do século XIX, serão revisados e postos a prova os postulados de Locke (1632-1704), Bentham (1748-1832), Smith (1723-1790), Burke (1729-1797), Hegel (1770-1831), Herder (1744-1803), entre outros, que darão sustento intelectual ao processo.

As Lições da filosofia da história de Hegel (e observe-se o estatuto que adquire a História já do título), junto com as considerações de Herder e seu conceito de *Volksgeist* (espírito do povo), são o marco central do novo impulso dado à historiografia no século XIX. A importância da história cultural, em geral, e da literária, em particular, crescerá, como nota Beatriz González-Sephan:

La coherencia discursiva puede opacar las falacias ocultas en las formas ideológicas. Tratemos de explicitar la lógica de esta falacia: el racionalismo iluminista determinó la concepción historicista de las formas sociales y culturales; en consecuencia, su proceso evolutivo perfectible; la relativización de las formas culturales llevó a la distinción de pueblos más desarrollados que otros, pero que en su conjunto configuraban la totalidad de la historia humana; luego, para tener alguna forma de historia había que tener alguna forma de cultura (occidental); sin ésta, se carecía de historia; por consiguiente, para tener historia había que abrazar las formas culturales reconocidas; sólo así se entraba en la ley del progreso.⁴⁵

Contudo, essa “falácia discursiva” alentou a maioria das nações emergentes que buscava ingressar no processo civilizador constante do chamado progresso e, sobretudo, promoveu um historicismo “nacional”, que, juntamente com os aportes românticos (como a ideia de gênio local e os postulados de Lamartine e Mme. de Stäel sobre a poesia como discurso legítimo), resultaram em um *corpus* que materializava e mostrava ao resto das nações esse ingresso na modernidade. Os intelectuais da América Latina não serão uma exceção, como veremos, dessa busca. Por isso, a ocidentalização do mundo sob o influxo liberal europeu não foi vivida por parte de certos setores das elites americanas em termos de colonização, “sino más bien como entrada en *la historia*” (González-Stephan, 2002, p. 112). Dessa forma, as histórias literárias nacionais estão imbricadas de maneira quase inextricável — embora suas relações sejam arbitrárias — com o nacionalismo político do século XIX e, sobretudo, ligadas a uma ideia de Estado nacional secularizado, forma que ganhará a organização social no Ocidente ao longo do longo século XIX, ou até o fim da Primeira Guerra Mundial, de acordo com a periodização de Eric Hobsbawm. Algumas das tensões — que foram o centro e motor do(s) Romantismo(s) — que enfrentará a historiografia literária podem parecer insuperáveis, mas funcionaram de forma conciliadora. Por exemplo:

---

⁴⁵ González-Stephan, B. *Fundaciones: canon, historia y cultura nacional. La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*. Vervuert: Iberoamericana, 2002, p. 108.

Essa tensão entre a literatura de ficção e os clichês ideológicos que lhe são contemporâneos foi, ao mesmo tempo e paradoxalmente, aguçada e neutralizada pela historiografia romântica. Aguçada: a poesia lírica e o romance intimista exigiam a criação de um discurso centrado na emergência do indivíduo, o que é sempre um problema para o historiador “nacional”, mas que, a partir do Romantismo, não pôde ser descartado. Mas, de outro lado, aquela tensão foi neutralizada: houve a preocupação de reconstituir as origens das literaturas nacionais européias.⁴⁶

As elites do século XIX no Ocidente propunham inserir os textos literários no decurso histórico das nações. Trata-se, definitivamente, do início do chamado “nacionalismo culturalista”, que, guardadas as devidas proporções, ainda não deixou de imperar em certas concepções intelectuais. Forma do nacionalismo que postula que toda nação deverá ter um território ligado a um Estado nacional, uma língua oficial, uma religião, uma literatura própria, uma tradição comum, uma comunidade, uma história (geralmente heroica), um folclore, um hino e uma bandeira representativas, um panteão dos chamados heróis da pátria, uma flor nacional, uma comida típica, um tipo (o *gaucho* na Argentina, o índio no Brasil imperial) etc. Em suma:

El Estado burgués requería para su consolidación (política y económica) la imposición de una lengua común de un pueblo unido y de una literatura *escrita* en esa única lengua, y no precisamente por una prioridad idealmente cultural, sino por razones estrictamente de efectividad mercantil. La unidad lingüística tenía mucho más que ver con la unificación de la lengua de los contratos laborales y comerciales que con la idea de una hermandad espiritualmente monoparlante.⁴⁷

Na América Latina, os conflitos com as línguas das ex-metrópoles terão capítulos interessantes e diversas polêmicas, como a que levou adiante Juan Maria Gutiérrez, quase no final de sua vida, com alguns membros da Real Academia Espanhola, ao rejeitar o diploma e o convite formal para fazer parte, como sócio, da instituição. Gutiérrez declarou que ser Vestal da língua castiça do Século de Ouro espanhol seria impossível, já que na Argentina a língua havia se cosmopolitizado e se adulterado. Que

⁴⁶ Bosi, A. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”, em *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 10.

⁴⁷ González-Stephan, *op. cit.*, p. 121.

classe de “guardião” seria ele, argumentava com ironia. Língua e nação também foram elementos de disputa e poder, e continuam sendo, mas analisar tal fato extravasa a nossa proposta.⁴⁸ As relações entre Estado e Literatura não fugiram da perspicácia de alguns intelectuais latino-americanos, como no caso do lúcido escritor e intelectual peruano José Carlos Mariátegui, que, em 1928, no já clássico *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, escreveu:

El florecimiento de las literaturas nacionales coincide, en la historia de Occidente, con la afirmación política de la idea nacional. Forma parte del movimiento que, a través de la Reforma y el Renacimiento, creó los factores ideológicos y espirituales de la revolución liberal y del orden capitalista. La unidad de la cultura europea, mantenida durante el Medioevo por el latín y el Papado, se rompió a causa de la corriente nacionalista, que tuvo una de sus expresiones en la individualización nacional de las literaturas. El "nacionalismo" en la historiografía literaria, es por tanto un fenómeno de la más pura raigambre política, extraño a la concepción estética del arte.

En la historiografía literaria, el concepto de literatura nacional del mismo modo que no es intemporal, tampoco es demasiado concreto. No traduce una realidad mensurable e idéntica. Como toda sistematización, no aprehende sino aproximadamente la movilidad de los hechos. (La nación misma es una abstracción, una alegoría, un mito, que no corresponde a una realidad constante y precisa, científicamente determinable).⁴⁹

A nação como mito ou alegoria e a literatura, que, às vezes, dentro de seus limites geográficos e linguísticos, deve distorcer suas considerações de maneira estrepitosa, são preocupações que veremos aparecer em nosso *corpus* de análise. Vale destacar que as apreciações de Mariátegui, apesar dos mais de oitenta anos que as separam deste início do século XXI, têm uma atualidade teórica que, como mencionamos, também são motor e preocupação de nosso trabalho.

---

⁴⁸ Como declarava Hamann, um dos mais destacados pré-românticos alemães: “Na língua de cada povo encontramos sua história. Já que a dádiva do falar é uma das prerrogativas específicas do ser humano, espanta-me constatar que não foi realizada uma tentativa de examinar mais detalhadamente a história de nossa espécie e de nossa alma, sob este ângulo”. Em *Autores Pré-Românticos Alemães*. São Paulo: EPU, 1992, pp. 26-27. (Introdução e notas de Anatol Rosenfeld).

⁴⁹ Mariátegui, J. C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, n. 69, 1985, pp. 195-6.

Por último, devemos destacar que certa corrente da historiografia literária, aquela que promove, como vimos, o vínculo entre literatura e nação renovou a maneira de interpretar não só os documentos históricos, mas os *corpus* textuais que compõe as tradições literárias, gerando um método que recorre a uma origem medieval das literaturas (no caso europeu) e a sua ideia, até o presente, de “progresso constante”. Por exemplo, um dos problemas enfrentados, tanto na Europa como na América, foi, sem dúvida, a mudança no plano teórico do estudo da história em geral, e da literária em particular. Talvez tenha sido Schiller o último a propor uma história teleológica na sua aula inaugural na universidade de Jena, em 26 de maio de 1789: *Was heißt und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte?* [O que significa e com que propósito estuda-se história universal?]. Contudo, a teleologia histórica e universal estava chegando a seu fim e a ideia de história nacional (como individualização de um povo) a substituiria. Como nota Jauss, foi Gervinus — após a publicação de *Fundamentos da teoria da história*, de Wilhelm von Humboldt — quem “se apropria dessa *maneira ideal de explicar* a história [a de Humboldt]” e acaba colocando “a *ideia histórica* de Humboldt a serviço da ideologia nacional”, resultando dessa nova abordagem a constatação de que:

A idéia universal da filosofia esclarecida da história desagrega-se na multiplicidade da história das individualidades nacionais, afunilando-se, por fim, no mito literário segundo o qual os alemães estariam qualificados para ser os verdadeiros sucessores dos gregos [...]⁵⁰

De todo modo, como nota Jauss, Gervinus acaba desprezando a literatura contemporânea, por ser decadente, e “aconselha os talentos, agora desprovidos de

---

⁵⁰ Jauss, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994, p. 10.

uma meta, a, de preferência, ocuparem-se do mundo real e do Estado.”⁵¹ Isto é, Gervinus propõe aos escritores se ocuparem das coisas do Estado, cuja consolidação é a meta de todas as elites no Ocidente. A literatura fica num segundo plano, principalmente porque a história literária alemã (que ele mesmo traçara) já havia erigido seus monumentos. E essa preocupação não foi exclusiva da historiografia europeia, pois deste lado do Atlântico também imperava nas elites uma espécie de “necessidade” de forjar a identidade:

Convenha-se: o surgimento dos novos Estados em toda a América Latina ao longo do processo de desmonte do Antigo Regime e dos impérios ibéricos foi um processo político tão imponente e grávido de efeitos institucionais que dificilmente a crítica literária das novas nações poderia ter-se subtraído à hipótese da vigência de correlações fechadas entre literatura e formação nacional. O assunto prioritário da geração de intelectuais ativos entre os anos da Independência e os meados do século XIX passava forçosamente pela construção da nova identidade nacional.⁵²

Ora, recorrendo ao “destino de grandeza” a que toda nação, segundo as elites letradas da época, estava destinada, nesses novos enfoques começaram a ser resgatados: as gestas, o folclore, os cancioneiros, os romanceiros etc. Também se estabeleceram novas periodizações, daí o fato de o século XIX ser, também, o responsável por rótulos como “Renascimento”, “Classicismo”, “Novo e Antigo Mundo” (Hegel) etc. Inclusive, nele ocorreu o ineditismo da autorrotulação, pois “Romantismo” foi uma alcunha estabelecida pelos próprios românticos. Já deste lado do Atlântico, como veremos, os românticos terão enormes dificuldades metodológicas para dar conta do passado e tentar se perder na “bruma dos tempos”, pois o período colonial resultava, no mínimo, uma ignomínia como passado nacional. Por isso, os românticos recaem em não poucas contrariedades durante a realização do corte ou do recorte,

---

⁵¹ Jauss, H. R. *op. cit.*, p. 11 (os itálicos pertencem ao próprio Jauss e são uma citação do texto de Gervinus *Geschichte der poetischen Nationalliteratur der Deutschen*, v. IV, p. VII.)

⁵² Bosi, A. *Op. cit.*, p. 13.

durante o início das chamadas “literaturas nacionais”. Os argumentos deviam ser eficazes, mas nem sempre foram.

III – A historiografia literária argentina: potencialidade

Antecedentes

A historiografia literária argentina estará marcada por duas forças antagônicas que, em última instância, são as responsáveis pela demora na sua concretização. De um lado, há a vontade da elite letrada (a chamada Geração de 1837) em dar forma à literatura nacional, e do outro, a constante postergação do projeto. Vontade e postergação: daí a potencialidade proposta. Ou seja, os projetos para *historicizar* a literatura argentina foram discutidos, debatidos e até propostos com zelo e patetismo românticos e, contudo, a crítica considera como a primeira história da literatura argentina propriamente dita apenas a do Ricardo Rojas, que foi publicada em 1916 (*Historia de la literatura argentina*), iniciada nada menos que com o primeiro capítulo dos “Proscritos”, isto é, os românticos exilados.

De todo modo, as primeiras discussões já com notas românticas sobre a nacionalidade da literatura no rio da Prata tiveram lugar pouco antes do mencionado Salão Literário de 1837. Por exemplo, em 1834, Juan Thompson escreveu:

En una sociedad cuyas bases descansan en instituciones sancionadas por el tiempo y por los progresos del espíritu humano, la literatura ocupa su lugar, porque todas las ciencias ya tienen el suyo exactamente marcado. Por el contrario, una sociedad naciente que no puede haber recibido nada de la marcha de sus instituciones, no es posible que tenga literatura verdadera.⁵³

---

⁵³ *Diario de la Tarde*, Buenos Aires, 24-XI-1834, n. 1041, sem assinatura.

Podemos nos perguntar se ele não incorre, por acaso, na falácia da qual falava González-Stephan. A literatura nacional, para Thompson, apresenta-se como exigência *sine qua non* para o progresso do “espírito humano”. Além disso, há um desejo de institucionalização que ficará, ao menos até depois da batalha de Caseros (1852), em estado volitivo. Nesse pequeno texto aparece, também, a ideia de periodização por idades. Thompson afirma que a literatura argentina está “en su primera infancia”, o que coincide com o postulado por Schlegel em seus *Fragmentos* ou, um pouco mais próximo, com as considerações de Victor Hugo no prefácio a seu drama *Cromwell*.⁵⁴ Por último, Thompson escreve: “En la nuestra [sociedad] nacida ayer, y nacida esclava, ¿qué literatura podría haber cuando apenas sabíamos hablar?”, ou seja, ele estabelece um corte possível para a literatura argentina. O início da literatura nacional para Thompson se dá a partir dos versos que suscitaram as batalhas dos portenhos durante as invasões inglesas (1806 e 1807) e as guerras da independência. A colônia escrava nada produziu, pois “apenas sabíamos hablar”. Dessa forma, fica estabelecido, e de certa forma essa ideia regerá as especulações da intelectualidade americana num primeiro momento (pós-independentista), que sempre que se tratasse de assuntos da “pátria” nos textos (e nesse momento pátria, nação e outros motes condensadores não ostentavam uma definição unânime), tanto para Thompson como para muitos outros, estaríamos diante de uma “literatura nacional”.

Estamos ainda, segundo a crítica, no início do romantismo argentino, isto é: 1834. Contudo, uma das respostas de Thompson à pergunta sobre o que é uma literatura nacional consiste numa peça crítica que fará escola na Argentina. Ela antecipa o Borges

---

⁵⁴ Para saber mais sobre este assunto em particular, ver: Hugo, V. “Do grotesco e do sublime”. In: *Cromwell*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Observar especialmente as páginas 13-22.

pós-*criollista*, aquele que, na década de 1930, declarou ironicamente, afastando-se da sua postura anterior que buscava a cor local, que a pátria dos argentinos era o universo. Pois, um século antes, Florencia Varela, em carta dirigida a Juan Thompson e a Esteban Echeverría, datada de 1º de janeiro de 1835, mas que foi publicada só em 1873 por Juan Maria Gutiérrez na *Revista del Río de la Plata*, tomo VII, n 28, dizia:

No, amigos míos; yo no creo que para que la literatura sea *nacional*, es necesario que tome en la patria todos los asuntos que trate, que copie solamente nuestra naturaleza, que refleje siempre nuestros caracteres, nuestras costumbres. Los dominios del poeta son ilimitados; su imaginación abarca toda la creación. Tome los objetos y los originales dondequiera, con tal que quien los imita, quien los establece, quien les da colorido y les viste las galas de la poesía sea un ingenio de mi patria, **que escriba en ella o para ella**, yo llamaré siempre a semejantes producciones *literatura nacional*. (grifo nosso)

Observa-se como o “en ella o para ella” outorga uma função à literatura, não tanto estritamente no campo estético e temático, mas relacionando-a à produção de um *corpus* nacional feito de poetas e *ingenios* locais. Eis outro critério que se repetirá amiúde não só na Argentina, mas na América Latina do século XIX: a literatura será *nacional* quando escrita por “un ingenio de mi patria”. Resta a tarefa, nada simples, de definir “pátria” para depois entender os limites da nacionalidade. Todos os critérios são problemáticos: a) o temporal: “Quando termina a colônia e começa a literatura propriamente *nacional*?” “Ou acaso a colônia pode ser *nacional*?”; b) o espacial: “Quais são os limites precisos da *pátria*?”⁵⁵; e c) “Quais são os temas que urgem e dizem a nação?”

---

⁵⁵ Observe como o termo era *flexível*, por assim dizer, aos olhos dos românticos do Prata: “Cada uno concibe la Patria a su modo: cada uno se hace de su esfera una idea arreglada a la esfera de su espíritu. De modo que la idea de Patria es de todas las ideas sociales, la más móvil, la más varia, la más progresiva y perfectible [...] La Patria es la humanidad. El pueblo es el género humano.” O texto é de Juan Bautista Alberdi e foi publicado em *El Nacional* n. 17, Buenos Aires, 3-12-1838, p. 2.

O “Salón Literario” de Marcos Sastre: 1837 – primeiras especulações

A abertura do Salão esteve a cargo do próprio Marcos Sastre, dono do local e da biblioteca que, como ressalta em seu discurso, continha: “las obras más importantes de la república de las letras, y particularmente las producciones modernas que siguen la marcha del espíritu humano”.⁵⁶ O discurso de Sastre é pacato e interesseiro. Ele glorifica Rosas, tentando se oficializar: “Porque el actual gobierno es el único conveniente, el único poderoso para allanar los caminos de la prosperidad nacional”⁵⁷ (p. 121), mas, apesar dessas desventuras, mostra com clareza como circulava a ideia de institucionalização do saber nacional:

¡Ah, señores!, si como arde mi alma en el amor de la ciencia tuviera los conocimientos técnicos y los talentos literarios que me faltan, yo reuniría aquí todo el saber argentino, y se levantaría una institución científica, de que pudieran gloriarse muchas naciones cultas y que produciría inmensos bienes a la Patria. (p. 121)

Esse discurso inaugural também apresenta visceralmente a hispanofobia que será a marca do “patriotismo” dos românticos argentinos. Ele apresenta, como causa do “entorpecido desarrollo intelectual”, três erros de plágio: a) plágio político; b) plágio científico; e c) plágio literário. Sastre coloca a Espanha como a culpada pelo atraso do seu país, para depois declarar que a juventude ali reunida será a encarregada de

---

⁵⁶ Sastre, M. “Ojeada filosófica sobre el estado presente y la suerte futura de la Nación argentina”, discurso inaugural do “Salón Literario de 1837”. Este e os seguintes discursos que citaremos foram reunidos por Félix Weinberg, em extenso e valioso prólogo de *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1977, p. 119. (Em todas as citações que correspondem a essa edição, indicaremos o número de página no final).

⁵⁷ Talvez a federalização progressiva e violenta fosse a causa dos elogios. Vale mencionar, como exemplo, que, em 1836, Rosas estabelece por decreto (em 27 de janeiro) uma intervenção na Universidade de Buenos Aires, que estipula que nenhum aluno poderá receber o título de grau de doutor “sin acreditar previamente, por información sumaria, haber sido obediente y sumiso a las autoridades y adicto a la causa nacional de la Federación”. (Félix Weinberg, “Introducción”. In: *El Salón literario de 1837*, op. cit., p. 15.)

acabar com esses erros por meio das seguintes coordenadas: “divorcio de toda política y legislación exótica; divorcio con el sistema de educación pública trasplantado de la España; divorcio de la literatura española, y aun de todo modelo literario extraño”, já que o país se dispõe a adotar: “una política y legislación propias de su ser; un sistema de instrucción pública acomodado a su ser; y una literatura propia y peculiar de su ser” (p. 122). É desnecessário dizer que esse “ser” ao qual alude insistentemente Sastre nunca é definido, nem sequer delineado.

Já a primeira leitura de peso será a de Juan Bautista Alberdi, um dos futuros redatores da Constituição argentina de 1853. O jovem Alberdi, que ainda via em Rosas um exemplo a ser imitado, formula suas preocupações sobre o futuro nacional da seguinte maneira: diferentemente da França, os argentinos começaram pela ação (a revolução independentista) e não pelas ideias. Então, a pretensão de Alberdi sugeria que é tarefa deles (os jovens) concluir, no plano intelectual, o que seus pais fizeram no plano político. Alberdi apresentava os postulados liberais do progresso como algo “necessário e *fatal*”, e declarava, entre o desejo e a inflamação profética, um destino manifesto de grandeza para a Argentina se, como eles queriam, a nação entrasse nesse caminho, culpando, ao mesmo tempo, a Espanha pela postergação desse destino já que “nos hacía dormir en una cuna silenciosa y eterna”.⁵⁸ Porém o ponto mais interessante do discurso de Alberdi é que, de certa forma, permeia a visão de quase toda a geração romântica, é o da dupla tarefa que propõe para os jovens: “1 – La indagación de los elementos filosóficos de la civilización humana; y 2 – El estudio de las formas que estos elementos deben recibir bajo las influencias particulares de

---

⁵⁸ Alberdi, J. B. “Doble armonía entre el objeto de esta Institución, con una exigencia de nuestro desarrollo social; y de esta exigencia con otra general del espíritu humano”. In: Weinberg, *op. cit.*, p. 139.

nuestra edad y nuestro suelo” (p. 141). Estamos diante do geral e o particular, dialética cara aos Romantismos. Também, por sua formação em Direito, ele retoma alguns dos postulados de Montesquieu em seu *L’Esprit des Lois* (1758), principalmente os que dizem respeito aos determinismos (climáticos, da natureza do solo, da quantidade de habitantes, da religião etc.), que usa para determinar o tipo de leis que um povo deve aplicar. Ora, segundo Alberdi, qual é o caminho que devem tomar os jovens intelectuais argentinos para cumprir esse objetivo:

Sobre lo primero es menester escuchar a la inteligencia europea, más instruida y más versada en las cosas humanas y filosóficas que nosotros. Sobre lo segundo no hay que consultarlo a nadie, sino a nuestra razón y observación propia. Así nuestros espíritus quieren una doble dirección: extranjera y nacional para el estudio de los dos constitutivos de toda civilización: el elemento humano, filosófico, absoluto; y el elemento nacional, positivo, relativo. (pp. 141-2)

Alberdi estabelece, dessa forma, o que mais tarde a crítica chamará, a partir de David Viñas, de “olhar estrábico”; isto é, um dos olhos estava atento aos acontecimentos da Europa e o outro aos da América. Embora Alberdi não explicita, ao menos nesse discurso, uma proposta de historiografia literária, sua aposta é maior, pois o vazio, o “deserto” (como dirá Echeverría) sobre o qual se pretende assentar “o nacional” é total e porque “el estudio de lo nacional es un trabajo nuevo, en que no se entró con decisión en nuestro país”. Ou seja, a partir das noções de “vazio”, “deserto”, “falta de civilização” e “barbárie”, que toda a geração romântica argentina colocará como principais causas de um suposto “atraso”, faz-se tábula rasa em vista ao futuro que adivinham ou que esperam.

Mas será o discurso de Juan María Gutiérrez — o jovem que se tornaria um importante crítico literário — o encarregado de estabelecer as primeiras diretrizes do

que ele considerava “literatura nacional”. O seu discurso não será uma exceção no que diz respeito ao tópico do progresso:

La historia general filosófica ha demostrado que cada pueblo debe, según sus necesidades, según su suelo y propensiones, cultivar aquellos ramos del saber que le son análogos; que cada pueblo tiene una literatura y un arte, que armoniza con su moral, con sus creencias y tradiciones, con su imaginación y sensibilidad. **La literatura [...] es tan peculiar a cada pueblo**, como las facciones del rostro entre los individuos; la influencia extraña es pasajera en ella; pero en su esencia no está, ni puede estarlo, sujeta a otros cambios que a los que trae consigo **el progreso del país a que pertenece**.⁵⁹ (Destacados nossos)

Dessa maneira, ele traça o vínculo — como sugerimos, arbitrário — entre o progresso literário e o progresso nacional e depois estabelece a distinção entre a ciência, que é “una matrona cosmopolita, que en todas las zonas se aclimata”, e a literatura, que é “un árbol que cuando trasplantado degenera”. Mais uma vez, como já tinha feito Alberdi, Gutiérrez deixa que a ciência, entendendo-a como a *episteme* europeia do Iluminismo e do Romantismo, aclimate-se na Argentina sem problemas; mas adverte sobre os perigos de “transplantar” literaturas. Gutiérrez resgata entre os argentinos a tradição americana das civilizações pré-colombianas, o seu antiespanholismo é o mais radical do grupo: “El hierro y el fuego de la conquista destruyeron de consumo los monumentos de nuestros padres” (p. 149) (pais incas, maias, astecas, guaranis). Gutiérrez será o único “indianista” do romantismo no rio da Prata.

O ataque sistemático de Gutiérrez contra tudo o que for espanhol o leva a cometer injustiças estéticas, pois não resgata absolutamente nada da produção peninsular: “Nula, pues, la ciencia y la literatura española, debemos nosotros divorciarnos completamente con ellas, emanciparnos a este respecto de las tradiciones

---

⁵⁹ Gutiérrez, J. M. “Fisonomía del saber español: cuál deba ser entre nosotros”. In: Weinberg, *op. cit.*, p. 148.

peninsulares, como supimos hacerlo en política cuando nos proclamamos libres” (pp. 153-154). O sistema de ensino também estará na sua mira e será, mais uma vez, o culpado pelo atraso. Ora, a proposta de Gutiérrez, aqui apenas esboçada, que será, como veremos a seguir, o centro de seus estudos futuros sobre “o nacional”, é duplo:

Tratemos de darnos una educación análoga y en armonía con nuestros hombres y con nuestras cosas; y si hemos de tener una literatura, hagamos que sea *nacional*; que represente nuestras costumbres y nuestra naturaleza, así como nuestros lagos y anchos ríos sólo reflejan en sus aguas las estrellas de nuestro hemisferio. (p. 154)

Ele é duplo porque nos possessivos se entreveem suas preocupações americanistas. Isto é, o desejo de Gutiérrez não é o de “emancipar” apenas a literatura argentina, mas a de toda a América. Assim, como durante as batalhas da independência nas quais os exércitos das futuras nações lutavam em conjunto contra os *realistas*, a literatura de toda a América Latina deveria “se emancipar” do que ele considera uma estéril Espanha, produtora de todos os males e do atraso deste lado do Atlântico. Nesse sentido, sua obra *América poética*, de 1846, será um passo decisivo para começar a concretizar suas ideias. Para Gutiérrez, como para a maioria dos românticos brasileiros, será a poesia a portadora de maior legitimidade na progressiva idealização de uma literatura americana, pois: “Si la poesía es una necesidad de los pueblos adelantados y viejos, es una planta que nace espontáneamente en el seno de las sociedades que empiezan a formarse” (p. 156). Voltaremos depois a falar sobre Gutiérrez.

Restam só as duas leituras de Esteban Echeverría, que se mostra menos efusivo e relativiza tudo o que em matéria de política e cultura tinha se atingido nos poucos anos de independência: “Tenemos independencia, base de nuestra regeneración política, pero no derechos ni leyes, ni costumbres que sirvan de escudo y salvaguardia

a la libertad que ansiosamente hemos buscado”,⁶⁰ ou mais lapidariamente: “Hemos sabido destruir, pero no edificar; los bárbaros también talan” (p. 166). A crítica, e como veremos essa é a palavra-chave, que Echeverría realiza deixa um “campo” deserto, pois, apesar de a revolução ter contado com “espadas brillantes[,] [...] faltóle dirección, inteligencia y se extravió e inutilizó su energía.”

Em todo momento, Echeverría se postula, embora implicitamente, de maneira mais ou menos clara, como o único capaz de orientar a marcha, acertar o timão (governar, em seu sentido etimológico), e nesse sentido, também será considerado *pioneiro* pela crítica. Pois, se suas *Rimas*, como mencionamos, dão início ao Romantismo argentino, a publicação de seu *Dogma Socialista*, que veio à luz pela primeira vez em 1838, no *Iniciador* de Montevideu, será o primeiro escrito político romântico de peso no rio da Prata. Tudo indica que Echeverría tinha em mente seu *Dogma Socialista* quando declarava, no Salão Literário, que “el verdadero saber no consiste en tener muchas ideas sino en que sean sanas y sistematizadas y constituyan un fondo de doctrina o una creencia, por decirlo así, religiosa para el que las profesa” (p. 170). Echeverría será um dos mais profícuos escritores da geração romântica. Analisaremos depois suas produções (ou tentativas) historiográficas da literatura, basta destacar, por enquanto, qual era o panorama que ele apresentava nesse presente cheio de contratempos:

Nuestros sabios, señores, han estudiado mucho pero yo busco en vano un sistema filosófico, parto de la razón argentina y no lo encuentro; busco una literatura original, expresión brillante y animada de nuestra vida social, y no la encuentro; busco una doctrina política conforme con nuestras costumbres y condiciones que sirva de fundamento al Estado, y no la encuentro. (p. 171)

---

⁶⁰ Echeverría, E. “Primera Lectura”. In: Weinberg, *op. cit.*, p. 166.

Algumas dessas sombrias especulações têm sustento na sua própria experiência. Por exemplo, em 1836, Echeverría, que também se interessava pelas canções populares, reuniu uma coletânea de “Melodias argentinas” compostas pelo músico Esnaola, e escreveu os lineamentos de seu “Proyecto y prospecto de una colección de canciones nacionales”, já que:

Los brasileños tiene sus *modinhas*, los peruanos, sus *yaravies* [...] y en suma, no existe pueblo alguno culto que no se deleite en cantar sus glorias e infortunios, y en expresar por medio de la poesía y la música las fugaces emociones de su existencia.⁶¹

A Argentina não podia permanecer à margem desses prazeres. Contudo, na edição organizada por seu amigo e crítico, Juan María Gutiérrez, lemos numa nota de rodapé: “Este prospecto no se dio a luz, y el proyecto concebido por el poeta y el artista, abortó como todo pensamiento bello o generoso allá por los años de 1836”. Echeverría foi um incansável questionador da ordem estabelecida e um dos homens mais admirados pelos seus contemporâneos. O trabalho crítico estava no centro de suas preocupações, apesar dos altos e baixos e do cenário político — e Echeverría foi o único a antecipar a violência do regime rosista. Por isso, ele encerra seu discurso com a seguinte declaração, que atribuía à juventude um futuro messiânico: “estamos en la época reflexiva y racional, nuestra misión es esencialmente *crítica*, porque la *crítica* es el instrumento de la razón” (p. 174, o grifo é de Echeverría).

Outras propostas, periodizações e tentativas

Quando os métodos de Juan Manuel de Rosas para calar seus adversários políticos recrudesceram, principalmente a partir de 1840, quando a saudação “obrigatória” nas

---

⁶¹ Echeverría, E. “Proyecto y prospecto de una colección de canciones nacionales”. In: *Obras Completas*, op. cit., p. 339.

ruas de Buenos Aires era o conhecido “Viva la Ferderación”, grande parte dos unitários, antigo partido de Rivadavia contrário aos federais (partido do Rosas), partiu, junto com os jovens românticos, para o exílio. A grande maioria, ao menos no primeiro momento, trasladou-se para margem oposta do rio da Prata, em Montevideu, de onde realizaram, com uma imprensa panfletária, suas críticas e exerceram a oposição. Em maio de 1841, devido ao aniversário da revolução independentista, realizou-se o Certame Literário de Maio, em cuja comissão organizadora encontrava-se o poeta Florencio Varela, vate do classicismo riopratense. No informe da comissão, escrito pelo próprio Varela, lê-se uma primeira periodização que terá ecos ao longo do século XIX, embora debatida e contradita por críticos como Juan Maria Gutiérrez:

Ninguna literatura americana pudo haber mientras duró en estas regiones la dominación de España. Jamás una colonia tuvo ni tendrá literatura propia; porque no es propia la existencia de que goza [...] El pensamiento del colono, lo mismo que sus brazos y su suelo, solo producen para la metrópoli. [...] Alzóse el pueblo de la condición de colono a la de soberano; y en el gran sacudimiento nació también la poesía nacional, hermana gemela de la Independencia.⁶²

Para os românticos, a literatura nacional se constrói, então, a partir da independência. Sendo ela sua “hermana gemela” (irmã gêmea), não podia ter havido nada de americano antes desse momento. O corte é drástico, mas efetivo. Sua missão é encorajar o patriotismo que, no exílio, tende a sobrepujar o resto das “necessidades”. Contudo, o texto mais significativo desse certame foi escrito por Alberdi e publicado no mesmo ano em Montevideu. Trata-se das “Observaciones sobre el certamen poético celebrado en Montevideo en 1841”, no qual Alberdi dialogará com o “informe” de Varela e apresentará seus pontos de vista para o estudo de uma literatura latino-americana. Isso porque, mais uma vez, ao falar de literatura nacional,

---

⁶² Varela, F. “Informe” citado por Pedro Luis Barcia em *Historia de la historiografía literaria argentina: desde los orígenes hasta 1917*. Buenos Aires: Ediciones Pasco, 1999, p. 78.

os românticos recaem sobre o território americano em sua totalidade. Dessa forma, a principal crítica ao “Informe” é que este:

Establece desde luego la negación de toda literatura anterior a la revolución de Mayo, en lo cual no hay exactitud, porque sin contar a Labardén que apareció antes de la revolución y es maestro de todos los que cantaron la guerra de los 15 años, la literatura se había manifestado por distinguidos prosadores, tanto en Buenos Aires como en Méjico, Perú y Colombia; y no podía dejar de suceder así porque ella se manifiesta desde que hay sociedad, y ésta la hubo antes de Mayo, por más que la metáfora proverbial haga datar su origen en 1810. El estudio de **nuestra literatura colonial**, sería un digno tema de las investigaciones de los talentos serios que se levantan: es tiempo ya de abandonar preocupaciones pasadas de moda, y emprender seriamente el examen de los antecedentes literarios, legislativos y administrativos de nuestros tres siglos coloniales, que han dado a luz la sociedad presente: sólo en el profundo estudio de nuestro pasado, aprenderemos a apreciar el presente, y descubrir la llave del porvenir.⁶³ (Destaque nosso.)

Talvez seja a primeira vez que o colonial vem precedido de um possessivo (“nuestra literatura colonial”) e que se promove o estudo abrangente do passado, anterior à “metáfora proverbial” que considera a Revolução de Maio como início de tudo. Alberdi propõe uma historização do mesmo modo que faziam Hegel ou Herder, autores citados em diversas ocasiões ao longo da sua obra, e deriva daí as leis do progresso, já que: “sólo en el profundo estudio de nuestro **pasado**, aprenderemos a apreciar el **presente**, y a descubrir la llave del **porvenir**”. Mas, além disso, e nisso ele se distingue do seus conterrâneos, Alberdi deixa claro que a única condição para que exista literatura é que haja uma sociedade ligando a literatura ao social, e não apenas ao nacional. E, como vimos, incluindo na produção o México, o Peru e a Colômbia, importantes centros de atividade econômica e intelectual durante a colônia. Por último, nessa extensa citação, Alberdi coloca Labardén, autor da conhecida *Oda ao Paraná*, publicada em 1801 e de onde a Argentina tomará seu nome do *argentum* latino (a prata tão prezada entre os metais), presente na invenção nacional, como

---

⁶³ Alberdi, J. B. “Observaciones sobre el certamen poético celebrado en Montevideo en 1841”. In: *Autobiografía y otros escritos*. Buenos Aires: Jackson, 1953, pp. 68-69.

precursor. Gutiérrez também dedicará um longo estudo ao advogado, jornalista e escritor Labardén, outorgando-lhe, ao menos na sua versão, o papel de “precursor” da literatura argentina.

Páginas mais adiante, Alberdi esquece os seus reparos coloniais e assegura, como era costume na época, que a literatura argentina encontrava-se em seu primeiro período “primitivo y de fecundación”, já que “lo contrario, sería sostener que estamos en nuestro siglo de oro literario, que es la segunda época de toda poesía, lo cual es un absurdo”, e apresenta como mais absurdo ainda declarar que “tocamos nuestra decadencia inteligente”. Essa divisão por era, etapas ou períodos, que, como vimos, pertence ao âmbito historicista romântico de cunho liberal, leva o Alberdi das apreciações particulares às gerais. Desta forma, Alberdi recupera o tópico do *translatio imperii*, tão caro ao humanismo europeu e que vários americanos desejavam ver realizado, e instaura outro tópico que fará escola na América Latina: o do papel da juventude no futuro da nação, a ideia de que na juventude está o porvir:

Todo lo que va a salir de este continente, es distinto de lo conocido hasta ahora; guardémonos de rodear la cuna de un mundo que nace, de las leyes de un mundo que se va. El instinto sea nuestra antorcha principal en la hora en que vivimos: déjense llevar nuestro jóvenes talentos de esta luz divina, que es la que alumbró los pasos adivinados de Homero, Dante y Shakespeare; la América está en una de esas grandes épocas de refundición social y de embrión de un mundo desconocido, que son las propias para dar a luz genios originales, como los que se han dejado ver en las tres o cuatro grandes auroras de la civilización humana.⁶⁴

Dessa forma, para Alberdi o “instinto” (e não a cópia) fará surgir aos “genios originales”, então para ele o “embrión” tem um futuro promissor. Alberdi, um dos mais fervorosos instigadores da chamada “República do interesse”, isto é, da ideia de deixar o mercado ao cuidado do laço social, terá papel central após a queda de Rosas

---

⁶⁴ Alberdi, J. B. *op. cit.*, p. 85.

na organização nacional. Ele escreverá as *Bases y puntos de partida para la organización nacional*, que será o modelo da Constituição argentina de 1853. Manterá, além disso, uma forte e rica polêmica com Sarmiento sobre qual seria a melhor forma de república: ele defendendo, como notamos, a “República do interesse” e Sarmiento, a chamada “República da virtude”, cuja ênfase não estava no mercado, e sim na educação do cidadão. Sarmiento defendia a formação da civilidade e das normas de convívio por meio do ensino, considerado base para religar o laço social após a desagregação do processo de secularização. Mencionamos esses dados, aqui interpolados, para justificar, mais uma vez, a abordagem histórica e política dos postulados da historiografia literária, pois se trata dos mesmos homens que pensaram (inventaram) a nação e suas leis, os que compuseram o *corpus* de textos que até hoje é chamado de “literatura argentina”.

Já em 1846, ainda no exílio em Montevideu, Echeverría publicará uma “Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 37”, dedicada aos “Mártires sublimes” (que comporão, até hoje, o panteão dos “heróis” burgueses da pátria) e inspirada “por el amor a la Patria”. Na “Ojeada” (literalmente uma olhada em algum assunto), Echeverría postulará qual será a missão da juventude argentina, deixando de lado, quase por completo, a literatura e realizando uma lista dos tópicos que tanto o preocupavam, dentre os quais destaca: “la cuestión de la prensa – la cuestión de la soberanía del pueblo, del sufragio y de la democracia representativa – la del banco y papel moneda — la de la emigración [...] – la de la policía” etc. E, mais adiante, insiste na necessidade de “bosquejar nuestra historia militar y

parlamentaria”,⁶⁵ porém nada de literatura. Finalmente, recapitula todas as propostas de seu *Dogma Socialista*, que serviu como base e vínculo para os jovens reunidos na Asociación de Mayo. O curioso é que Echeverría menciona que Rosas e seus esbirros tinham notícia das reuniões da associação, mas que:

Precaucionalmente nos habíamos juntado en barrios diferentes, entrando y saliendo a intervalos, de dos en dos, para no despertar sospechas; pero nos habían sin duda atisbado. Dudaba tal vez Rosas del objeto de nuestras reuniones, las creyó literarias y nos dejaba hacer.⁶⁶

Por se tratar de uma especulação do próprio Echeverría, não podemos concluir se o caráter inofensivo que assume a literatura em seus entreditos decorre dele ou de Rosas. Contudo, imediatamente, o autor das *Rimas* nos dá uma pista sobre suas especulações, colocando em primeiro plano a “tirania” de Rosas, deixando claro que não é ali, na “Ojeada...”, que se deve estabelecer “los progresos de la evolución literaria”:

Pero se concibe bien que la poesía y las letras no podían en aquella época calmar la ansiedad de la juventud, ni atraer mucho la atención de una sociedad preocupada de intereses tan positivos, trémula todavía por tan hondas agitaciones, incierta sobre su porvenir, y sacudiéndose palpitante en las garras de su tirano. A esta causa debe atribuirse la timidez de sus ensayos, y es de presumir que los jóvenes que se ocuparon de letras, más lo hicieron por despecho y necesidad de acción mental, que por obedecer a un impulso propio o social.

No es éste el lugar de apreciar la importancia ni los progresos de esa evolución literaria. Basta a nuestro propósito hacer notar que la fermentación política y literaria estaba a un tiempo en la cabeza de la juventud argentina.⁶⁷

Então, não era esse o lugar, apesar da imbricação entre política e literatura apresentada por ninguém menos que Echeverría, um dos mais ativos membros da Geração de 1837 em ambos os campos. Nas últimas páginas da “Ojeada...”, Echeverría

⁶⁵ Echeverría, E. “Ojeada retrospectiva...”. In: *Obras completas, op. cit.*, p. 63.

⁶⁶ Echeverría, E. “Ojeada retrospectiva...”. In: *op. cit.*, p. 73.

⁶⁷ Echeverría E. “Ojeada...”, *op. cit.*, p. 74.

repassa o que ele acha fundamental da criação literária argentina, apesar de sua advertência. Destaca, em primeiro lugar, a publicação do *Facundo* de Sarmiento, embora escreva: “Notamos, sin embargo, un vacío en la obra del señor Sarmiento sobre Quiroga; la hallamos poco dogmática” (p. 82). Ocupa-se depois de Alberdi e de sua *Introducción a la filosofía del derecho*, porém, mais uma vez, surge a decepção, pois Alberdi:

En *La Moda* después, bajo el pseudónimo de Figarillo, nos hizo esperar un Larra americano. Mucho sentimos que el señor Alberdi haya abandonado completamente esa forma de manifestación de su pensamiento, tal vez más eficaz y provechosa en estos países. (p. 84)

A Gutiérrez são dedicadas as melhores linhas, não apenas pelos elogios, mas pela fervorosa tarefa que empreende nos momentos “que le dejan desocupados arduas tareas de enseñanza” no Chile. De Gutiérrez, autor do qual nos ocuparemos a seguir, Echeverría destaca:

El señor Gutiérrez es el primero que haya llevado entre nosotros a la crítica literaria el buen gusto que nace del sentimiento de lo bello y del conocimiento de las buenas doctrinas. Laureado en el certamen del 25 de mayo de años 42 en Montevideo, todo el concurso le proclamó poeta. [...] Hoy, en Chile [...] el señor Gutiérrez se ocupa de hacer una publicación con el título de *América Poética*, donde todos los vates americanos se darán por primera vez la mano, y fraternizarán por la inspiración y el sentimiento entrañable del amor a la patria. (pp. 84-85)

Além de outorgar-lhe o duplo mérito de pioneirismo pelo trabalho crítico em literatura e pela *América Poética*, Echeverría vê em Gutiérrez o verdadeiro homem de Letras. Por isso, não é de estranhar que, como mencionamos, a obra completa do próprio Echeverría fosse compilada e prefaciada por Gutiérrez e que até hoje essa edição seja a mais consultada e citada pelos pesquisadores e críticos literários.

Em algumas edições da obra de Echeverría, incluindo a de Juan Maria Gutiérrez, como apêndice da “Ojeada...” aparece um ensaio-resposta intitulado: “La situación y el

porvenir de la literatura Hispanoamericana”. O trabalho é uma resposta às “Consideraciones sobre la situación y el porvenir de la literatura hispanoamericana”, do escritor espanhol Dionisio Alcalá Galiano, publicadas no *Comercio del Plata* de Montevideu (números 234, 235 e 236), e escritas em Mérida em 20 de julho de 1845. As considerações são filhas de um patriotismo exagerado, se nos é permitido o pleonasma, que não atribui qualquer relevância à literatura latino-americana e que conclama os intelectuais a assumir novamente a luz do farol espanhol como guia. Devemos destacar que são considerações de quem, tempo depois, após passar alguns anos em Cuba, escreve: “Promover una reforma templada pero lata a la vez, reforma conducente al provecho y la gloria de la causa española en el Nuevo Mundo, he aquí el único móvil a que obedezco”.⁶⁸ Depois de atacar com agudeza e ironia as especulações do Galiano e de declarar que não seguirá seu conselho nem “imitarán imitaciones”, Echeverría afirma que:

Sea cual fuere la opinión del señor Galiano, las únicas notabilidades verdaderamente progresistas que columbramos nosotros en la literatura contemporánea de su país, son Larra y Espronceda; porque ambos aspiran a lo nuevo y original, en *pensamiento y forma*.⁶⁹

Ou seja, apenas os principais representantes do Romantismo espanhol são reconhecidos por Echeverría, e também por Alberdi, que assinava suas crônicas na revista *La Moda* como Figarillo, em clara alusão ao Fígaro de Larra. De todo modo, para o mais cético dos românticos, que, como vimos, sempre pintava um panorama desalentador do presente argentino, Echeverría utiliza sua sagacidade porque vê em

---

⁶⁸ Dionisio Alcalá Galiano, *Cuba en 1858*. Madri: Imprenta de Beltrán y Viñas, 1859, p. 5, *apud* Fleming, L. In: “El meridiano cultural, un meridiano polémico”. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010. (Edição digital).

⁶⁹ Echeverría, E. “La situación y el porvenir de la literatura Hispanoamericana”. In: *Obras Completas*, *op. cit.*, p. 386 (indicaremos o número da página no final das citações).

perigo nada menos que a “argentinidade” tão procurada e idealizada e porque as intenções espanholas de hegemonia cultural resistem, ainda, em toda e qualquer tarefa intelectual em território americano:

El único legado que los americanos pueden aceptar y aceptan de buen grado de la España, porque es realmente precioso, es el del idioma; pero la aceptan a condición de mejora, de transformación progresiva, es decir, de emancipación. (p. 388)

A língua estava novamente no centro das disputas. Dessa vez, considerada o único legado espanhol válido, porém sujeita também às leis do progresso; língua viva e, portanto, mutável, como qualquer organismo, segundo as metáforas da época.

Antes de passar para Gutiérrez, devemos dizer que, se os argentinos proscritos não conseguiram materializar nem institucionalizar suas especulações historiográficas, outro exilado, um venezuelano, em Santiago do Chile, foi o maior instigador e, sem dúvidas, o mais original latino-americano a historizar a produção literária da América Latina. Referimo-nos a Andrés Bello, que, do periódico *El Araucano*, renovou a metodologia de pesquisa histórica, às vezes com tanta ousadia que despertou a crítica (provavelmente por incompreensão) de seus contemporâneos, como Lastarria e o próprio Sarmiento. Em 1848, publica em *El Araucano* o conhecido ensaio “Modos de escribir la historia”, no qual declara que não há que se apropriar de sistemas de pensamento já estabelecidos (europeus) e insiste na necessidade de consultar os documentos e os textos originais, como, à sua maneira, fará Gutiérrez: “La filosofía de la historia de Europa será siempre para nosotros un modelo, una guía, un método; nos allana el camino, pero no nos dispensa de andarlo”.⁷⁰

Gutiérrez, crítico e historiador americano

---

⁷⁰ Bello, A. “Modo de escribir la historia” *apud* González-Stephan, *op. cit.*, p. 149.

Juan María Gutiérrez formou-se, como grande parte da elite letrada argentina, nos cursos da Universidade de Buenos Aires — por meio das bolsas que o próprio Rivadavia oferecia —, nos de Filosofia e Belas Letras e de Retórica, que, como ele mesmo recordará anos depois, o reitor Diego Alcorta ministrava. Quando jovem, trabalhou na Comissão Topográfica (1825) e chegou a ser nomeado Primeiro Engenheiro, em dezembro de 1839.

Ao longo dos anos 1830 participou de várias publicações periódicas, como a maioria da sua geração (*El Amigo del País*, 1833; *Museo Americano* e *El Recopilador*, 1835-6; *La Moda*, 1837-8 etc.). Participou, como vimos, do Salão Literária de Marcos Sastre de 1837, com a leitura do texto “Fisonomía del saber español: cuál deba ser entre nosotros”, no qual explica sua acérrima hispanofobia. Apesar de seus projetos “nacionais”, em fevereiro de 1840 Gutiérrez recebe o decreto que o dispensa do governo de Rosas:

El Oficial Mayor del Ministerio de Gobierno ¡Viva la Federación! Buenos Aires, Febrero 19 de 1840, Año 31 de la Libertad, 25 de la Independencia y 11 de la Confederación Argentina. Al Señor Presidente del Departamento Topográfico. El infrascripto ha recibido orden del Excelentísimo Señor Gobernador de la Provincia, Nuestro Ilustre Restaurador de las Leyes, Brigadier Don Juan Manuel de Rosas, para decir al Señor Presidente del Departamento Topográfico, que no siendo acreedor a la confianza del Gobierno el salvaje unitario D. Juan María Gutiérrez; ha dispuesto que desde la fecha cese para siempre en el cargo de Ingeniero 1°. Lo que se le comunica a los efectos consiguientes. Dios guarde a Usted muchos años, Agustín Garrigós.⁷¹

A consequência dos “efectos consiguientes” não só foram a interrupção de seu trabalho, como seu exílio em Montevideu. O exílio o levará de Montevideu a Porto Alegre, depois ao Rio de Janeiro, e, após passar pela Europa em viagem com Alberdi, estabelece-se em Santiago do Chile (1845), onde, por recomendação de Sarmiento,

---

⁷¹ In: *El nacimiento de la crítica: Juan María Gutiérrez*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967, p. 246. (Coleção Capítulo de la Historia de la Literatura Argentina, v. 11.)

assumirá o cargo de diretor da Escola Náutica do Chile. No Chile, mais precisamente na cidade de Valparaíso, publica o que será um marco histórico na literatura latino-americana: a *América Poética*. O livro veio à luz em 1846, com um prólogo do próprio Gutiérrez dedicado “A los poetas Americanos”.

Nesse prólogo, Gutiérrez, depois de advertir que não são eles — sempre usando o plural majestático em nome dos editores — os precursores do tema, pois já existiam o *Repertorio Americano* de Andrés Bello e Juan García del Río e o compilado *Lira Argentina*, do dr. Ramón Díaz. O autor deixa claro que:

Nos guía en la publicación que emprendemos una intuición muy seria. La tenemos por acto de patriotismo, mirando en ella uno de los testimonios que aún faltan para convencer de que en el pensamiento americano hay elevación, nobleza y unidad.⁷²

O patriotismo é o americanismo, ou seja, tudo aquilo que nega a Espanha. A preocupação de Gutiérrez, um discípulo e, por momentos, modificador das teorias do Andrés Bello, com a recopilação de dados, a recapitulação e busca de uma bibliografia *americana*, levou-o a passar grande parte de sua vida juntando o material que, muitas vezes, como veremos, não se transformaram em obra. Dessa forma, a advertência, no prólogo de *América Poética*, é eloquente:

[...] nos tomaremos la libertad de advertir que nos falta copia de datos suficientemente metodizados para dar con la verdad andando el camino a que nos conducen aquellos impulsos que acabamos de señalar. (p. 16)

Como vemos, para Gutiérrez, os dados recolhidos deviam ser filtrados a partir do método para “dar con la verdad”. Seus trabalhos como polígrafo, poeta, crítico, historiador e editor costumam misturar-se ou se confundirem. Ora, qual era o seu

---

⁷² Gutiérrez, J. M. “Prólogo a la primera edición de la *América Poética*”. In: Gutiérrez, J. M. *De la poesía y elocuencia de las tribus de América y otros textos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n. 238, 2006, p. 15. (Indicaremos número de página ao final das citações).

critério para seleção dos poetas americanos em língua espanhola, sendo que seu projeto era nada menos que compilar composições poéticas (incluindo as coloniais) do México até a Confederação Argentina:

Hemos preferido aquellas composiciones que tienen relación, por el asunto o por el colorido, con el genio, la índole y la naturaleza de nuestro continente, desechando las inspiraciones de la pasión en las luchas civiles, y ahorrando, en lo posible, las exageraciones del entusiasmo en los himnos de triunfo nacional.⁷³

São todos critérios românticos que, imediatamente, ganham uma dimensão que, como dissemos, a grande maioria dos seus contemporâneos negavam, pois Gutiérrez tenta levar o início das composições americanas para um passado remoto, perdendo-se, assim, nas “brumas do tempo”. De fato, além de reivindicar um grupo de autores coloniais, em detrimento das aspirações espanholas de colocá-los entre os “peninsulares” nas histórias literárias locais, Gutiérrez adverte que: “Antes que la civilización cristiana penetrase en América con sus conquistadores, era ya muy estimado en ella el talento poético” (p. 16). Há um destino poético anterior à civilização cristã. Gutiérrez estudará essas manifestações se convertendo no único argentino com certo grau de “indianismo”. Para a maioria de sua geração, o índio sempre foi “o outro”, tanto na poesia “La cautiva”, de Echeverría, como lapidariamente declarava Alberdi nas suas *Bases*: “los indios no componen mundo”. Gutiérrez chegou a escrever um “Estudio sobre la elocuencia y la poesía de las tribus Americanas”. Esse destino poético do índio é muito próximo, em certa medida, ao indianismo brasileiro, sobretudo ao exasperado e um tanto afetado indianismo de Magalhães. É de notar

---

⁷³ Gutiérrez, J. M. “Prólogo...”, *op. cit.*, p. 16.

que Gutiérrez publicou uma crítica da *Confederação dos Tamoios*⁷⁴ apenas um ano depois da primeira edição (1856).

Por último, não deixa de ser chamativo um dos critérios utilizado por Gutiérrez para reunir os autores da *América Poética*:

La trivialidad no existe en la lira americana, así como no hay objeto apocado entre los de su naturaleza física. El cinismo, y las provocaciones a la risa, propias de las literaturas artificiales y achacosas, se buscarían en vano entre los buenos versos firmados por nuestros poetas.

Y no podía ser de otro modo, atendiendo a sus antecedentes personales. Los más de ellos se educaron para el foro, se sentaron en las Asambleas legislativas, representaron a sus gobiernos en países extranjeros, los presidieron a veces, y siempre pertenecieron al movimiento político o a la administración de sus respectivas repúblicas. (p. 19)

A extensa citação mostra com clareza que, para Gutiérrez, há um caráter político inseparável dos poetas, uma imbricação tal que a seriedade das composições recolhidas, diferentemente das “literaturas artificiales e achacosas” que produzem riso, explicam-se (“y no podía ser de otro modo”) pelos antecedentes dos autores educados para a *res publica*.

Após a Batalha de Caseros, em 1852, e a queda de Rosas, o mesmo Gutiérrez ocupará cargos públicos (políticos), tornando-se um intelectual orgânico da nova tentativa de Confederação levada adiante por Justo José de Urquiza. Em resumo, ocupou o posto de ministro do governo bonaerense de Vicente López e Planes em 1852, foi membro do Congresso Constituinte de 1853 e um dos redatores da Constituição Nacional. Foi, além disso, ministro das Relações Exteriores do governo do

---

⁷⁴Essa extensa crítica, que Gutiérrez publicara originalmente no diário *El Orden* de Buenos Aires em 1857 (números 429 e 430), começa estabelecendo uma analogia entre Argentina e Brasil: “Los indios Tamoyos fueron para la ciudad de Río de Janeiro lo que los querandíes para Buenos Aires.” Uma versão integral da crítica, com apurada tradução de Maria Eunice Moreira, pode ser encontrada em: Gonçalves de Magalhães, D. J. *A confederação dos Tamoios*. Edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema. Maria Eunice Moreira e Luís Bueno (orgs.) Curitiba: Editora UFPR, 2007, pp. CLXXVI a CXCVIII.

Paraná entre 1854 e 1856. A partir do governo do gen. Mitre ficou à margem dos cargos de comando, embora acabasse ocupando o cargo de reitor da Universidade de Buenos Aires entre os anos 1861 e 1874. Por esses anos publicou a maioria de seus artigos críticos, suas resenhas e suas compilações de autores americanos e argentinos.

A partir da década de 1860, começa a se destacar como redator de *La Revista de Buenos Aires* e, anos depois, da *Revista de la Plata*. Nessas publicações concentrará a maior parte da sua produção histórica e crítica. No número 48 de *La Revista de Buenos Aires* de abril de 1867, por exemplo, Gutiérrez adianta a publicação de umas “Reminiscencias de literatura antigua americana e especialmente de la República Argentina”, que conclui com um “continuará” jamais retomado. Contudo, acaba realizando uns “Estudios histórico-críticos sobre la literatura en Sudamérica”, cujo programa traçado vai da “Literatura anterior à Conquista”, passa pela fundação da Universidade do México e seus escritores, pela cidade de Lima no Peru, por umas “Consideraciones sobre las causas de la mala literatura colonial en el Perú” e chega até o “Juicio de Ulloa sobre la Universidad de Lima”. Nesse ensaio, Gutiérrez escreve a seguinte declaração:

No pretendemos dar a estas reminiscencias el título de “historia literaria” de nuestro país, por la razón de que no hemos de narrarlas ahora con la extensión y estudio que la importancia del asunto exigen. Pero no por esto hallaríamos razón para negar el título de “historia” a la exposición del desarrollo intelectual de un país que posee ensayos notables escritos sobre hechos políticos y militares.⁷⁵

Em seguida, Gutiérrez reclama que os mexicanos, os peruanos, os equatorianos e os brasileiros já ostentam sua história literária, dizendo que são “menos tímidos ou

---

⁷⁵ Gutiérrez, J. M. “Reminiscencia...” (Texto completo em *Estética Hispanoamericana del Siglo XIX*. Prólogo, seleção e notas de Miguel Gomes. Caracas: Ayacucho, 2002, p. 157. (Coleção Claves de América).

descuidados que los argentinos”. É ambígua sua preocupação, pois, ao ser mais descuidados que os argentinos, cada qual obteve sua história, porém, esse mesmo cuidado, extremo no caso do Gutiérrez, é o motivo que posterga a nunca redigida (embora anunciada) “história da literatura argentina”, que, como mencionamos, só virá à luz em 1916, com a publicação dos estudos de Ricardo Rojas. Porém há um parágrafo que devemos destacar e que nos servirá de ponte para passar à produção historiográfica no Brasil. Diz Gutiérrez:

El Brasil especialmente da en este punto un buen ejemplo, con el provecho que ha logrado para su crédito y fama de culto e inteligente, por medio de las investigaciones a que se han entregado entre otros, los señores Sousa Silva, Magalhães, Pereira da Silva, Varnhagen, etc. acerca de las letras brasileiras en general, de la poesía en particular, y de la vida y las obras de sus literatos, oradores, poetas y hombres de Estado más notables. Estos trabajos de erudición y de crítica han dado ocasión a un renombrado alemán, el señor Fernando Wolf, para levantar un verdadero monumento a la literatura brasileira, escribiendo su historia cronológica y crítica, acompañada de una copiosa antología en la cual el hábil crítico, tan versado en las lenguas del mediodía de Europa, ha reunido composiciones sobresalientes, tanto en prosa como en verso, escritas en diferentes épocas por hijos del Brasil.⁷⁶

Gutiérrez será o responsável pelas primeiras edições completas, com notas, da obra do Echeverría e Juan Cruz Varela. Seu trabalho crítico seria inabordável diante dos propósitos desta pesquisa. A produção de Gutiérrez, nota Myers, como crítico e historiador literário o levou a estabelecer tacitamente “la legitimidad de una concepción que privilegiara la autonomía del campo literario; y en algunos de sus escritos, de forma tentativa y limitada, llegaría, incluso, a defender explícitamente esa autonomía y la de los literatos cuya obra estudiaba”.⁷⁷ No entanto, abordar toda sua produção (a)sistemática e heterogênea é tarefa árdua e supera as pretensões deste trabalho. Apenas para exemplificar, citemos que:

⁷⁶ Gutiérrez, J. M., *op. cit.*, pp. 157-158.

⁷⁷ Myers, J. “Estudio preliminar”. In: Juan María Gutiérrez, *Cartas de un porteño: Polémica en torno al idioma y a la Real Academia Española*, de. Buenos Aires: Taurus, 2003, p 17.

Su producción escrita llegó a incluir obras tan diversas como una descripción de la colonia alemana de San Leopoldo en el sur de Brasil, un manual de geometría, una colección de sus propias poesías, algunas incursiones en la narrativa, biografías políticas y literarias, una cantidad indeterminada de artículos periodísticos de combate, un estudio histórico magistral sobre el desarrollo de la educación superior en Buenos Aires, varias antologías de poetas americanos, y lo que constituyó la porción más importante de su obra, una gran cantidad de estudios sobre temas literarios, que ocupaban un espacio de indefinición entre la historia de la literatura y lo que hoy sería lícito llamar crítica literaria.⁷⁸

Vale mencionar que Gutiérrez foi um dos poucos, senão o único, dos românticos argentinos a destacar a importância da literatura colonial, a qual dedicará vários de seus ensaios, como os *Estudios biográficos y críticos sobre algunos poetas americanos anteriores al siglo XIX*, livro publicado em 1865 pela Imprenta del Siglo em Buenos Aires e que inclui o perfil e a crítica da obra de oito autores: os mexicanos Ruiz de Alarcón e Sor Juana Inés de la Cruz; os peruanos: Fray Juan de Ayllon, Juan Caviedes e Pablo de Olavide; o equatoriano Juan Bautista Aguirre; o chileno Pedro de Oña; e o argentino Manuel de Lavardén. Portanto, o corte que Gutiérrez propõe não nasce, como para a maioria, em maio de 1810, embora ele não assuma o que chama de conquista e seus relatos como literatura americana. Seu trabalho está dividido entre o fervor americanista e o afazer nacional. Esse último, como vimos, permaneceu em estado potencial.⁷⁹

IV – A historiografia literária brasileira: concretização

⁷⁸ Myers, J. “Estudio preliminar”, *op. cit.*, pp. 15-16.

⁷⁹ No seu ensaio *Historia de la historiografía literaria argentina: desde los orígenes hasta 1917*, Pedro Luis Barcia, depois das considerações sobre a obra do Gutiérrez, lista, em dois apêndices, tudo aquilo que fora publicado por Gutiérrez em vida (Apêndice I) e o que se encontrava no seu arquivo pessoal (hoje na biblioteca do Congresso da Nação) (Apêndice 2), no qual lemos: “1. *Literatura argentina*. Colección de opúsculos 1807-1862; 2. *Oración patriótica*. Colección de artículos publicados en la 2da. Serie de *La Revista de Buenos Aires*; 3. *Poemas del Río de la Plata*. Obras de: J. R. Muñoz, J. Rivera Indarte, Echeverría, Ascasubi, J. C. Varela, Ricardo Gutiérrez y H. Fajardó.; [...] 6. *Buenos Aires. Poesías*. Colección de poesías y versos publicados en Buenos Aires o escritos por argentinos. [...] 11. *Sermones argentinos*”. (Barcia, P. L., *op. cit.*, pp. 140-141)

Antecedentes

Se o deserto que prefigurou a elite letrada argentina para sobrepôr suas ideias de civilização também foi a metáfora de toda a produção literária, isto é, um espaço a preencher, no Brasil, a frondosidade e a exuberância da selva são uma boa imagem da produção historiográfica. Não apenas porque, em virtude do papel que os românticos conferiam à natureza, o clima tropical suscitasse a especulação estética, mas também pela abundância de textos que, já desde 1808, foram produzidos sobre o Brasil.

Em primeiro lugar, deveríamos falar, como de fato faz Maria Eunice Moreira, “dos europeus”.⁸⁰ Ou seja, os primeiros olhares do conjunto da literatura brasileira, embora às vezes reunida como apêndice da produção portuguesa, foi feita por historiadores europeus. O fato de a família real ter se instalado nos trópicos pela ameaça de invasão napoleônica não é insignificante. Pois, na corte de D. João VI e na de D. Pedro I, existiram missões científicas e artísticas vindas da França, da Alemanha e de outros territórios europeus.

Quem abriu o caminho para a distinção, embora insustentável a partir dos seus postulados, entre literatura portuguesa e brasileira foi o historiador alemão, professor de “Literatura geral” e “Catedrático de Filosofia” Friedrich Bouterwek. Em 1805, Bouterwek publica o tomo IV da série *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13 Jahrhunderts (História da poesia e da eloquência desde o século XIII)*, intitulado *Geschichte Portugiesischen der Poesie und Beredsamkeit (História da poesia e da eloquência portuguesa)*. Além de estabelecer um paralelismo com a literatura espanhola, realiza uma distinção entre dois poetas “brasileiros”: Antônio José da Silva,

---

⁸⁰ Moreira, M. E. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

identificado como “judeu”, e Cláudio Manuel da Costa. Dessa forma, após a decadência de Portugal resultante do domínio espanhol, “Um dos primeiros que voltaram a introduzir um estilo mais nobre na poesia portuguesa foi o brasileiro Cláudio Manuel da Costa.”⁸¹

Depois, o historiador, economista e intelectual ginebrino Simonde de Sismondi, que acompanhara Mdme. de Staël durante suas viagens pela Alemanha e Itália, autor que será recuperado, como vimos no capítulo I, pelo jovem Lênin em 1897 (*Contribución a la caracterización del romanticismo económico: Sismondi y nuestros sismondistas patrios*), publica, em 1812, *De la Littérature du Midi de l'Europe*, uma obra em quatro volumes. No volume IV, no qual se ocupa da literatura portuguesa, lemos:

André Nunes da Silva nasceu e educou-se no Brasil, mas faleceu em Portugal sob o hábito de frade teatino. Suas poesias religiosas podem figurar entre as melhores do século. Destarte, uma nação jovem, que provavelmente herdara apenas o gênio dos antigos portugueses, começou já a crescer e elevar-se além dos mares.⁸²

Apesar dos erros cometidos por Sismondi (André Nunes da Silva nasceu em Lisboa e nunca foi teatino), é importante resgatar dessa citação dois aspectos que cremos relevantes. Em primeiro lugar, sendo Sismondi um estudioso da formação dos Estados modernos, a menção a “uma nação jovem” não nos parece gratuita, pois se trata das categorias de progresso (as idades da nação) mais utilizadas pelos românticos: se o Brasil já é uma nação jovem com literatura própria, parece dizer Sismondi, então está no caminho certo do progresso. Em segundo lugar, o fato de destacar o nascimento

---

⁸¹ Bouterwek, F. “Antônio José e Cláudio Manuel da Costa” (tradução de Walter Koch de *Geshcichte der Portugiesischen und Beredsamkeit*). In: *Historiadores e críticos do Romantismo. 1- A contribuição europeia: crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 9. (Seleção e apresentação de Guilhermino César).

⁸² Sismondi, S. de. *De la Littérature du midi de l'Europe*. In: *Historiadores e críticos do Romantismo...* op. cit. pp. 21 e 22.

como critério de “nacionalidade”, embora em estado latente, não deixa de ser uma novidade. De fato, Sismondi acreditava que a instalação da corte lusitana em território americano traria promissoras consequências:

O novo império dos portugueses, aquele sobre o qual repousam, doravante, todas as suas esperanças de independência e de grandeza futura, começou por sua vez a cultivar as letras, e produziu neste século um homem superior na poesia lírica, Cláudio Manuel da Costa, natural da circunscrição das Minas Gerais, Brasil.⁸³

Para Sismondi, haveria um futuro de grandeza auspiciado pelo cultivo das letras. O autor novamente faz menção ao nascimento, dessa vez, acertada.

Mas foi, sem dúvidas, o francês Ferdinand Denis o primeiro estrangeiro a ter maior repercussão no Brasil. Não apenas por percorrer seu território ao longo de três anos (1816-1919), mas por exaltar a natureza com olhar de naturalista, como Humboldt, e por designar o “indianismo” como uma particularidade brasileira. Em seu *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, publicado como apêndice do *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*, em 1826, como indica Guilhermino César:

Manifestou, todavia, reiteradamente, a intenção de “indicar o caminho que a poesia deve seguir no Novo Mundo”. Imbuído de pensamento construtivo, quis ser, em síntese, muito mais o guia de uma literatura em formação que o historiador passivo de fases extintas.⁸⁴

Ou seja, Denis colocou no centro da cena tanto aquilo que se apresentava como necessidade de *historiar* como os parâmetros para fazê-lo, além de ressaltar o original na natureza e no indianismo. Em seguida, buscava incitar a juventude a realizar a tarefa de procurar a independência cultural (o Brasil já era politicamente independente desde 1822). A natureza marcará o caminho da originalidade:

---

⁸³ Sismondi, S. de. *op. cit.* p. 23.

⁸⁴ Guilhermino César, “Ferdinand Denis”. In: *Historiadores e críticos do Romantismo... op. cit.* p. 29.

A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma; nossa glória literária [a europeia] não pode sempre iluminá-la com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia. (...) Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo.⁸⁵

“Independência política e cultural!”: esse corolário será repetido em toda América, quase como um grito de guerra das elites letradas. Ora, é verdade que Denis repassa com maior detalhe o que ele chama de “literatura brasileira”, da colônia até os árcades, mas seus critérios de inclusão ou exclusão de autores, assim como os de origem, são débeis e contraditórios. Sigamos sua lógica (indicaremos o número de página no final de cada citação):

O início da literatura brasileira *não data de época muito recuada*; entretanto, é muito difícil determinar-lhe a verdadeira origem, já que a separamos, por alguns instantes, da literatura portuguesa. *É certo que ela começou com alguns imperfeitos relatos do século XVI*, os quais se refugiaram, em grande parte, nos arquivos da Torre do Tombo. (p. 41)

Embora Dinis da Cruz e Silva não tenha nascido na América, colocá-lo-ei aqui, entre os poetas que honram o Parnaso brasileiro. (p. 70)

Existem muitas outras obras históricas publicadas por brasileiros, *mas não chegaram ao meu conhecimento*, ou o lugar em que nasceram seus autores não é suficientemente conhecido para que devamos incluí-los aqui. (p. 78, todos os destacados são nossos)

Essas e outras incongruências percorrem as páginas de Ferdinand Denis, apesar disso, como nota Guilhermino César, “Não houve leitor desse livro que não prestasse tributo à corrente indianista” (p. 28).

Entretanto, antes de analisar um dos primeiros historiadores da literatura brasileira local, o cônego Januário da Cunha Barbosa, vale notar que, entre os portugueses, além de Herculano, que escreveu o prólogo dos *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias,

---

⁸⁵ Denis, F. *Resumo da História literária do Brasil*. In: *Historiadores e críticos do Romantismo...* op. cit. p. 36.

saudando com loas o poeta brasileiro, Almeida Garret também se ocupou da literatura brasileira. Mas sua leitura não deixa de atribuir às produções literárias do Brasil o papel de apêndice da literatura portuguesa. O mesmo ano em que Denis publicou seu *Résumé*, Garret publicou o *Parnaso Lusitano, ou Poesias Seletas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos*, em cuja introdução, intitulada “História abreviada da Língua e Poesia Portuguesa”, lemos (o autor fala da decadência literária do século XVIII):

Mui distinto lugar obteve entre os poetas desta época Cláudio Manuel da Costa; o Brasil o deve contar seu primeiro poeta [em antiguidade], e Portugal entre um dos melhores. (...) E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros.⁸⁶

As produções são brasileiras, a glória é portuguesa! O nacionalismo liberal de Garret o guia em suas especulações. Embora depois, em contradição com esse critério, afirme de José Basílio da Gama e de seu *Uruguai*: “Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana” (p. 91).

Talvez em resposta ao *Parnaso Lusitano*, três anos depois da sua publicação, o cônego Januário da Cunha Barbosa, que será mais tarde “secretário perpétuo” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publica seu *Parnazo Brasileiro ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*, em 1829. Trata-se de um trabalho original no Brasil, que anuncia sua continuação embora apenas tenha sido publicado um segundo volume (sem introdução). Ora, achamos conveniente citar na íntegra a introdução do *Parnazo Brasileiro* não só por sua

---

⁸⁶ Almeida Garret, “A restauração das Letras, em Portugal e no Brasil em meados do século XVIII”. In: Guilhermino César (org.), *Historiadores e críticos do Romantismo*, op. cit. p. 90.

concisão, mas porque estão ali os critérios da coleção toda. O título da introdução diz:

“Ao público” (mantemos a grafia original da primeira edição, que foi a consultada):

Empreendi esta collecção das melhores Poesias dos nossos Poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido no mundo litterario o Genio daquelles Brasileiros, que, ou podem servir de modellos, ou de estímulo á nossa briosa mocidade, que ja começa á trilhar a estrada das Bellas Letras, quasi abandonada nos últimos vinte annos dos nossos acontecimientos Políticos.

Os que se derão á huma semelhante taréfa na Inglaterra, França, Portugal, e Hespanha, de certo não tiverão tantas dificuldades á vencer, como as que encontro neste Paiz, onde a Imprensa he moderna, e por isso os escriptos, por mais de huma vez copiados, podem ser, em muitas partes, differentes dos que sahirão das pennas de seus Authores.

Todavia, confrontando manuscriptos de amigos entendidos, e amantes dos nossos Poetas, e sem desprezar o conselho de alguns, que ainda lhes pertencem por sangue e affeição, julgo prestar hum serviço louvável, aos que desejão possuir, em huma só collecção, tantas Poesias estimaveis, que o tempo vai ja consumindo, com prejuizo da nossa gloria litteraria.

Fôra bom ajuntar á esta collecção huma noticia Biographica de tantos Poetas, que honrão o nome Brasileiro com producções distinctas; mas esta tarefa offerece maiores difficuldades, sem com tudo desanimar a quem espera ainda offerecer ao conhecimento do mundo as memorias dos Illustres Brasileiros, que fazem honra á Litteratura Nacional. Os dois *Alvarengas*, *José Basilio*, *Salles*, *Claudio Manoel*, *João Pereira*, *Caldas*, e outros que hoje só vivem em suas obras, tem parentes e amigos, que de certo se prestarão a communicar-me as materias necessarias á Biographia dos Poetas Brasileiros, que intento escrever, para ser publicada em algum dos seguintes Tomos desta Collecção. A esperanza em que estou de ser coadjuvado nesta empreza de gloria Nacional, por todas as pessoas, que possuem poesias e noticias dos nossos bons Poetas, até hoje sepultados em archivos particulares, obriga-me a pedir, que as confiem do Editor do *Parnazo Brasileiro*, remettendo-as á sua morada, Rua dos Pescadores N° 112 (porte pago), onde se dará recibo, para a entrega do original, depois de copiada.⁸⁷

Em primeiro lugar, é importante notar que Januário alega um afastamento das belas letras por parte da juventude nos últimos vinte anos — ou seja, exatamente desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil — por motivos políticos (primeiro parágrafo). Em segundo lugar, a proibição que impedia a imprensa de exercer sua

---

⁸⁷ Da Cunha Barbosa, J. “Introdução” de *Parnazo Brasileiro ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829, pp. 3-4.

atividade durante o domínio colonial é outro dos problemas que enfrenta o cônego ao tentar reunir os poetas. Dele, decorre a necessidade de se confrontar manuscritos com amigos e também explica o fato de nem sempre as poesias serem idênticas às já publicadas ou transcritas. Este fato não é menor, Januário teve de compilar as poesias e as cotejou com as versões em circulação, por isso, foi um protótipo de “editor” da literatura brasileira. Por último, o autor do *Parnazo...* estabelece a importância da prática, que ele mesmo incorporará depois na Revista do IGHB, de anexar as biografias dos “heróis” do panteão burguês (coisa que não fará nesse volume, nem no segundo, que são os únicos publicados), pois, dessa forma, faz recair sobre o autor uma importância “para a glória nacional”, que será o modelo de toda historiografia nacional do século XIX em diante. Com esse intuito, convoca todos que possuam produções de poetas brasileiros em coleções privadas e pede o envio dos originais para que ele possa copiá-los e, assim, difundi-los publicamente. Não é por acaso que a introdução é dedicada “Aos leitores”.

O Grupo Nitheroy e o “Ensaio” de Magalhães

Vimos como o grupo nucleado em torno da revista *Nitheroy*, cujo lema (“Todo pelo Brasil e para o Brasil”) já evidencia o nacionalismo de seus redatores, é o marco que dá início ao Romantismo no Brasil. Um romantismo que começa em Paris, cidade guia de muitos românticos que, ao menos até o *fin-de-siècle*, será o centro intelectual da maioria dos escritores da América Latina. No primeiro número da revista, Gonçalves de Magalhães, que se ocupará também de teologia,⁸⁸ publica um “Ensaio sobre a história

---

⁸⁸ No segundo número da revista, Magalhães escreve o ensaio “Da religião”, porém não continua seus estudos sobre historiografia literária no Brasil. Para as citações de Magalhães utilizamos a edição

da Litteratura do Brasil”, que ele tinha a intenção de continuar, já que se trata de um “Estudo preliminar”. Próximo ao final do ensaio, o autor argumenta: “Aqui terminamos a vista geral sobre a historia da Litteratura do Brasil, desta Litteratura não no Paiz nascida. Antes porem de entrarmos na descripção e analyse dos escriptores, uma questão se levanta (...)” (p. 153). Essa análise, porém, nunca se concretizará.

Pois bem, o ensaio de Magalhães instaura todos os tópicos da historiografia romântica oficializada (e ligada a D. Pedro II), começando pelo papel da literatura, que, com ecos de Herder, viria a “annunciar ás gerações futuras qual fôra o character do povo do qual é ella o unico representante na posteridade” (p. 132). Passando pelo determinismo geográfico e pela ideia de que cada clima suscita sua *tipologia*, Magalhães se vale de todo o arsenal “científico” e, fundamentalmente, botânico, para inventar a origem da literatura brasileira: “Cada povo tem sua litteratura, como cada homem o seu character, cada árvore o seu fructo, [...] nós ahi vemos outra litteratura, que chamamos enxertada” (p. 132-133). Em seguida, ele chega, finalmente, ao que crê ser o centro do problema, que é a falta de arquivos e de documentação que ajudariam a estudar a literatura brasileira que ele tenta historiar:

Lugar é este de expormos as difficuldades, que na execução desta obra encontramos. Aquelles, que alguns lumes de conhecimentos possuem sobre a Litteratura Brasileira sabem, que mesquinhos e exparsos são os documentos, que sobre ella consultar-se podem. Nenhum nacional, que nós conheçamos, occupado se tem até hoje com tal objecto. Dos estrangeiros, MM, Bouterwech, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Diniz (*sic*) alguma coisa disseram. (pp. 135-36)

Depois disso, Magalhães descrê do valor das obras estrangeiras, resgatando apenas a produção do Ferdinand Denis, embora acabe declarando que ela serviu “apenas para

dar uma ideia a estrangeiros” (p. 136). Além disso, o autor não deixa de citar o único “nacional” (modo como ele chama seus compatriotas) que enfrentou os mesmos problemas que ele: “Esta dificuldade foi já reconhecida pelo ilustre Edictor do *Parnasso Brasileiro* (sic), cujo trabalho tão digno de louvor, assaz servio-nos” (p. 137).

Estabelece imediatamente outro tópico romântico, o do “grande homem”, e o une ao destino da nação de maneira correlata, como podemos ler: “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence. A gloria de uma Nação, que existe, ou que já existira, não é senão um reflexo da gloria de seus grandes homens.” (pp. 137-38). Nesse caso, cita quase literalmente Mdme. de Staël como fonte irrefutável. Em seguida, descarrega seu arsenal nacionalista contra os portugueses, que considera serem os únicos responsáveis pelo atraso e pela falta de literatura no Brasil: falta de instituições de ensino, de imprensa etc. Neste sentido, Magalhães se aproxima como nenhum outro daquilo que foi postulado pelos românticos argentinos, cuja hispanofobia, como vimos, era amplamente difundida (a culpa é sempre do colonizador). Mais adiante, Magalhães se queixa do período colonial, das arbitrariedades e da impiedade dos portugueses, que descreve como ferozes que invertem a lógica da civilização e da barbárie já que, parafraseando Vasconcellos, os índios eram brutalmente assassinados “por valentia”. O ataque contra a educação portuguesa é também virulento.

Ora, entre os comentários contra os portugueses, que Magalhães culpa pelo “germe de discórdia”, interessa-nos destacar um no qual fala sobre o atraso do Brasil:

A Deos prasa, que este perigoso fermento, que entre nós gira, este germe de discórdia, resaibo ainda da não apurada educação, e sobretudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria, e das artes, e tão perniciosa á moral, não empeçam sua marcha, e seu engrandecimento. (p. 141)

Magalhães deixa nas mãos de Deus o destino e a glória do Brasil, mas, principalmente, ataca não só a falta de educação, mas a escravidão, pois a considera um impedimento ao desenvolvimento da indústria e das artes; o que faz escravo todo o povo brasileiro e não apenas aos negros. É de notar que a crítica tendenciosa ao sistema escravista que poderíamos deduzir dessas linhas, apesar de ele se referir apenas à época colonial, pode ter lugar no período de interregno, pois faltavam quatro anos para a declaração da “maioridade” de D. Pedro II. O assunto teve seu momento de tensão após a independência, quando os grupos liberais e liberais conservadores, com José Bonifácio à frente, e os chamados “maçons”, que tinham como representantes Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, de quem já falamos, debatiam na imprensa “livre” as opiniões, mais ou menos radicais, sobre o fim do tráfico⁸⁹. A partir daí, Magalhães silenciará essa crítica, sobretudo quando sua amizade com D. Pedro II lhe conferir os cargos de “escritor oficial” (implícito) e de ministro e diplomata do Império (explícito). De fato, nem ele, nem nenhuma figura da sua geração, a não ser o Gonçalves Dias de *Meditação* e Bernardo Guimarães em alguns comentários, tocarão no assunto da escravidão negra durante as décadas de 1840 e 1850. Essa situação perdura até o momento em que Castro Alves retoma o assunto, apesar de fazê-lo apenas como temática.

Ao se deter com tanto detalhe nas contingências históricas e políticas, Magalhães sente necessidade de esclarecer que todas essas considerações são próprias das nações que entram no caminho do progresso e, assim, anunciar que:

---

⁸⁹ Sobre o papel da imprensa no período pré e pós-Independência, ver o excelente ensaio de Isabel Lustosa: *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Também de I. Lustosa, ver: *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

O nosso fim não é traçar a biographia dos Auctores Brasileiros, mas sim a historia da Litteratura do Brasil, que toda a historia, como todo o drama, supõe lugar da scena, actores, paixões, um factio progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. (p. 142)

Finalmente, Magalhães apresenta a “ideia de pátria” que “aparece” aos poetas e os guia em seus cânticos. A pátria é vista como musa, tópico explorado até a extenuação pelos românticos: “O Poeta Brasileiro não é guiado pelo interesse, e só o Amor mesmo da Poesia, e de sua Pátria o arrasta.” (p. 143). A partir daí, Magalhães pode historiar e, portanto, esboçar, sempre por meio dos acontecimentos histórico-políticos, uma periodização da literatura brasileira. Isto é, ele coloca o Brasil como “filho da civilização Francesa”, sendo a Nação brasileira “filha desta revolução famosa, que balançou todos os thronos da Europa”. Entrevemos aqui uma separação de Portugal, pois, se os Braganças fugiram da ameaça napoleônica, Magalhães exultará a Revolução Francesa, que, do braço do “Arbitro dos Reis” (Napoleão), será a produtora de uma nova nação. Dessa forma, Magalhães pode inferir que:

As ephocas da Historia do Brasil são como especies de contra pancadas, ou echos dos grandes factos modernos da Europa. O primeiro, como vimos, devido foi á Revolução Franceza, o segundo á promulgação da constituição em Portugal, e apressado pela volta do Rei á Lisboa (p. 150)

Desta maneira, Magalhães chega a apresentar a independência como uma necessidade, que, apesar dos bons augúrios que entrevê para o Brasil, só se legitima quando o “Jovem Imperador” assume o cargo ao qual seu pai abdicara. D. Pedro I será, nas palavras de Magalhães, o filho legítimo do Brasil: “pelas auras da América bafejado e pelo sol dos trópicos aquecido” (p. 151). Contudo, ao traçar, imediatamente depois destas considerações, a periodização, Magalhães não realiza o esperado corte, como os românticos argentinos, entre um antes e um depois da independência, o que o leva

a argumentar que: “De duas distintas partes consta a historia do Brasil, comprehendendo a primeira os seculos XVI, XVII e XVIII; a segundo o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias decorre” (p. 151).

O pobre percurso da produção literária durante a época colonial que Magalhães realiza, no qual apenas fala do papel dos jesuítas sem citar nenhum nome, sugere um lugar vazio (o do gênio local), que o autor de *Suspiros poéticos* aspira a ocupar. Nisso ele também se assemelha a Echeverría. Não há nada durante a colônia: lugar vago para o gênio e para a postulação deles mesmos. Sem dúvidas, Magalhães, sendo o protegido de D. Pedro II, ocupará esse lugar até a renovação literária que Gonçalves Dias (primeiramente) e José de Alencar (em um segundo momento) representarão. No final do seu ensaio, Magalhães deixa para o leitor a conclusão que acabamos de explicitar (ele como o primeiro poeta “original”, gênio local e brasileiro):

E si até hoje a nossa Poesia não offerece um character inteiramente novo e particular, é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos (...) não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis, as mais das vezes arbitrárias, daquelles que se arrogam o direito de torturar o Genio, arvorando-se Legisladores do Parnaso. (p. 158)

Voltaremos a falar sobre as considerações de Magalhães quando compararmos a produção historiográfica argentina e brasileira.

Joaquim Norberto: historiador da literatura nacional e “oficial”

Joaquim Norberto de Sousa Silva é, sem dúvida, o mais profícuo dos historiógrafos da literatura brasileira. Sua obra, de pouco valor literário no juízo quase unívoco da crítica posterior, também contempla a poesia, o teatro, o romance, a biografia, o ensaio etc. A maioria da sua produção historiográfica se concentra na década de 1840,

quando grandes mudanças políticas se avizinhavam, pois, essa década começa no Brasil com a implementação, por decreto, da Lei Interpretativa do Ato Adicional, que fez com que o jovem Pedro de Alcântara, de apenas 14 anos de idade, fosse declarado maior de idade⁹⁰ e nomeado imperador do Brasil como D. Pedro II. O decreto entrou em vigor em julho de 1841. Mas, apesar da aparente contenção e unidade que o Império assume sobre os estados que o compõem, as rebeliões continuam assolando o poder centralizador em busca de uma autonomia regional. Os levantes haviam surgido ao longo do Período Regencial, entre a abdicação de D. Pedro I em 1831 e a nomeação de seu filho imperador, sendo que a maioria deles era movida por ideias liberais. Eles só seriam interrompidos no apogeu do governo de D. Pedro II, no começo da década de 1850. Vale lembrar a rebelião conhecida como Guerra dos Farrapos (1835-1845), com intenções separatistas, no atual território do Rio Grande do Sul; os focos rebeldes convergentes no Maranhão, um de vaqueiros e outro de negros escravos fugitivos (sob o comando de Cosme), na chamada Balaiada (1838-1841); as rebeliões liberais e populares de 1842 em São Paulo e Minas Gerais; e a chamada Revolução Praieira (1848-1850) em Pernambuco.⁹¹

Neste cenário, Joaquim Norberto, que também terá uma longa trajetória como burocrata do Império, produzirá o primeiro esboço de uma história da literatura brasileira. Trata-se do “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”, que publicou como prefácio das *Modulações poéticas* em 1841. O “Bosquejo...” será o modelo para a

---

⁹⁰ O fato, conhecido como “golpe da maioridade”, foi dado pela corte lusitana em razão dos levantes e da constante ameaça às Regências, que estavam no poder desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

⁹¹ “Longe da política interna do Império ter sido uma reta de força e prestígio, foi até 1843, ao menos, com pequenas exceções, uma linha tortuosa de revoluções, anarquia e lutas partidárias.”, escreve José Antônio Soares de Souza em *Um diplomata do Império* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, pp. 56-57).

história da literatura que publicará vinte anos depois, nas páginas da *Revista Popular*.

Por enquanto, vamos nos ater a essa primeira tentativa.

O “Bosquejo...” está dividido em épocas, ao estilo hegeliano. Dessa forma, depois da introdução, o ufanismo chega à exasperação:

De todos os povos americanos é sem exageração alguma o brasileiro o mais digno de veneração dos estrangeiros. O primeiro que conheceu a necessidade de sua independência, que intentou por vezes sacudir o jugo da escravidão e constituir-se nação livre e independente, foi também o primeiro que ensaio-se nos diversos ramos da literatura.⁹²

Norberto periodiza a literatura da seguinte maneira: “Primeira época: desde o descobrimento do Brasil até fins do século XVII”, abrangendo o período colonial dando ênfase ao papel dos jesuítas; “Segunda época: do começo até meado do século XVIII”, no qual destaca o fim do “gongorismo e marinismo em seus paroxismos [que] faziam ainda sentir seus efeitos” (p. 289) e o começo de uma nova época para a poesia brasileira a partir da fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos e de seus poetas-faróis: João de Brito e Lima e o presbítero Gonçalo Soares da França; “Terceira época: do meado até fins do século XVIII”, período quando “tudo progrediu sob a influência do magnânimo marquês de Pombal” (p. 293) e que prefigura, para Joaquim Norberto, o esplendor e a glória (o incipiente nacionalismo) dos brasileiros nas letras de Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Cordovil, Santa Rita Durão, Vidal Barbosa etc.; “Quarta época: do começo do século XIX até a proclamação da Independência Nacional”, da qual nada diz a não ser que “grandes poetas apareceram, mas ainda embebidos nas ideias do grego politeísmo, e

---

⁹² Sousa Silva, J. N. de. “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”. In: Roberto Acízelo de Souza (org.) *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002, p.279. (Todas as citações de Joaquim Norberto, tanto as do “Bosquejo...” como as da “História da Literatura Brasileira” pertencem a esta edição. Indicar-se-á o número da página no final).

contudo já Caldas e S. Carlos reconheciam a necessidade da reforma da poesia brasileira.” (p. 299). Ele deixa para a “Quinta época” um lugar de destaque, pois a estende nada menos que “Desde a proclamação da Independência até a Reforma da Poesia”. Na “Sexta época: da Reforma da Poesia”, saúda com entusiasmo a publicação de *Suspiros poéticos e Saudades* e se orgulha dos não menos importantes aportes de Ferdinand Denis para a glória da nação nascente.

Fica traçada, dessa forma, uma periodização que contempla desde a “descoberta” até o momento em que Joaquim Norberto reúne a antologia *Modulações Poéticas*. Três anos depois, já imbuído da tarefa de recopilar poesias para contribuir com a afirmação nacional, Norberto publica, em colaboração com Emílio Adet, o *Mosaico Poético: poesias antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*. No texto introdutório, Norberto afirma que:

Pertence agora ao Brasil o ajuntar e coligir todas estas poesias, ora brilhantes, ora suaves, ora satíricas, ora donosas, ressumbrando de amor, que aí passaram, que aí passam desconhecidas e inapercebidas (...) E pois essa tarefa empreendemo-la nós publicando o *Mosaico Poético*, a fim de que possua também o quinto império o seu arquivo onde consigne parte de sua glória literária, na qual mais se patenteia a nacionalidade de sua literatura, pois sempre nos trabalhos do pensamento esparsos, primitivos, espontâneos dos povos é que temos de encontrá-la. (p. 318)

Norberto se apresenta, dessa maneira, como pioneiro na tarefa de formar o almejado “arquivo” do Império, e nisso o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro terá um papel sobressalente, pois será o “institucionalizador” de um passado no qual, segundo os românticos, encontrava-se já latente a nacionalidade. A literatura ganha dessa forma não só a função de afirmar essa nacionalidade, mas a de traçar o

desenvolvimento e a entrada do Brasil na modernidade, já que “A história da literatura é a história da humanidade” (p. 319).

Em várias ocasiões, como acontece com quase todos os românticos do orbe, e não apenas da América Latina, Norberto incorre em contradições e anacronismos para preservar suas ideias de progresso e de destino de glória que atribui ao Brasil. Por exemplo, de tanto suas inquietudes históricas — e não há escrito no qual não aluda aos nomes de Lamartine, Mdme. de Staël e Chateaubriand — relacionarem-se com as da historiografia liberal europeia, Norberto chega a anunciar uma Idade Média brasileira, na qual podem se perder as origens da poesia nacional, e faz da natureza o meio de inspiração fatal. Na *História da Literatura Brasileira* que publicará ao longo de 1859 na *Revista Popular*, no Livro I, o Capítulo 3 tem o título: “Inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas, e particularmente o Brasil” e, no Livro II, o Capítulo 1 intitula-se: “Tendências dos selvagens brasileiros para a poesia”. Os “selvagens” ganham o gentílico e sua tendência poética explica o futuro promissor, ou seja, o presente do qual escreve Norberto. Mas suas ideias medievalistas estão explicitadas num texto de 1844, publicado na revista *Minerva Brasiliense*, da qual nos ocuparemos no próximo capítulo, intitulado: “Considerações gerais sobre a Literatura Brasileira”. Nesse texto lemos:

Não temos castelos feudais, nem essas justas, torneios, lidas e combates de ricos homens, de infanções e cavaleiros seguidos de seus escudeiros (...) Possuímos igualmente a nossa idade média, cujos testemunhos são esses rochedos ensanguentados essas areias rociadas de sangue com a luta dos holandeses, essas cidades fundadas sobre o erânio de raças estrangeiras e indígenas que disputavam aos portugueses a posse dos terrenos para a fundação de suas feitorias. (pp. 334-335)

Esse tipo de definições (“possuímos igualmente a nossa idade média”), que hoje nos parece tão extravagante, é típico de certa tradição historiográfica latino-

americana, que vê nos pretendidos “progressos” da Europa moderna os passos a serem dados para que os países deste lado do Atlântico “entrem” na História. Ainda assim, as contradições são, às vezes, insuperáveis, como considerar os holandeses (europeus) os “outros” necessários a todo épico.

Ora, a *História* que Norberto publicou em vários números da *Revista Popular*, entre 1859 e 1861, guarda uma notória semelhança com o “Bosquejo...” que abria as *Modulações Poéticas* de 1841. A diferença é que Norberto troca as “épocas” por séculos. O Livro I é uma introdução geral na qual o autor esgotará os conhecidos recursos sobre a nacionalidade (Capítulo 2) e a originalidade (Capítulo 4) da literatura brasileira. Já os livros II, III e IV iniciam-se com “Século 1º (1500)”, “Século 2º (1600)” e “Século 3º (1700)”, respectivamente. O autor não chega ao século XIX, porém destaca, uma vez mais, que o Brasil ostenta “três séculos e meio de glórias”.

Toda a *História* de Joaquim Norberto parece articular-se contra as insinuações de José da Gama e Castro, autor que Norberto copia extensivamente. Insinuações que, principalmente, restam-lhe não importância, mas “nacionalidade” às letras escritas na América. Observemos a citação de Gama e Castro que Norberto desmentirá e sobre a qual voltará a falar em mais de uma ocasião:

Não há portanto uma literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana ou literatura mexicana; agora o que certamente há é que em muitas obras escritas por brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa” (p. 72).

A citação de Gama e Castro, embora Norberto não mencione, pertence a uma carta publicada no *Jornal do Comércio* do dia 29 de janeiro de 1842. Essa afirmação (a saber: “não existe literatura *americana*”), é claro, é inconcebível para qualquer romântico

latino-americano, pois não só anula a nacionalidade, como também torna as obras escritas por brasileiros “ornamento” da literatura portuguesa. Mais uma vez, o critério será a língua, que já havia sido amplamente defendida por Norberto num artigo publicado no jornal *O Guanabara* em 1855, intitulado sugestivamente “A língua brasileira” e que começa com estas linhas: “Já alguém nos lançou em rosto que não temos literatura nacional, porque não temos língua” (p. 341).

Entretanto, além do ufanismo, o que se destaca nessa versão da *História* de Norberto, além do nacionalismo que expõe contra Gama e Castro e outros “incautos”, é o seu “oficialismo” e suas não poucas menções à institucionalização da literatura brasileira, da qual, segundo seu ponto de vista, ele é um dos maiores guardiões. Em primeiro lugar, e talvez para legitimar sua produção, Joaquim Norberto escreve:

Nada ainda se tem decidido acerca da divisão das épocas da nossa história política; o Instituto Histórico adiou-a indefinidamente depois de a ter chamado à arena de suas discussões, onde a questão se tornara assunto de sérios e estudados debates. Outro tanto se tem dado quanto à história literária. (p. 49)

Norberto se refere ao concurso que, por meio da revista do IHGB, organizou “sua Majestade Imperial” em 1841 (tomo III, n. 12), cujo título era “Como se deve escrever a História do Brasil” e que, curiosamente, ganhara um estrangeiro: nada menos que o naturalista K. F. von Martius, cuja dissertação seria publicada só em 1844 (Tomo VI, n. 24). Ou seja, se “nada se tem decidido” sobre as épocas da história política nem literária, eis — parece dizer Norberto — uma periodização que valida as produções anteriores (de Barbosa e Magalhães e até as de Varnhagen, seu “opoente” intelectual). Com isso, Norberto viria a resolver esse branco que ainda no começo da década de 1860 continuava a se chamar “ser nacional” e sua máxima expressão: a literatura local.

De todo modo, para afirmar seu oficialismo e exprimir o bom rumo das instituições brasileiras, Norberto escreve:

Depois de tão louváveis esforços, tudo quanto tem aparecido acerca de nossa literatura é devido, com algumas exceções, à bela instituição que surgiu do meio das agitações políticas da maioridade. (...) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem patenteado nas suas publicações trimensais as muitas pesquisas e lucubrações de seus membros.” (p .61)

É verdade que, em 1860, a revista do IHGB já havia demonstrado sua importância e seu esforço organizador por meio do caudal de publicações sobre biografias, ensaios, pesquisas e “lucubrações” de seus membros sobre aquilo que será um dos maiores registros (e arquivos) da produção historiográfica, científica e literária da América Latina.

Varnhagen: entre a afirmação nacional e a relação edipiana com a mãe pátria

Francisco Adolfo de Varnhagen estudou Engenharia em Portugal, carreira que seu pai, engenheiro militar alemão, realizara com certo renome na sua vinda a terras americanas para prestar serviços aos portugueses. Sua *História Geral do Brasil*, publicada em 1854, foi, ao longo do século XIX, uma referência para a elite letrada, convertendo-se na “história oficial”, que apresentou os chamados heróis da pátria, sempre ligando o Brasil à mãe pátria, da qual guardava um carinho especial. A maior parte de suas pesquisas e publicações foi produzida longe do seu querido Brasil. Já que entre 1842 e 1847, Varnhagen foi “Adido de legação” em Lisboa e em seguida passou a ser encarregado de negócios em Madri até 1859. Sua carreira política e diplomática continuou na América, onde foi ministro residente no Paraguai, no Equador, na

Venezuela, na Colômbia, no Chile e no Peru, sendo que se tornou ministro plenipotenciário na Áustria em 1868.

Seus estudos literários se concentram na compilação e comentário dos *Épicos brasileiros* (1845), destacando, entre seus pares, a obra de Santa Rita Durão, a quem dedicará seu ensaio: *O Caramuru perante a História* (1846). Entretanto, nos interessa, principalmente, seu *Florilégio da Poesia Brasileira ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio Histórico Sôbre as Lettras no Brazil*, cujos primeiros dois volumes foram impressos em Lisboa, em 1850, e o terceiro, em 1853, em Madri.

No “Prólogo”, datado de 5 de junho de 1847, depois de reconhecer o peso da responsabilidade de ser “juiz” na escolha dos autores do *Florilégio*, Varnhagen anuncia que “esta collecção adquirirá [...] mais interêsse para o leitor europeu, ao passo que deve lisongear o americano”.⁹³ Duas aclarações imediatas sobre a coleção de poesias reunidas por Varnhagen nos chamam a atenção. A primeira é sua insistência de que o público leitor é o europeu (que seria o verdadeiro juiz), diante do qual a poesia brasileira deveria demonstrar sua autenticidade. A segunda é que justamente essa originalidade, ou autenticidade, só estaria dada pelo que há de “americano” nas composições, colocando em jogo um estranho critério de seleção, pois:

O leitor perdoará a pretensão do título que vai no rosto. Intitulâmos este livro — *Florilegio da Poesia Brasileira* — mas repetimos que não queremos por isso dizer que offerecemos o melhor desta, porém sim (com alguma excepção) o que por mais americano tivemos. (p. 4)

---

⁹³ Varnhagen, F. A., *Florilégio da Poesia Brasileira ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio Histórico Sôbre as Lettras no Brazi*, tomo I. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1946, p. 3. (Coleção Afrânio Peixoto) (Todas as citações pertencem a esta edição, indicaremos número de página no final).

Ou seja, como corolário dessa declaração de princípios é lícito concluir que o americano não é o melhor da poesia brasileira, pois, na escolha, o nacional está acima do critério estético. Além disso, Varnhagen, como já havia feito Magalhães, não estima o nome “Parnaso” para sua coletânea: “pelo mesmo motivo de estarmos um pouco em briga com a mythologia e por devermos distinguil-a de outra anterior que leva aquelle título.” (p. 4).

Mas é nas suas concepções de “nacional” que Varnhagen mostrará não apenas uma fragilidade teórica (conceitual), mas uma arbitrariedade inquietante. O primeiro traço é a afirmação de que “[...] quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere á do domicilio” (p. 5), sem aclarar se é o autor quem deveria declarar o contrário, isto é, sua preferência do lugar onde vive ao lugar onde nasceu. A partir do estabelecimento dos Estados-nação modernos, o lugar de nascimento do autor será sempre um recurso válido, isto é, aceito pela grande maioria das instituições que, vale esclarecer, também estarão ligadas aos Estados nacionais. Essa distinção por nascimento ostenta sua supremacia até nossos dias. E imediatamente, como quem deseja evadir-se de uma responsabilidade ou, no mínimo, de uma reclamação geral, Varnhagen contorna o assunto da seguinte maneira:

Aqui desejaria alguém que entrassemos na questão da divisibilidade das litteraturas portugueza e brasileira, o que varios julgam impossivel, em consequencia da uniformidade da lingua. Repugnará sempre a nosso ânimo entrar em tal questão, por nos parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair pedantes, ou demasiado escolasticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor proprio nacional n’uma questão litteraria. (p. 5)

Dessa forma, Varnagen deixa estabelecidas três dúvidas sobre quais seriam os critérios para a nacionalidade. Perguntas que, lamentavelmente, o autor não responde, recaindo numa apreciação tão pessoal como o “repugnará sempre a nosso

ânimo entrar em tal questão”, uma divisão que, para outros, como para Joaquim Norberto, não só seria necessária, mas evidente. As dúvidas, que ainda hoje suscitariam enervados discursos, sobretudo no que diz respeito às tensões entre o universal e o particular, são:

1 – Deverão deixar de figurar, nas histórias litterarias da Prussia e de Portugal, as obras dos eminentes escriptores Humboldt e Pinheiro Ferreira, só porque estes, para terem mais leitores, as escreveram em francez?

2 – Desalistaram-se da litteratura portugueza o bispo Osorio e Paiva de Andrada, porque escreveram em latim?

3 – É, por ventura, tão verdadeira, tão estricta essa identidade da lingua? (pp. 5-6)

Dessa forma, tira-se todo o peso da língua como identidade, e, embora Varnhagen não resolva essa problemática — as perguntas parecem mais retóricas do que verdadeiras inquietudes —, o autor tampouco separa estritamente a literatura brasileira da portuguesa. Além disso, é bom lembrar, o critério de seleção não é estético, mas nacional: é escolhido “o mais americano”.

À medida que avança nas suas especulações, Varnhagen se desdiz (ou se contradiz): “O portuguez de hoje é o mais legítimo representante do antigo castelhano, e do dominio romano na Hespanha; e o castelhano moderno serve a comprovar quanto o dominio de uma nação estrangeira pode fazer variar um idioma já bastante formado” (pp. 9-10). Fala depois de uma “arabização” da língua espanhola, porém, levando em consideração a própria inquietude de Varnhagen sobre o risco que causariam algumas palavras do “português brasileiro” em Portugal, não temos como salvar esse paradoxo, sobretudo porque no Brasil, diferentemente do caso da Espanha, o domínio da nação estrangeira foi o de Portugal e não o dos povos indígenas.

Contudo, o “primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil” provém, para Varnhagen, do contato dos jesuítas com os índios, por meio do ensino da música e da língua como parte da catequização.

Chegamos aqui numa diferença notável entre o pensamento de Varnhagen e o de outros românticos, já que, afastando-se do indianismo proposto por Ferdinand Denis, ele não só nega a importância de exaltar “as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados” para “ostentar patriotismo”, como também, ao declarar seu “americanismo”, distancia-se das apreciações de outros americanos da mesma época, não só argentinos, mas também brasileiros.

Escreve Varnhagen:

Deus o faze bem [o Brasil], para que os poetas, em vez de imitarem o que leem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais – americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe-pátria. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adoptar, e possuir-se bem dos preceitos do bello, que dos antigos recebeu a Europa. (p. 15)

Interessa-nos ressaltar como Varnhagen mistura, em um mesmo parágrafo, os perigos da “insubordinação”, essa “revolução nos princípios” começada pelos Estados Unidos, com as prerrogativas de uma poesia americana autêntica, que fica subordinada ao “descritivo”, como “filha da contemplação”. Varnhagen seria um romântico moderado, que mantinha vigentes certas ideias do neoclassicismo. Ele salva a “mãe-pátria” e não vacila em “adotar” os preceitos dos antigos. O legado português estará, para Varnhagen, sempre no primeiro plano.

Ora, para entrar em seu assunto, isto é, a literatura brasileira, Varnhagen, como vimos, argumenta que a regeneração da literatura brasileira se deu em Minas Gerais, por meios da exploração da terra “para extrahir-lhe o oiro nella escondido, [o que] produziu a regeneração litteraria que já traz em si mesma o cunho de ser nascida daquelles sertões do coração do Brazil” (p. 34). E introduz, a seguir, a trajetória e as obras de José Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Alvarenga Peixoto, Gonzaga, entre outros. De Durão, a quem já havia dedicado um livro, chega a vaticinar uma glória póstuma que, como sabemos hoje, ficou longe de vingar. Entretanto, nos interessa a linhagem na qual Varnhagen insere *Caramuru*. Devemos observar como ele o coloca junto aos clássicos, ungindo o texto nacional (de moldes, de fato, mais clássicos) de uma aura imortal:

Cumpre dizer que se da Iliada se colhem estímulos de valor; se a Eneida commove á piedade; se o Orlando inspira sentimentos de cavalleirosa abnegação; se os Luziadas exaltam o patriotismo, e a Jerusalém é um modelo de produencia e conselho, o poema Caramurú offerece um typo de resignação christã, e de virtudes conjugaes. O Caramurú ganhará, de dia para dia, mais partido, e chegará talvez a ser um dia popular no Brazil” (p. 35).

Depois, ao apresentar a obra de Gonzaga, “cuja Marília de Dirceu já vai sendo traduzida em todas as línguas”, Varnhagen coloca esta estranha nota de rodapé, que funciona como resposta a uma das perguntas sobre o critério de nacionalidade enunciadas por ele no prólogo:

Ao imprimirmos estas linhas, temos por averiguado um facto, que a conhecel-o antes houvera privado o *Florilegio* das obras dêste poeta: Gonzaga nascêra no Porto, foi baptisado na freguezia de S. João; antes de ir a Villa Rica, havia servido em Portugal em três varas diferentes. (p. 36)

Por não existir maneira de definir se preza o domicílio em detrimento do nascimento, Varnhagen exclui Gonzaga, ainda que, com a obra no prelo, só reste a

advertência. O interessante é que, ao se aproximar do presente, Varnhagen toma mais cuidado, cala-se diante da possibilidade de julgar os “outros modernos”, sobretudo os vivos, que “não ousamos nós julgar, e muito menos a par dos mortos”, apresentando uma rara glorificação *post mortem*. De todo modo, o *Florilégio...* termina com os nomes de José Bonifácio, Paranaguá, Januário e Álvaro de Macedo, que entram no final do Tomo II.

V – Redes, paralelismos, cortes: comparações

Seria uma imprudência, tão ou mais descabida que a dos próprios românticos, negar a influência — e utilizamos essa expressão sabendo de sua exoneração acadêmica, principalmente porque, num primeiro momento, a unidirecionalidade no tráfico de ideias da Europa para a América emancipada é notória — dos textos franceses, alemães, ingleses, italianos, enfim, dos textos europeus na configuração do ideário nacional argentino e brasileiro. Está claro que se trata de uma apropriação, mas o fluxo continua a ser unívoco. Isso acontece, sobretudo, porque até a própria ideia de Nação, como vimos, acompanhada do variável uso do liberalismo do século XIX, tem início na Europa do período revolucionário. Essa “influência” inicia-se a partir de um número assombroso de traduções que, desde antes do período romântico, deste lado do Atlântico, realizaram os intelectuais latino-americanos, muitos deles formados na Europa. De todo modo, também na Espanha e em Portugal, as traduções dos românticos do resto da Europa foi intensa e ganhou relevância rapidamente, apesar

das lamentações de Larra, o maior dos românticos espanhóis, que, mais do que declarar, confessava: “Lloremos y traduzcamos”.

Nos países que analisamos, a tensão reside nos seus vínculos com as antigas metrópoles e, sobretudo, em como o rompimento das correntes materiais e simbólicas gerou um movimento antipeninsular. Está claro que na Argentina do século XIX esta separação foi mais radical, pois as guerras independentistas foram longas e violentas. Isso se vê claramente já na primeira versão do Hino Nacional argentino, que, antes da independência (1816), levava o nome de “Canción Patria” desde a Assembléia do Ano XIII (1813). As correntes opressoras eram da coroa espanhola:

Oíd ¡mortales! el grito sagrado / ¡Libertad, Libertad, Libertad! / Oíd el ruido de rotas cadenas: / Ved en trono a la noble Igualdad.

Se levanta la faz de la tierra / Una nueva y gloriosa Nación: / Coronada su sien de laureles / Y a sus plantas rendido un León.

O leão que se rendia aos pés da Nação nascente não era outro que o do escudo espanhol: a heráldica caía em desuso diante das glórias da possível república.

O caso do Brasil é mais curioso, talvez um dos mais complexos em território americano, porque, desde a instalação da Corte lusitana em terra brasileiras (1808), passando pela independência (1822) e até a proclamação da República (1889), as relações com Portugal oscilaram entre o cordial, o tenso e, por momentos, até a mera indiferença. Por isso, as correntes que melhor representam esse laço são as descritas por Gonçalves Dias em *Meditação* de 1842:

Uma voz sonora e retumbante partiu do Ipyranga e foi do mar aos Nades e do Prata às margens do Amazonas. (...) E a corrente que prendia um Imperio a outro Imperio, fraca como o seu comprimento, estalou violentamente em mil pedaços. (...) E a outra extremidade [a corrente do Brasil], que terminava em um espigão bifurcado, como duas curvas semicirculares e divergentes, não se pôde desligar da sua base e cahiu sobre o aceano. Só um bom mergulhador poderia dizer qual era o seu comprimento,

porém nenhum houve que se affoitasse a tanto. Todos contudo a podiam ver, porque por toda a parte como em todas as cousas existiam signaes d'ella, e ninguem tentava arrancar-a, porque era forte e bifurcada.⁹⁴

Essa corrente bifurcada (Portugal e África) é o que restou depois da Independência.

Nesse complexo e deslumbrante texto, Gonçalves Dias não teme demonstrar quão fortes são os elos dessa corrente.

Ora, ficou demonstrada a potencialidade da historiografia literária argentina e o enorme material e “histórias” que confluem no território imperial do Brasil. Em ambos os casos, a elite sente como uma missão a tarefa de fazer o seu país entrar no que eles chamavam de progresso mundial; isto é, nos postulados liberais do capitalismo ocidental, assim como plasmar materialmente o que o *espírito nacional* clamava: independência cultural das antigas metrópoles. O caso brasileiro é notório nesse sentido e diferente da América espanhola, pois sua independência não teve a violência das armas e a ruptura com a metrópole não passou de uma formalidade, embora as tensões, sobretudo com o exército português instalado no Rio de Janeiro, não terem sido poucas. Dessa maneira, como vimos, os primeiros estrangeiros que foram considerados como “antecedentes” da historiografia brasileira e que se ocuparam da cronologia das letras definiram a produção local como um apêndice da literatura portuguesa; coisa que seria impensável para as elites do período pós-independência na América espanhola.

A compilação de dados, a seleção de autores, o recorte e os critérios variam em cada país, mas em ambos sobressai, nos autores analisados, a mesma fé de que os considerados *notáveis* da pátria deviam obter suas biografias e suas antologias reunidas. Dessa forma, a imbricação entre *nação* e literatura é idêntica nos dois países,

---

⁹⁴ Gonçalves Dias, A. *Meditação*. In: *Obras Posthumas. Precedidas de uma noticia da sua vida e obras pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d, pp. 63-64.

apesar da diferente sorte que cada um teve no momento de afirmar a invenção que se chamou “instinto de nacionalidade”. É esse o nome com o qual continuará chamando-o Machado de Assis em *O Novo Mundo*, publicado em Nova York em 1873:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as côres do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. (...) Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura.⁹⁵

Essa independência não é política, não tem um Sete de Setembro, e provavelmente não tenha data precisa. Machado de Assis escreve essas apreciações na antessala da República, quando a chamada “literatura nacional” já se afirmava, superando os primeiros moldes românticos, como parte de um “nacionalismo culturalista”; ou seja, quando os panteões já estavam quase construídos, embora faltassem ainda os nomes dos abolicionistas e dos homens da República, e quando o suposto “ser nacional” começava a ganhar outras dimensões de análise. Esse dado, como quase tudo em Machado de Assis, não é casual. Muitos românticos, como vimos, fizeram coincidir o início da literatura brasileira com o Sete de Setembro, da mesma forma que, em geral, fizeram os argentinos com o mês de maio de 1810. Inicia-se assim a possibilidade de separar essas duas esferas que, ao longo do século XIX, estiveram tão amarradas: a política e a literária. Podemos nos perguntar: Acaso Machado pressentia a profissionalização da literatura que já estava próxima, tanto no Brasil como no resto da América Latina e em todo o Ocidente? Rubén Darío escreveria *Azul* em 1888, marco do modernismo latino-americano e da gradual profissionalização do escritor, apesar de

---

⁹⁵ Assis, Machado de, “Instinto de nacionalidade”. In: *Obras Completas. Crítica Literária*. São Paulo: Jackson, 1955, pp. 129-30.

seus vínculos com os centros de poder dos Estados nacionais consolidados e da sombra da águia do norte.

Voltando aos autores do *corpus* de análise, devemos destacar o forte impacto em todos eles do conflito ocasionado pelo momento anterior às independências políticas. Isto é, a pergunta: O que fazer com o período colonial?, ou melhor: O que fazer com as produções literárias do período colonial?, foi minuciosamente pensada por todos eles. Se Gutiérrez, Varnhagen e Joaquim Norberto se ocuparam das produções desse período, cada um terá seus critérios de inclusão/exclusão que, à primeira vista, sempre parecem pobres e arbitrários. Como sugerimos, as noções de pátria, incluindo território e, conseqüentemente, nacionalidade, estavam no centro das tensões. Como afirmava Echeverría em seu “Manual de enseñanza moral” publicado em Montevideu em 1846 para uso em escolas primárias: “Como antes de Mayo no teníamos Patria, para saber lo que es la Patria, era preciso retroceder a la tradición de Mayo, y tomarla como punto de partida.”⁹⁶

Além disso, no caso argentino, e aqui percebemos uma diferença notável, o folclore só aparecerá mais tarde, quando existe uma releitura nacional do *gaucho* nas duas primeiras décadas do século XX e uma reivindicação de Leopoldo Lugones, que propõe considerar *Martín Fierro* como poesia épica argentina. No Brasil, o indianismo, que para certo setor da crítica já podia ler-se durante a Arcádia, que chegou até a algumas composições do próprio Machado de Assis, teve seu influxo constante, incluindo as releituras paródicas de Lima Barreto e as vanguardistas dos modernistas de 1922. Talvez Varnhagen seja o mais incômodo desta particularidade da literatura brasileira devido ao escasso, para não dizer nulo, valor que ele outorgava ao

---

⁹⁶ Echeverría, E. “Manual de enseñanza moral” em *Obras Completas, op. cit.*, p. 233.

indianismo no Brasil. Da mesma maneira, Gutiérrez será o mais radical dos argentinos a se ocupar dos antepassados indígenas e da sua suposta inclinação à poesia e à eloquência, observações que o aproximam de Joaquim Norberto e o afastam de Sarmiento, Echeverría e Alberdi, para quem os índios eram “incivilizáveis”. Outra diferença notória, mas esta apenas presente em Varnhagen, aparece quando ele fala da Europa, já que sempre está subentendida a inclusão de Portugal. Enquanto Echeverría, Sarmiento e Alberdi, ao falarem da Europa, deixavam de fora aos países ibéricos, culpando-os pelo atraso americano e não os considerando como fazendo parte do farol que o velho continente representava para eles.

Vimos como os românticos de ambos os lados do rio da Prata recorrem às mesmas citações de autoridade e aos mesmos critérios de inclusão/exclusão dos autores “nacionais”. Está claro que nenhum deles responde às perguntas que Varnhagen apresenta sobre a nacionalidade e que os critérios, na maioria das vezes, são meramente arbitrários. Além disso, uma série de citações paralelas pode nos oferecer um panorama de quão próximos estavam os lemas dos autores analisados. É possível observar como Alberdi e Magalhães, por exemplo, nos oferecem suas ideias sobre o ingresso das nações nascentes no suposto progresso ocidental. Declarava Alberdi: “sólo en el profundo estudio de nuestro **pasado**, aprenderemos a apreciar el **presente**, y a descubrir la llave del **porvenir**”. Magalhães, por sua vez, diz: “Jamais uma Nação poderá prever o seu **futuro**, quando ella não conhece o que ella é, comparativamente com o que foi. Estudar o **passado**, é ver melhor o **presente**, é saber como se deve marchar.”⁹⁷

---

⁹⁷ Gonçalves Magalhães, D. J. “Ensaio sobre a História da Litteratura no Brasil” *op. cit.* p. 143.

É possível observar também quanta importância se outorgava ao trabalho que se empenhavam em realizar alguns dos autores românticos, como se legitimavam e se autorizavam, embora com certa dose de verdade, a partir dos esforços realizados para compilar as obras dos americanos. Notemos quão intercambiáveis poderiam ser as seguintes citações de Norberto (a primeira) e de Gutiérrez (a segunda):

É árdua a tarefa do escritor entre nós: não é uma profissão, é um mero passatempo; são horas roubadas ao repouso, ao necessário ócio, ao recreio, que se sacrificam ao estudo, às pesquisas, às indagações históricas. (p. 59)

(...) es una tarea muy laboriosa la que impone la averiguación de hechos pasados, porque éstos se hallan aún encerrados y sin clasificación en los archivos o consignados en impresos sueltos de difícil adquisición.⁹⁸

Outra curiosidade se dá quando, antes de justificar suas escolhas, Varnhagen insiste na diferença das colônias espanholas (que não tinham nem África nem Ásia, segundo sua observação, para “colher loiros”) e chega a comentar que na América espanhola as composições poéticas têm mais de “histórico” do que poético. Dessa forma: “Buenos Ayres, de si terra pouco hospitaleira, ocupou as atenções de Martim del Barco Centenera. Mas a *Argentina* é também mais uma dessas histórias em verso que um poema” (p. 14 do *Florilégio*). O curioso é que num dos ensaios que Gutiérrez dedicara a Centenera, o autor argentino resgata a obra *Buenos Aires* justamente por seu caráter histórico. Ou seja, o histórico como negativo (não estético) e como positivo (legitima o recorte pré-revolução e lhe outorga historicidade à literatura) encontra-se no mesmo poema.

---

⁹⁸ Gutiérrez, J. M. *apud.* Sarlo, B. *Juan María Gutiérrez: historiador y crítico de nuestra literatura*. Buenos Aires: Escuela, 1968, p. 31.

No próximo capítulo analisaremos a troca de olhares que Joaquim Norberto e José Mármol tiveram das literaturas do *outro*. No capítulo final, o das conclusões, citaremos o resto das observações.

CAPÍTULO 3. PRIMEIRA TROCA DE OLHARES: ARGENTINA E BRASIL NA DÉCADA DE 1840

*De todas las literaturas sudamericanas,
ninguna es tan poco conocida entre
nosotros como la del Brasil*

Martín García Mérou

(Introdução de *El Brasil intelectual*, de 1900)

I – Exílio argentino na Corte do Rio de Janeiro

Pelas suas características, poderíamos dizer que o Romantismo na Argentina foi duplamente evocativo. Em primeiro lugar, como evocação da Revolução de Maio que deu fim a três séculos de colonialismo espanhol, fato que é considerado, pela maioria da elite letrada, o marco inicial das letras argentinas. Em segundo lugar, como evocação construída de fora (exílio) para dentro; por isso, dá-se a ideia de um interior que se cria tomado pela barbárie (caudilhismo). Uma evocação de um tempo imediatamente passado, embora mais idealizado. Com Juan Manuel de Rosas no poder, como vimos, o exílio de Sarmiento, Alberdi, Gutiérrez, Mármol, Echeverría, entre outros, configurou um itinerário no qual a “pátria” aparecia como território ausente, porém de um futuro “manifestado”, segundo eles próprios. Alguns desses românticos argentinos passaram parte do seu exílio no Rio de Janeiro, como no caso de José Mármol. Outros, simplesmente passaram pela capital do Império brasileiro em trânsito para outros destinos, como Sarmiento, Echeverría e Alberdi. Entretanto, todos deixaram testemunhos, como estrangeiros, das experiências em território brasileiro. O contato de José Mármol com a elite letrada em geral e com Joaquim Norberto em particular, assim como as produções historiográficas que cada um deles realizou para falar (ou dar conta) do outro são a questão central deste capítulo. Dessa forma, se analisará, em primeiro lugar, como Sarmiento, cujos contatos foram mais “eficazes”, tem uma visão de conjunto do Brasil (a corte do Rio de Janeiro) muito mais complexa que as do resto dos românticos argentinos que passaram pela capital do Império.

Sarmiento realiza uma viagem saindo do Chile, circunavegando as costas da sua “pátria”, passando pelo Uruguai e pelo Brasil, rumo aos Estados Unidos, Europa e África. Financiada pelo governo chileno, seu objetivo é pesquisar modelos de ensino e

trazer novidades que pudessem ser aplicadas no país andino. Sarmiento já havia publicado o *Facundo* e levava-o como cartão pessoal e carta de apresentação. A travessia converte-se num livro de viagens em forma de epístolas. Como, anos depois, Sarmiento retornará à corte de D. Pedro II, a passagem pelo Rio de Janeiro pode ser vista em dois momentos: 1846 e 1852. A primeira visita figura no mencionado livro *Viajes*, a segunda aparece descrita, anos depois, no volumoso *Campaña en el Ejército Grande*. Vejamos as particularidades de suas observações.

Em breves páginas, Sarmiento percorre quase todos os tópicos que os viajantes europeus utilizavam ao se referir ao Rio de Janeiro: a exuberância da natureza, o determinismo geográfico, os tipos (o “brasileiro”), a condena à escravidão, o comércio (com algumas estatísticas) e a produção local (açúcar, café etc.) A ideia do trópico como impedimento à “industriosidade” é imediata:

Bajo los trópicos, la naturaleza vive en orgía permanente. La vida bulle por todas partes, menos en el hombre, que se apoca y anonada, acaso para guardar un equilibrio desconocido entre las fuerzas de producción. El hombre nacido en estas latitudes resiste a su acción instantánea; pero a la larga, vésele en sus hábitos, en sus hijos, debilitarse y perder la energía original de la raza.⁹⁹

Porém, o que chama a atenção nessa descrição de Sarmiento, e nisso ele antecipa grande parte das especulações sobre o “ser nacional”, é que ele considera o mulato como o brasileiro nato, junto com o português. Ou seja, não há lugar para o índio. Sarmiento reproduz a exclusão argentina e omite a infinidade de menções aos índios que todo viajante realizava:

El *mulato* se levanta ya en Brasil amenazando vengar bien pronto las injurias hechas a su tostada madre. Raza viril que conserva la sangre ardiente del africano, templada

---

⁹⁹ Sarmiento, D. F. *Viajes por Europa, África y América (1845-1847)*. Buenos Aires: Ed. Luz del Día, 1949, pp. 57-8.

para bullir bajo los rayos verticales del sol, al mismo tiempo que la organización de su cráneo lo liga a la familia europea”.¹⁰⁰

Dessa forma, Sarmiento antecipa a importância da mestiçagem no momento em que o indianismo, como vimos, começa a delinear-se e ser discutido entre a elite letrada brasileira. A questão indianista é um dos elementos centrais, senão o mais destacado, do que se costumou chamar “ser nacional” no Brasil do século XIX. O autor do *Facundo*, também critica a escravidão e apoia a causa abolicionista. A introdução da escravidão no seu relato vem através de um pesadelo. O bulício exterior apodera-se do seu sonho e as imagens invadem, depois, sua percepção, quando olha da janela do hotel e vê uma multidão nas ruas. Apesar do pesadelo (recurso romântico), a condenação é muito clara:

Paréceme que todas las injusticias humanas vinieran del sentimiento de la debilidad. La raza negra queda hoy tan solo esclavizada por los últimos en la escala de los pueblos civilizados, los portugueses y los españoles. La *esclavatura* es como los pañales de la industria.”¹⁰¹

Segundo seu ponto de vista, é o modo de produção que está no alvo da crítica. Sua crítica é a mesma que brandiam muitos dos viajantes britânicos que visitavam o Brasil imperial com fins comerciais, com a esperança de conseguir novos mercados para as manufaturas produzidas na Inglaterra e suas colônias. Contudo, com lucidez cáustica, Sarmiento constrói uma lógica a favor do Brasil, quase uma exortação ao Imperador em favor de uma indústria local:

¡Qué odio contra la Inglaterra que persigue la esclavatura! Qué día de gloria aquél en que el Emperador mandase echar a pique las escuadras estacionadas en la bahía, y ahogar a todo extranjero establecido allí, y prohibir la introducción de artefactos europeos, para que entonces los fabricasen los brasileiros mismos, bien entendido que

---

¹⁰⁰ *Op. cit.*, p. 60.

¹⁰¹ *Op. cit.*, p. 59.

traerían de Europa las máquinas, y acaso consintieran en que viniesen los artesanos a enseñarles a manejarlas!¹⁰²

Entretanto, além dessas instigações, nas notas de viagem de Sarmiento a vida cortesã é desalentadora e acaba sendo desqualificada. Numa virulenta crítica à realeza, Sarmiento observa: “En materia de bellas artes y de monarquía, me guardo para ir a verlas en su cuna, que aquí sus imitaciones me parecen mamarrachos y parodias necias” (p. 70). Contudo, sua viagem pela Europa também o desiludirá, já que ele não achará no velho continente a grandeza imaginada, e sim miséria e pobreza. A grandeza se deslocará para os Estados Unidos, o associacionismo e a emergente e fascinante democracia, que Sarmiento lê em Tocquville e reconhece no país do norte. Por último, nestas primeiras notas sobre o Rio de Janeiro, devemos destacar dois encontros de Sarmiento, sendo o primeiro com Rugendas. Com o artista alemão, Sarmiento percorre os jardins imperiais e encontra um interlocutor que apoia e dá consistência a suas observações. O encontro com Rugendas, que ele conhecia de Santiago do Chile, suscita-lhe um comentário surpreendente, que funciona como apropriação inversa: da América para o europeu. Após colocar Rugendas, ao lado de Humboldt (outro americano por opção), como aqueles que melhor descrevem a América, Sarmiento comenta que Rugendas está em trânsito pela América há mais de vinte anos (México, Peru, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai...), mas que, apesar de ter percorrido tantas terras, “Rugendas tiene, sin embargo, sus predilecciones. Alemán, cosmopolita, es por la candorosa poesía de su carácter, argentino y gaucho”.¹⁰³ Alemão e cosmopolita, *ergo* argentino e *gaucho*: eis o programa romântico da imigração europeia que tanto perseguiram os românticos argentinos e eis uma clara

---

¹⁰² *Op. cit.*, p. 69.

¹⁰³ *Op. cit.*, p. 78.

demonstração de como o “europeu” esteve presente desde o início do discurso da elite em sua busca pelo *particular* argentino. Estamos diante de um encontro de opostos digno do Romantismo: o americano seria o europeu transplantado.

O outro encontro é com um compatriota: José Mármol, um jovem poeta que desperta certo entusiasmo em Sarmiento, embora reclame que, para seus versos, “[...] no hay oídos sino orejas en su patria para escucharlo.”¹⁰⁴ Postergaremos por um instante a análise da produção do Mármol para ver quais são as diferenças entre as impressões de Sarmiento sobre o Rio de Janeiro durante a sua primeira e sua segunda passagem pelo local.

Brasil e Uruguai participaram, junto com soldados argentinos, do chamado Exército Grande, que combateu o general Juan Manuel de Rosas e o destituiu, após a mencionada batalha de Monte Caseros, em fevereiro de 1852. D. Pedro II havia autorizado e enviado tropas à disposição de Urquiza, o outro general que ficaria no comando. Sarmiento participou do Exército Grande e, como grande parte da sua obra é autobiográfica, recolheu suas experiências no livro *Campaña en el Ejército Grande*. O livro é composto de cartas e de um diário pessoal de campanha. O Brasil, logo, era aliado da causa que os românticos perseguiam: acabar com a tirania de Rosas. Por isso, não é de se estranhar que Sarmiento troque as críticas à corte (“mamarrachos y parodias necias”) por elogios:

El Emperador, joven de veinte y seis años, estudioso, y dotado de cualidades de espíritu y de corazón que lo harían un hombre distinguido en cualquiera posición de la vida, se ha entregado con pasión al estudio de nuestros poetas, publicistas y escritores sobre costumbres y caracteres nacionales. Echeverría, Mármol, Alberdi, Gutiérrez, Alsina, etc., etc., son nombres familiares a su oído, y por lo que a mí respecta, habíame introducido favorablemente *Civilización y barbarie*, hace tiempo, con la primera

---

¹⁰⁴ *Op. cit.*, p. 74.

edición, habiéndose procurado después *Sud América, Argirópolis, Educación popular*, etc.¹⁰⁵

Essa observação, que faz parte de uma carta dirigida a Mitre e datada no Rio de Janeiro em abril de 1852, demonstra o imenso interesse de Sarmiento em colocar a produção romântico-nacional das letras argentinas num circuito de reconhecimento que as legitimem. O imperador é um “estudioso” e se entregou “com paixão” ao estudo dos escritores argentinos, de muitos deles, demasiados, poderíamos dizer, já que os “etc., etc.” são hiperbólicos e, estrategicamente, demonstram qual é o lugar que Sarmiento pretendia ocupar. Porque de todos esses autores, que são apenas nomes sem referências bibliográficas, o imperador havia introduzido o *Facundo* e mandou buscar os outros livros de Sarmiento (novamente o recurso do “etc.” ao final das obras mencionadas demonstra o talento de Sarmiento para se posicionar no mais alto posto do grupo). A carta, de tom afável, comenta todos os encontros de Sarmiento com D. Pedro II. Sua astúcia em colocar, novamente, sua obra no meio de uma contenda é notável. D. Pedro II lhe diz, num de seus encontros: “Mucha impresión le hicieron a V. los negros en su primer viaje”, e Sarmiento (que pensa: “¡Ha leído mis viajes!”) aproveita para corrigir suas impressões malfadadas daquela passagem de 1846. Com um jogo de política retórica impecável, Sarmiento culpa o lado ibérico por seus ácidos comentários da seguinte maneira: “Los argentinos salimos de nuestro país con las preocupaciones que nos han transmitido los españoles sobre los portugueses, y antes de llegar al Brasil, venimos ya dispuestos a juzgarlo por el lado desfavorable”¹⁰⁶. Os preconceitos são transatlânticos, porém o interessante do comentário é a

---

¹⁰⁵ Sarmiento, D. F. *Campaña en el Ejército Grande*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, p. 109. (Edição, prólogo e notas de Tulio Halperín Donghi).

¹⁰⁶ *Op. cit.*, p. 111.

diferenciação que acaba prevalecendo: os argentinos não são os espanhóis, que falam mal dos portugueses, e estes não são os brasileiros. As diferenças entre os povos, as particularidades locais, enfim, sempre o suposto “ser nacional”, é sobre isso que D. Pedro II e Sarmiento falavam durante seus encontros e não poderia ser de outra maneira.

Ora, José Mármol, o jovem poeta que inicia sua carreira nos calabouços de Juan Manuel de Rosas, escrevendo o que será sua obsessão poética (o tiranicídio, isto é: “morte a Rosas”) com palitos de erva mate queimados, após sua passagem por Montevideu, instala-se no Rio de Janeiro. Mármol reside ali vários anos, apesar da sua tentativa frustrada, numa acidentada viagem que deveria levá-lo até Santiago do Chile, de deixar os trópicos. Essa tentativa de retorno lhe inspira uma composição poética a modo de viagem, na qual é possível notar reverberações do *Childe Harold's Pilgrimage* de Lord Byron, chamada *Cantos del peregrino*. Instalado novamente no Império brasileiro, Mármol conhece os românticos locais e começa a publicar alguns trabalhos nos periódicos fluminenses. Em março de 1846, no número 44 da revista *Ostensor Brasileiro*, Mármol publica um ensaio intitulado “Juventude Progressista do Rio de Janeiro”, que seria republicado em Montevideu, um ano depois, com o título “Examen crítico de la juventud Progresista del Río de Janeiro”. No momento em que a historiografia, em geral, e a historiografia literária, em particular, como sugerimos, começavam a aparecer como imperativos das elites nacionais para sua afirmação, o ensaio do Mármol tem uma importância estratégica: o reconhecimento, por parte do outro, do que é próprio. Mas esse ensaio é desalentador e esconde uma proposta clara (obsessiva intenção do autor de *Amalia*): instigar à juventude fluminense a unir-se à causa argentina dos exilados, isto é, derrocar Rosas.

Como vimos, essa aliança existiu anos depois (o Exército Grande), embora não fosse constituída por iniciativa da juventude, mas sim das autoridades. O exame crítico da juventude progressista fluminense de Mármol encerra uma crítica à relação do Brasil com Portugal, pois considera que o laço entre os países não terminou de ser cortado. Segundo o autor, faltou uma revolução. Contudo, Mármol apresenta os talentos nacionais que começam a ganhar notoriedade no Brasil, entre eles José D. Gonçalves de Magalhães, que é comparado a Esteban Echeverría e a quem adjudica o rótulo de pioneiro e introdutor do Romantismo no Brasil.

Além desse ensaio, Mármol publica, na revista *Ostensor Brasileiro*, “Fragmentos da minha carteira de viagem”: observações feitas com o típico (ou tópico) olhar dos viajantes. Num desses fragmentos, Mármol apresenta o problema das elites americanas da seguinte maneira: “Una sociedad atrasada porque no puede beber la civilización en el ejemplo de la madrastra y cuyas instituciones son ajenas a sus necesidades no puede ser teatro de las inspiraciones del genio”.¹⁰⁷ A Península Ibérica seria a “madrasta” que não oferece nem o alimento nem o exemplo da civilização. Por isso, Mármol exalta constantemente a natureza como fonte de inspiração e como ponto de partida para organizar a literatura nacional, assim como Echeverría havia sugerido no prólogo de “La cautiva” e como, de fato, fará a maioria dos românticos, não só brasileiros, mas americanos e europeus. Nessa exaltação, Mármol amplia o espectro de seu desejo, que ganha a força de uma profecia destinada a toda a América:

---

¹⁰⁷ Mármol, J. “Problema de nuestra América” (. In: *Manuela Rosas y otros escritos políticos del exilio*. Buenos Aires: Taurus, 2001, p. 69.

¡América! Cuando la libertad haya clavado su trono de alabastro bajo tu hermoso cielo, cuando la civilización se derrame sobre las frentes de tus hijos, bellas como el sol que las adora, el Genio americano abrirá sus alas sobre el mundo y, a su sombra, los Andes y el desierto, el Paraná y el Amazonas, tus flores y tus bosques, tus tradiciones y tus glorias, no serán sino propiedad de tus hijos.¹⁰⁸

Porém, além do ambiente como fonte de inspiração, como manancial para o escritor, Mármol, que já havia publicado seu romance *Amalia*, realiza uma apologia formal do romance como expressão adequada ao “gênio local”. Nisso, por mais estranho que pareça, “anuncia” José de Alencar e seu indianismo romanceado. Após elogiar as obras de Walter Scott e Fenimore Cooper e de como este último toma como assunto a natureza “que no es propiedad exclusiva de América del Norte”, Mármol enumera uma série de perguntas, incitando os jovens brasileiros a optar pelo romance e pelos “temas da terra”. Daí essa “antecipação” dos romances indianistas de Alencar:

¿No halláis a veinte leguas de cualquiera de nuestras ciudades civilizadas una tribu de salvajes que al despuntar la aurora estaba a cincuenta leguas del arroyo a cuya margen se ha reunido en la tarde en torno de una hoguera? ¿No veis en ella la antípoda de todo lo humano, con el carácter de la ferocidad en su rostro, con la garantía de la independencia en los músculos de sus brazos de fierro, y con el desorden de la sensualidad en su traje, en sus acciones, en sus mujeres? Pues bien, esa tribu es un romance.¹⁰⁹

Mármol foi o único dos românticos argentinos a permanecer grande parte de seu exílio no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, desenvolveu com o local uma relação afetiva e crítica ao mesmo tempo. Da mesma maneira que Sarmiento, Mármol não tolerava a ingrata conjugação de “progresso” com escravidão. De todo modo, também era um acérrimo crítico da realidade argentina e um dos mais empedernidos opositores do general Rosas. Como despedida, depois da Batalha de Caseros, isto é, quando se dispõe a regressar a sua “pátria”, Mármol dedica um canto inteiro ao Brasil

---

¹⁰⁸ Mármol, J. “Problema de nuestra América”, *op. cit.*, p. 72.

¹⁰⁹ Mármol, J. “Examen crítico de la Juventud progresista de Río de Janeiro”. In: *Manuela Rosas y otros escritos políticos del exilio. Op. cit.*, p. 110.

do seus *Cantos del peregrino*.¹¹⁰ A natureza exuberante invoca um futuro de grandeza e Brasil é chamado a se igualar ou superar à Europa, como rezam alguns dos versos de “Al Brasil”:

Puedes, sin miedo, desafiar a Europa, / cuadros midiendo con los cuadros tuyos; / y cuando te hable de los grados suyos, / parte cuarenta distinta luz. // Puedes, Janeiro – miniatura bella / de cuanto ostenta el brasiliano suelo – / hablar de los encantos, sin recelo, / que pintó ufana la Natura en ti.”¹¹¹

Esteban Echeverría e Juan Bautista Alberdi também passaram pelo Rio de Janeiro, contudo suas contribuições, ora como viajantes ora como intelectuais, não tiveram a importância das de Sarmiento ou Mármol. De todo modo, devemos mencionar que Alberdi se encontra com Mármol, em trânsito para a Europa, e chega a publicar um artigo na revista *Ostensor Brasileiro*. Trata-se do discurso pronunciado por Alberdi no Chile para obter o grau de Licenciado em Direito intitulado “Sobre a conveniência e objetos de um congresso geral americano”, no qual apresenta como necessidade a reunião de um congresso americano, tendo em mente o modelo daquele celebrado em Panamá em 1824. No discurso de Alberdi, aparece várias vezes a ideia de que, para uma união americana, a condição de Império do Brasil não é adequada. Como se sabe, o Brasil participará pela primeira vez de um congresso americano só em 1889, na Conferência de Washington, quando o país já era uma República, nascente república. Escreve Alberdi:

Um congresso de Repúblicas não é um congresso de Reis; um é responsável e o outro não; um é uma instituição democrática, o outro é um corpo privado. Os Reis absolutos

---

¹¹⁰ Para cotejar as diversas edições dos *Cantos del Peregrino* (1844, 1847, 1849, 1899), ver a edição crítica de Elvira Burlando de Meyer (Mármol, J., *Cantos del Peregrino*. Buenos Aires: Eudeba, 1965).

¹¹¹ Mármol, J., *Cantos del Peregrino*, op. cit., pp. 324-325.

não têm a quem dar contas; os governos republicanos devem dá-las aos povos que representam.¹¹²

Por sua vez, Esteban Echeverría, de passagem pelo Brasil a caminho de Paris, idealiza, junto com Juan María Gutiérrez, um projeto de escrita chamado “Peregrinaje de Gualpo” que Echeverría escreveria em prosa e que Gutiérrez verteria em versos românticos. Aqui também se faz evidente o apreço pelo *Childe Harold's Pilgrimage* do Lord Byron. O projeto não chegou a se concretizar por inteiro, contudo, nas obras completas de Echeverría, compiladas, anotadas e prefaciadas pelo seu companheiro de viagem, Gutiérrez, é reproduzido um fragmento do primeiro canto, no qual Echeverría arremete com fúria contra o Brasil imperial: primeiro ele é retratado como usurpador (baseado nas ações imperais para recuperar a Província Cisplatina) e depois como escravagista, sendo que D. Pedro II ganha a alcunha de déspota:

Parece que el patrimonio que al hombre se reserva en las zonas ardientes del Ecuador es la esclavitud y la ignominia. El Brasil gime bajo el azote de un déspota y mientras que los otros pueblos de la América han sacudido sus cadenas, él las arrastra con vergüenza y baldón del nuevo mundo. Mientras que en el resto de la América los tronos se han derrocado y los Monarcas perdido su omnipotencia e infalibilidad, en el Brasil domina orgulloso un cetro semejante a los que abruma al viejo mundo, y aparece como una mancha en medio de las águilas republicanas, esta ave muelle y afeminada.¹¹³

O socialista e sansimoniano Echeverría guarda ainda rancor pelos interesses expansionistas, pela invasão ao Uruguai e pelo conflito bélico entre Argentina e o império do Brasil entre 1825 e 1828. Os ecos revolucionários são evidentes, a monarquia é “una mancha” entre as repúblicas que emergem por toda América. Ainda assim, igual a qualquer viajante, o Gualpo de Echeverría exalta a beleza natural do Rio

---

¹¹² *Ostensor Brasileiro*, n. 54, p. 321.

¹¹³ Echeverría, E. “Peregrinaje de Gualpo”, em *Obras Completas* (Compilação e biografia por Juan María Gutiérrez). Buenos Aires, Antonio Zamora Editociones, 1972, p. 336.

de Janeiro, admira a frondosidade desse “verano perpetuo” dos trópicos, embora encerre o fragmento em tom acusatório:

Gualpo vuelve la vista de un espectáculo tan triste y de un suelo tan hermoso; pero que despierta sentimientos tan dolorosos; de un suelo donde respira la esclavitud y la ignominia, y se entrega de nuevo con regocijo a las inquietas ondas.¹¹⁴

II – Joaquim Norberto e José Mármol, caminhos trilhados até a troca de olhares

Como vimos, desde a publicação das *Modulações Poéticas*, Joaquim Norberto, a pesar da qualidade de seu trabalho, perfila-se como um dos mais prolíficos escritores brasileiros do primeiro impulso romântico. Sua produção é vasta e desemparelhada: romances e contos, poesia (lírica), teatro (tragédia e drama), crítica literária, historiografia e uma quantidade de introduções e resenhas dispersas em revistas da época e nem sempre compiladas. Contudo, a crítica posterior concorda que sua obra poética e de ficção é de escasso valor e que sua principal contribuição para a literatura está dada apenas pela sua produção historiográfica. Antonio Candido e Alfredo Bosi destacam o desempenho de Joaquim Norberto como historiador da literatura, inclusive destacando-o como pioneiro, porém diminuem a importância do resto de sua produção.¹¹⁵ Nessa mesma linha, mas com asseverações que chegam até à desqualificação, Sílvio Romero e José Veríssimo lhe outorgavam escassa, para não dizer nula, relevância:

Como **Norberto não tinha nem o talento, nem a cultura, pois era um fraco autodidata, que presume tamanha e tão variada produção, é ela na máxima parte medíocre e insignificante.** Deste enorme labor apenas se salvam, para bem da sua reputação, os seus vários trabalhos sobre as nossas origens literárias, os seus

---

¹¹⁴ *Op. cit.*, p. 336.

¹¹⁵ Ver Bosi, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. Ver também: Candido, A. *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

excelentes estudos sobre os poetas mineiros, a sua grande e boa monografia da Conjuração Mineira e algumas memórias históricas publicadas na Revista do Instituto. Por aqueles trabalhos é Norberto, depois de Varnhagen, o mais prestimoso e capaz dos indagadores da história da nossa literatura, um dos instituidores desta.¹¹⁶
(Destaque nosso)

Também desde muito jovem, Norberto inicia uma carreira burocrática, primeiro num cargo em uma biblioteca, depois na Contadoria de Guerra e, mais tarde, por meio de um concurso, torna-se amanuense da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, o que lhe permite dedicar-se às letras. Entre 1845 e 1848 publica artigos, estudos literários, romances e poesias em várias revistas, incluindo a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que havia sido criado em 1838 e do qual Joaquim Norberto será, anos depois (1887), presidente. Nesse momento, a discussão continuava girando em torno da ideia de nacionalidade das letras brasileiras. Como vimos, Varnhagen, o francês Emile Adêt e o próprio Joaquim Norberto, entre outros, elaboraram hipóteses que, com menos sucesso que o esperado, tentaram separar da antiga metrópole as obras literárias produzidas no Brasil ou, ao menos, criar uma ideia de continuidade.

Nesse período tem início a sua obra historiográfica,¹¹⁷ que será publicada fragmentariamente na revista *Minerva Brasiliense* e em volume, como o citado *Bosquejo...* e o *Mosaico Poético* (1844), publicado em coautoria com Emile Adêt. Sua colaboração é assídua, principalmente poética, nas páginas do *Ostensor Brasileiro: Coleção de produções originais em prosa e verso sobre assuntos pertencentes à história política e geográfica da Terra de Santa Cruz*, editado por Vicente Pereira de Carvalho

---

¹¹⁶ Veríssimo. J., *História da literatura brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 170.

¹¹⁷ Embora a maioria da sua obra historiográfica se desenvolva ao longo da década de 1860, com um esboço de história literária do Brasil nunca concluído.

Guimarães e João José Moreira. No dia 15 de março de 1844, no número 10 da revista *Minerva*, Joaquim Norberto publica as “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea”, o primeiro juízo feito por um “estrangeiro” sobre as letras argentinas. Depois, voltaremos às “Indagações...”.

Por sua vez, após seis dias de prisão em Buenos Aires, José Mármol passa à Banda Oriental (Uruguai), onde os proscritos se agrupam para organizar uma oposição e uma resistência (embora eles chamassem de revolução qualquer ação que se opusesse ao “tirano” do caudilho) contra o governo de Juan Manuel de Rosas. Mármol participa de quase todos os jornais da “nova geração” que tentam não só se diferenciar de seu inimigo mais imediato, mas também das ideias “unitárias” (partido dos Unitários) que, segundo o autor de *Amalia*, fragmentaram o país após a revolução da independência.

A produção poética de Mármol, durante os três anos de exílio em Montevideu até o sítio da cidade comandado pelas tropas de Oribe, pode se resumir pela descrição que Sarmiento realiza ao conhecê-lo, anos depois, no Rio de Janeiro, na mesma viagem que mencionamos:

Una joya encontré en Río de Janeiro, Mármol, el joven poeta que preludia su lira, cuando no hay oídos sino orejas en su patria para escucharlo. Es éste el poeta de la maldición, y sus versos son otras tantas protestas contra el mal que triunfa y que los vientos disipan sin eco y antes de llegar a su dirección.¹¹⁸

Em 1841, os proscritos organizaram o Certame Literário do qual falamos no Capítulo 2, que premiava “Al individuo que presente la mejor composición poética, en celebridad de la Revolución de Mayo, de los obstáculos que tuvo que vencer y de los beneficios que ha producido al continente Sud-Americano”. O primeiro prêmio foi para

---

¹¹⁸ Sarmiento, D. F., *Viajes por Europa, África y América (1845-1847)*. Buenos Aires: Ed. Luz del Día, 1949, p. 74.

Juan María Gutiérrez, sendo que José Mármol obteve uma menção. Mas o Certame, que, além dos prêmios em metal, publicaria uma edição com as obras consagradas, ganhou uma relevância inusitada, pois no prólogo da edição encomendada a Juan Bautista Alberdi, “El Editor”, além de polemizar com Florencio Varela, último representante do neoclassicismo e redator do “ditame” do concurso, argumenta e sanciona o nascimento da primeira poesia nacional argentina:

Social y civilizante, de apostolado y propaganda, por su misión; progresiva, por su fe en el dogma filosófico de la perfectibilidad indefinida de nuestra especie; profética, por su íntima creencia en el porvenir de la América y del mundo; franca y espontánea, por sus procederes de composición; democrática y popular, por sus formas de estilo y de lenguaje; expresión completa del nuevo régimen americano, y reaccionaria del viejo, hasta en las formas del idioma [...]¹¹⁹

O que Alberdi traz à arena da disputa pela “poesia nacional” são os tópicos de uma nova literatura, construída a partir da rememoração (Revolução de Maio) e do distanciamento (o exílio). Portanto, há um espaço para a reconquista e uma tarefa por finalizar. Até 1843, Mármol participa do jornal *El Nacional e Comercio*, “los dos periódicos más serios de Montevideo” (nas palavras de Ricardo Rojas); das revistas panfletárias: *¡Muera Rosas!* (1841-1842) e *El Guerrillero* (1843). Também no seu exílio, em Montevideu, são produzidas suas únicas peças de teatro, que compôs e estreou (inclusive com certos elogios da crítica da época, embora hoje sejam ilegíveis) em 1842: *El Peota* e *El Cruzado*, ambos de cunho romântico. A segunda é ambientada, como em Chateaubriand, num oriente longínquo e medieval (a cena passa-se na Ásia nos anos 1142 a 1144). O valor literário dessas peças é nulo.

---

¹¹⁹ Alberdi, J. B., *Obras Completas*, tomo II, pp. 59-60 (Reproduzido em: *El nacimiento de la crítica: Juan María Gutiérrez*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 247. (Capítulo de la historia de la literatura argentina, n.11,)

O sítio de Montevideu e a autoproclamação de Oribe como presidente da Banda Oriental, em 1843 (e até 1851),¹²⁰ dispersa novamente aos proscritos. O destino do Mármol será o Rio de Janeiro, onde contava com a proteção do general Tomás Guido, paradoxalmente, o enviado diplomático de Juan Manuel de Rosas para a corte de D. Pedro II desde sua proclamação em 1841. Mármol permanece no Rio de Janeiro até fevereiro de 1844 quando embarca no navio *Rumena* rumo a Santiago do Chile. A viagem, como mencionamos, fracassa por inclemências do tempo. Instalado novamente no coração do Império brasileiro, Mármol publica alguns trabalhos em periódicos locais. No número 44 da revista *Ostensor Brasileiro*, de março de 1846, Mármol publica o mencionado ensaio “Juventude Progressista do Rio de Janeiro” (a primeira análise feita por um argentino sobre as letras brasileiras). Voltaremos, depois, a falar sobre o ensaio.

III – Os meios (e os fins): A *Minerva* e o *Ostensor* em tensão

O papel da imprensa escrita e das revistas (literárias, científicas, políticas ou de interesse geral, mas sempre românticas) durante o século XIX, tanto na Europa como na América, é notável. No Brasil, após a publicação da revista *Nitheroy* em Paris no ano de 1836, que, como mencionamos, é o marco que dá início ao Romantismo brasileiro, surgiram a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), o *Ostensor Brasileiro* (1845-1846), *A Marmota* (1849-1861), a revista *Guanabara* (1849-1856), a *Revista Popular* (1859-

---

¹²⁰ O sítio, que durou mais de oito anos, junto com a chamada Guerra Grande (1839 a 1843) inspirou Alexandre Dumas (pai) a escrever *Montevideo, ou um nouvelle Troie*, publicados os dois primeiros capítulos na revista *Le Mois* e depois em livro, em 1850.

1862), entre outras, todas editadas no Rio de Janeiro. Também há uma grande atividade editorial (pelo número de revistas e não pelo de leitores) em São Paulo: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* (1851-1864), *Ensaio Literários do Ateneu Paulistano* (1852-1860), *Revista da Academia de São Paulo* (1859), a *Revista Mensal do Instituto Científico* (1862-1863), entre outras. Por último, no nordeste, foram editadas: *O Progresso* (1846-1848), *Ateneu Pernambucano* (1856-1863), *Ensaio Filosófico Pernambucano* (1856-1860) e o *Ensaio Literário* (1864-1865); e, no sul, *O Guaíba* (1856-1858), a *Arcádia* (1859-1870), entre outras.¹²¹

Também na Europa e, como reflexo quase imediato, na América Ibérica, a ruptura com a visão da história linear neoclássica outorga aos românticos de ambos os lados do Atlântico uma consciência única de sua “função” histórica. A ascensão da burguesia e a adequação dos postulados do liberalismo político, com seus supostos (ou pretendidos) valores igualitários e democráticos, toca fundo o pensamento das elites. Ao mesmo tempo, discutia-se o papel das letras nacionais e a historiografia ganhava um peso relevante. Esse clima de ideias é o que podemos ler no texto introdutório que Torres Homem escreve para a *Minerva Brasiliense*¹²² e que se intitula “Progresso do Século Atual”. Há nesse texto um repasso pelos avanços técnicos, físicos, químicos, médicos, econômicos, administrativos, artísticos, etc.. Ele é concluído com a atribuição

---

¹²¹ Para um panorama completo das revistas literárias no Brasil ver: Antelo, R., “As revistas literárias brasileiras”. In: Boletim de Pesquisa – Nelic, v. 2, n. 2 (1997), pp. 3-11. Ver também: Lopes, H. *A divisão das águas: Contribuição ao estudo das revistas românticas*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

¹²² Vale destacar que existiram dois periódicos chamados *Minerva Brasiliense*, ambos circulando no Rio de Janeiro. Porém, os subtítulos de cada publicação nos outorgam uma rápida compreensão do “programa” que cada um representava ou procurava. *Minerva Brasiliense: Jornal de Sciencias, Lettras e artes* (com a grafia da época), circulou entre novembro de 1843 e julho de 1845 (é nesta publicação que Joaquim Norberto publicava seus estudos). O outro periódico, *Minerva Brasiliense: Biblioteca Brasília, ou collecção de obras originais, ou traduzidas de autores celebres* (com a grafia da época) circulou entre meados de 1844 e fim de 1845 e, como raridade, além de publicar autores “brasileiros”, publicava contos de autores europeus, como *O Morgado* de E.T.A. Hoffmann.

de uma função à geração romântica e com a clara consciência do lugar que essa geração deveria ocupar na história:

O século XVI foi do desenvolvimento do elemento religioso; o XVIII, o do elemento político e o nosso é incontestavelmente do elemento industrial. Mas para conseguir o fim em cada uma dessas esferas, quantas crises, quantos terríveis acidentes, quantos suores de sangue! [...] para que tenha lugar o progresso da espécie, é mister que uma geração seja oferecida em holocausto a outra; e assim o desenvolvimento das sociedades ofereceria o aspecto de uma redenção continua.¹²³

A *Minerva Brasiliense* continua o programa da *Nitheroy*, sua irmã parisiense, e inventa um ideário nacional, colocando a historiografia em primeiro plano, mas sem abandonar a poesia. Estabelecendo um paralelismo com as procuras das elites letradas, podemos dizer que Certame Poético dos proscritos argentinos em Montevideu corresponde aos prêmios propostos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1844, anunciados na *Minerva* número 5, página 123:

Premio propostos por S. M. o Imperador. Assuntos fixos para todos os anos: 1) Medalha de ouro – Ao que sobre o Brasil, ou algumas províncias suas, apresentar melhores trabalhos estatísticos, 2) – Ao que melhores trabalhos históricos tiver oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1844, 3) – Ao que apresentar a melhor geografia do Brasil.

Observe, na lista de títulos dos artigos da *Minerva*, como aparece de forma explícita o programa e a intenção de seus redatores, parte destacada da elite letrada do Brasil imperial (selecionamos alguns dos textos ao longo das publicações indicando, entre parênteses, o número de página do volume completo): “Da nacionalidade da Literatura Brasileira” de Santiago Nunes Ribeiro (pp. 7 a 23, continua nas pp. 111 a 115); “Literatura Contemporânea Francesa” de Emile Adêt (pp. 37 a 41, continua nas pp. 89 a 91 e 108 a 111); “Estudos sobre a Literatura Brasileira durante o Século XVII”

---

¹²³ S. Torres Homem, “Progreso do Século Actual”. In: *Minerva Brasiliense: Jornal de Siciencias, Lettras e artes*, n.1, Rio de Janeiro: nov. 1843, p. VI. (não mantivemos a grafia original para facilitar a leitura.)

de Joaquim Norberto (pp. 41 a 45, continua nas pp. 76 a 82); “Belas Artes: da Arte Dramática no Brasil” de Emile Adêt (pp. 154 a 157); “Influência do espiritualismo sobre o gênio literário”, escrito por Adolphe Muzure e traduzido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (pp. 199 a 204); “Filosofia: a origem da palavra” de D. J. Gonçalves de Magalhães (pp. 255 e 256). Em março de 1844, o mencionado texto de Joaquim Norberto sobre a literatura argentina contemporânea marca, assim como o de Adêt sobre literatura francesa, os estreitos vínculos entre literatura e nação, que começavam a entrelaçar-se com fervor em toda Europa, desde na Itália de Manzoni até a Rússia de Puskin, assim como nos países emancipados do jugo das metrópoles ibéricas. Quando as elites falam dos outros (outras literaturas de outras nações) estão, indiretamente, definindo o próprio (aquilo que não são os outros).

Contudo, nem toda a sistematização romântica era consensual. Antes do já mencionado episódio que enfrentou a Gonçalves de Magalhães com José de Alencar ocasionado pelos ataques deste último ao indianismo afetado do primeiro, uma revista dirigida por um português apresentava outra ideia de nação e de romantismo: o *Ostensor Brasileiro. Jornal Pictoreal*, uma aposta visual, mas só com gravuras feitas no Brasil, e uma coleção de “Produções originais em prosa e verso sobre assuntos pertencentes à História Política e Geográfica da Terra de Santa Cruz”. O texto introdutório, diferentemente da *Minerva*, ressalta as condições em que a revista era editada, o esforço que isso implicava e a atitude de não lucrar com ela. Embora se fale em ostentar (daí o nome da publicação), devemos considerar apenas o sentido primeiro do termo, o de “mostrar” o Brasil como ele é:

O Jornal literário – *Ostensor Brasileiro* – cuja introdução escrevemos em mui poucas palavras, é uma destas empresas atrevidas, que os indiferentes julgam loucas, e os

amigos impossíveis; o plano circunscrito, que nos impusemos de tratar exclusivamente de objetos relativos, ou pertencentes ao Brasil constitui a primeira parte do nosso programa, e a maior das dificuldades a vencer, segundo querem aqueles que de trabalhos mentais só esperam como único premio um pouco de ouro vil.¹²⁴

O *Ostensor* busca mostrar o Brasil por imagens (gravuras com paisagens locais, principalmente do Rio de Janeiro) e por meio de textos descritivos sobre o Rio de Janeiro (as praças, as igrejas, a Escola militar, Botafogo, Angra dos Reis etc.), a cidade de Pelotas, as fortificações na Bahia etc.; mas, sobretudo, o *Ostensor* busca gerar um público leitor. O seu diretor, Carvalho Guimarães, é, além disso, autor de romances históricos, que ele vai intercalando ao longo dos números da revista (*Jerônimo Barbalho Bezerra, A Guerra dos Emboabas, A Cruz de Pedra e Os Jesuítas na América*). Construir o leitor que possa fazer o novo Brasil parece ser o programa de corte iluminista e fervor romântico.

Ao longo das entregas não há nenhum tipo de publicidade nem menção ao Império ou a D. Pedro II. Embora se publicassem alguns fragmentos historiográficos extraídos da *Revista do IHGB*, muitos dos artigos se opõem aos interesses da corte ou à maneira oficial de se definir uma relação com a sociedade e a natureza. Vale citar, como exemplos, o extenso ensaio (que é dividido em cinco números) intitulado: “Da independência política e social das mulheres, nos tempos antigos e modernos: da sua educação e de algumas obras mais recentes a este respeito, escritas por mulheres”¹²⁵; o próprio texto de Carvalho Guimarães sobre a “Educação primária” e vários outros textos sobre um tipo de indianismo sem “exaltações”, isto é, buscando uma aproximação quase antropológica do tema, sem as enervações típicas do olhar

¹²⁴ O texto da “Introdução” não está assinado, *Ostensor Brasileiro*. Num.1, sem data de dia e mês, 1845.

¹²⁵ No último fragmento se esclarece que se trata de uma tradução feita por “M.” e que o texto pertence à *Revue Britannique*.

romântico. Em outras palavras, aproximar-se do índio por meio de imagens (gravuras) e de algumas intercalações de pequenos glossários com termos indígenas. Porém, o que merece mais destaque, e que coloca a revista *Ostensor* de costas para a patrona dos artesões e deusa da sabedoria dos gregos, é o lugar que dois estrangeiros exilados têm nas suas páginas e os assuntos que eles tratam. Os autores são Juan Bautista Alberdi, de quem reproduz, em várias edições, o discurso pronunciado em Santiago do Chile pelo autor das *Bases* para obter o grau de Licenciado em Direito: “Sobre a conveniência e objetos de um congresso geral americano”¹²⁶ e José Mármol, que publica o mencionado texto sobre a juventude progressista carioca e vários textos curtos com o mesmo título: “Fragmentos de minha carteira de viagem”.

O confronto suscitado nos programas de ambas as revistas (o *Ostensor* e a *Minerva*) se vê completamente elucidado no último número do *Ostensor Brasileiro*, no qual, contrariando o esperado, é advertido: “A Redação do *Ostensor Brasileiro*, obrigada por várias circunstâncias, teve que suspender a publicação do seu Periódico, achando-se portanto completa esta Obra com os 52 números contidos no presente volume”. Nesse último número, fala-se com o leitor (“Ao leitor”) pela primeira vez desde a introdução. Ali ficamos sabendo que o *Ostensor* estava pronto para sair antes

---

¹²⁶ Não vamos nos deter na análise do texto do Alberdi, porém podemos mencionar duas curiosidades sobre ele. A primeira é a convocação de um congresso geral americano, tendo como modelo o celebrado no Panamá em 1824, mas com metas mais específicas (deixando de lado a importância de se armar contra os espanhóis, por exemplo). A proposta é que ele seja sediado em Lima, coisa que acontecerá em 1847-1848. A segunda curiosidade é a quantidade de vezes que no discurso não considera o Brasil monárquico pertencente a uma possível união americana. Basta apenas esta citação para percebermos o fato: “Um congresso de Repúblicas não é um congresso de Reis; um é responsável e o outro não; um é uma instituição democrática, o outro é um corpo privado. Os Reis absolutos não têm a quem dar contas; os governos republicanos devem dá-las aos povos que representam” (*Ostensor Brasileiro*, n. 54, p. 321). Para uma leitura mais abrangente da relação do Império brasileiro com os congressos interamericanos, ver o ensaio de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

que a *Minerva* e que atrasou sua saída para não ofuscá-la (de fato Carvalho Guimarães colabora na *Minerva*). Porém, imediatamente é informado ao leitor que:

O primeiro número da *Minerva Brasiliense* desagradou-nos; não gostamos de falar dos mortos, porém assim é preciso: o primeiro número desagradou-nos, por que mostrava clara e distintamente não preencher a falta em que estávamos de um jornal popular; seu plano foi mal pensado, ou mal executado, e essas **trinta páginas deviam necessariamente aborrecer os leitores** para quem foram escritas, era muito alimento para estômagos fracos, e era muitíssimo forte alimento. (Destaque nosso)

De forma retrospectiva, Carvalho Guimarães parece ter um programa coerente para sua publicação. Na introdução, escrita quase dois anos antes do texto citado acima, é possível ler:

É preciso civilizar o povo, dizem todos, e o jornal literário é uma poderosa alavanca da civilização; porém, ignora-se que para o povo no Brasil, e em muitas partes ainda não é a leitura uma necessidade? Enfastiam-no cientificamente e depois gritam que as empresas literárias no Brasil são impossíveis de manter, que **o povo não lê vinte e trinta páginas, que de uma só vez lhe atiram**: ainda mais, para que esta civilização estrangeirada, que não cria raízes no coração do povo?! (Destaque nosso)

Ou seja, a *Minerva Brasiliense* atirou (“lhe atiram”) aquelas trinta páginas ao povo, que não estava pronto para lê-las, pois “eram muitíssimo alimento”. Mas, além de não “preencher a falta em que estávamos de um jornal popular”, a *Minerva* deixou cair pesadas páginas em um público de civilização “estrangeirada” (à moda europeia), não criando “raízes no coração do povo”. Nesse contexto, as empresas literárias são “impossíveis de [se] manter”. Vemos isso no fracasso da *Minerva*, mas também no da própria *Ostensor* que, “obrigada por várias circunstâncias”, teve de interromper a publicação. Daí também decorre o fato de que o programa de Alberdi, reforçado depois pelos preceitos de Mármol, não tinha lugar em outra publicação dentro do território imperial.

IV – Troca de olhares: o outro, entre o nacional e o americano

A troca entre os olhares de Joaquim Norberto e José Mármol se dá também em uma troca ideológica, que as revistas nas quais seus textos foram publicados sustentavam, com maior ou menor ênfase. Joaquim Norberto tinha uma visão nacionalizante da literatura e Mármol enfatizava o tempo todo a impossibilidade de a juventude brasileira, nas condições políticas nas quais se encontrava, sair da sua inação. A ação à que a juventude era chamada parecia clara a Mármol: “porque toda juventud es revolucionaria por esencia, y todo pueblo, una revolución que habla, que se mueve, que transmite.”¹²⁷

No seu “exame” sobre a juventude fluminense, José Mármol realiza uma avaliação histórica das vicissitudes pelas quais passaram o continente livre dos anos de colonialismo e se pergunta o que aconteceu com a América livre, educada durante três séculos “en el calor de las pasiones más que supersticiosas, bárbaras”. E a resposta será clara e, poderíamos dizer, sarmientina:

Llegado para la América el momento de su emancipación política, ¿cómo la encontró ese momento? Nos es doloroso confesarlo porque somos americanos, y porque abrigamos un corazón ardientemente apasionado por nuestra América, pero es necesario. La América se mostró al mundo en toda la desnudez de la barbarie¹²⁸ (p. 118)

---

¹²⁷ Por uma questão de uniformidade de critérios usaremos o texto que Gregorio Weinberg selecionou (José Mármol, “Examen crítico de la juventud progresista del Río de Janeiro”. In: *Manuela Rosas y otros escritos políticos del exilio*. Buenos Aires, Taurus: 2001, p. 102). (Todas as citações do texto do Mármol pertencem a esta edição. Indicar-se-á o número de página ao final).

¹²⁸ Do encontro no Rio de Janeiro, Sarmiento leva os versos ainda inéditos do *Peregrino* e Mármol, a leitura do *Facundo*. Ao longo de todo seu ensaio, Mármol utiliza o binômio civilização-barbárie com familiaridade. Chega, em determinado momento, a recomendar a leitura do *Facundo*.

No Brasil as coisas foram diferentes, sugere o texto. Como a corte portuguesa se instalou em 1808 em terras brasileiras e enviou para a Europa, ao longo desse reinado transatlântico, funcionários e homens “eficazes para sua conservação”, o contato entre o Brasil e o Velho Mundo foi constante. Em contrapartida, como a “madrasta” (Portugal) era “atrasada” em relação ao resto da Europa e como, para Mármol, não houve, no Brasil, uma revolução durante a declaração da independência, ele concluía que nunca houve progresso. No Brasil, persistia uma relação com a ex-metrópole, uma história em comum, e, por esse motivo, Mármol pode afirmar que: “Así, hallamos bien averiguadas las causas de ese movimiento perezoso, si no es permitido hablar así, del pensamiento literario de la juventud del Janeiro” (p. 125). Segundo Mármol, a natureza exuberante reclamava um “gênio” que não terminava nunca de se formar pois ainda não tinha rompido as velhas correntes do pensamento atrasado, colonial. Nesse ponto, ele se assemelhava ao Gonçalves Dias da *Meditação*. Não há ainda, da maneira como se espera — chega a declarar Mármol — uma literatura brasileira, como tampouco não há literatura nos países americanos.

Contudo, alguns jovens que podiam viajar à Europa (e Mármol pensa em seus compatriotas Echeverría, Alberdi e o próprio Sarmiento que acabava de partir) e trazer as novidades da “civilização” tampouco tiveram sucesso em suas empresas. A conclusão de Mármol é que não há um público leitor, como também declararia, pouco tempo depois, o editor do *Ostensor*. Dessa maneira, Mármol elabora o único juízo sobre autores românticos brasileiros de todo seu ensaio:

Faltando la fe y el respeto por la inteligencia, faltando la protección pública, el escritor tira la pluma, como el labrador el arado cuando trabaja sobre terreno improductivo. Pregúntesele al Sr. Magalhães por qué suspendió el vuelo de su musa dramática, cuando, tan bella, desplegaba las alas de sus inspiraciones; él dirá estas palabras: “el pueblo no podía leer mis obras porque no sabe leer”. Pregúntese al Sr. Pena, si, a

pesar de la buena acogida que hasta hoy han tenido sus obras, podrá solamente con ellas adquirir y conservar una posición social que le asegure, cuando más, un modo de vivir independiente en la sociedad; él dirá que no. (p. 126)

O que está em foco é a falta de um “mercado editorial”, o fim do mecenato e a educação pública — coisa que Carvalho Guimarães reclamaria em números anteriores —, todo esse conjunto é fundamental para que os escritores tenham um público. A crítica à falta de interesse português em educar e em inaugurar universidades e escolas fica enfatizada dessa maneira. E as obras “tão belas” dos jovens brasileiros não têm como ser acolhidas. Elas são, nas palavras do editor de *Ostensor*, “muitíssimo alimento”. Ora, o porvir da América é enorme, o caminho a seguir estará dado pela unidade que Alberdi apresentou no seu discurso sobre as necessidades de um Congresso Geral americano. Então: “O que deve fazer o Brasil?”, pergunta-se Mármol. O texto está lotado de contradições, por momentos designa a monarquia como possível aliada, por momentos a acusa de dar continuidade às tradições portuguesas. Porém, sempre, e cada vez com maior intensidade, conclama uma grande revolução. E será em favor dessa revolução que, nas entrelinhas, Mármol construirá sua argumentação. Ele começa seu texto demonstrando o inconformismo de todas as classes sociais no Brasil:

Llámesse al último proletario de Matogroso y al primer aristócrata de San Cristóbal (pero que sea hombre de conciencia) y pregúntese a cada uno, si cree al país en el estado que le conviene; y cada uno dirá en su idioma y en su lenguaje que no: que hay un malestar, una cosa que todos la sienten pero que ninguno la define, que a todos inquieta sin hacer mal directamente a nadie en particular. (p. 128)

Ele continua com uma proposta de associacionismo de valores cristãos e cuja bandeira é a liberdade. Repassa os modelos possíveis europeus,¹²⁹ insta que se forme um Direito público, embora seu poder devesse ser mantido com canhões. Depois, convoca a fraternidade americana para levar adiante a revolução “moral y socialista”¹³⁰: e se “el Brasil ha de entrar al movimiento inteligente a que es llamado, tiene que pasar por todas las vicisitudes de las altas revoluciones sociales” (p. 137). Ao fim, chega até a casca de uma árvore do Jardim Botânico da Corte, onde lê: “Mueran los salvajes Unitarios”. Rosas é sempre uma obsessão recorrente, um governador de um povo “donde se están cometiendo actos de barbarie desconocidos hasta ahora”. O “sistema americano” proposto por Rosas é o objetivo final do texto, que busca denunciar panfletariamente as atrocidades que o “tirano” realiza em nome de seus “instintos reaccionarios”. São as últimas páginas de seu ensaio sobre a juventude progressista (para Mármol, inexistente) do Rio de Janeiro. O autor de *Amalia* ainda tem tempo de ressaltar os métodos usados para calar a imprensa no Chile e na Bolívia por meio dos “agentes oficiales” de Rosas. Por isso, o ensaio se inicia com a defesa da imprensa livre e com a explicitação da função dos jovens: fazer a revolução (começando pela derrocada de Rosas). De todo modo, Mármol, esclarece:

Así, cuando a menudo nos hemos ocupado, en esta última parte de nuestro escrito, del gobierno del general Rosas, no es porque hayamos querido de propósito dar el paso a nuestras opiniones políticas, que serían exóticas en el asunto de que nos ocupamos, sino porque vemos en ese gobierno algo más que lo que han creído ver los hombres que se llaman de Estado en el Brasil. (p. 141)

---

¹²⁹ Mármol já havia declarado, em um dos “Fragmentos de minha carteira de viagem” que: “Precisamos de Chateaubriand, para levantar do Mississipi o véu de seus encantos; de Tocqueville, para conhecer nossa própria democracia; e de D’Orbigny, para conhecer nosso terreno” (*Ostensor Brasileiro*, n. 25, jan. 1845, p. 193).

¹³⁰ Entenda-se por socialismo, nas palavras do Alberdi, as doutrinas anteriores ao marxismo, desenvolvidas por Owen, Saint-Simon e Fourier.

Mármol termina advertindo os homens “que se llaman de Estado en el Brasil” sobre os perigos de tanta passividade diante da ameaça do sistema “americano”. O texto acaba de ser publicado em março de 1846. Um mês depois, o *Ostensor* para sua publicação, talvez por ostentar uma visão do Brasil “inadequada”.

Por sua vez, Joaquim Norberto realiza uma leitura crítica da poesia argentina e de dois textos historiográficos. O curioso é que, como nota Felix Weinberg, o jovem Joaquim Norberto cita o texto de *La lira argentina*, sendo que nenhuma das composições dessa edição de 1824, compilada por Ramón Díaz, está assinada (apenas há, em algumas das poesias, as iniciais do autor, que graças aos trabalhos posteriores de Gutiérrez puderam ser identificados). Além disso, a publicação foi escassa. É mais provável que Joaquim Norberto tenha utilizado a “*Colección de Poesías Patrióticas*, publicada alrededor de 1826, donde sí se consignan los nombres de los autores de cada composición, exceptuando sólo cuatro anónimos”.¹³¹ Porém, o trabalho de Joaquim Norberto não se limita a realizar uma crítica, suas marcas de leitura estão nas traduções que ele mesmo fez das poesias que analisava.

Além das fontes de Joaquim Norberto (*Colección de Poesías Patrióticas* ou *La lira argentina*), em nenhum momento do texto é explicitado de onde vêm as referências a Lavardén, ao trabalho historiográfico do deão Funes e à coleção do “*Archivo Americano*”, que Pedro de Angelis dirigia, e cujas “series de *Documentos inéditos sobre las provincias del Río de la Plata* es de suma importancia y arroja mucha luz sobre la obra de Gregorio Funes” (p. 71) (com essa citação encerra suas *Indagações*).

---

¹³¹ Weinberg, F., *La literatura argentina vista por un crítico brasileño en 1844*. Rosario: Ediciones de la Universidad Nacional del Litoral, 1961, p. 40. (Esta edição, além de comentar o achado do texto de Joaquim Norberto, traz anexa a tradução para o espanhol do texto “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea”. As citações de Joaquim Norberto em espanhol pertencem a essa edição. Indicar-se-á número de página ao final).

Entretanto, um verdadeiro cruzamento com as ideias de Mármol (ambos escreveram depois no *Ostensor*) fica evidente quando Joaquim Norberto anuncia que “Esteban Echeverría aparece como el crepúsculo de un bello día, tímido al principio ante las tinieblas de una larga noche, reanimándose poco a poco con la luz que ella refleja [...] Esteban Echeverría es el Magalhães argentino” (p. 68). Trata-se da mesma comparação que realiza Mármol em seu texto sobre a juventude fluminense: “El Sr. Don J. G. de Magalhães fue el primero que importó al Brasil, como el Sr. Esteban Echeverría a Buenos Aires, el espíritu, la entonación y la forma de la nueva lira europea” (p. 114).

O conhecimento da obra de Echeverría adverte-se, antecipa-se, porém não se concretiza: “Esteban Echeverría es el Magalhães argentino; y un análisis de sus obras que publicaremos oportunamente, hará comprender las felices reformas por él realizadas en la literatura de su patria”. As *Indagações* nunca continuaram, nem na *Minerva* nem em nenhum outro meio. Porém, a sua só menção é suficiente para entender a argumentação de Joaquim Norberto: as letras estão se renovando, há uma literatura nacional possível, é essa a sua conclusão. Contudo, a poesia que Joaquim Norberto analisa é anterior ao Romantismo, tem tons de exaltação patriótica, mas com modelos neoclássicos e fins iluministas. A própria recopilação de Ramón Díaz não é outra coisa que um projeto “unitário”, isto é, dos primeiros argentinos que, após a independência, tentaram organizar a nação. Portanto, é uma compilação impregnada de Arcadismo. Contudo, considerando a leitura que Norberto faz do “progresso” das letras brasileiras no *Mosaico Poético*, ou no posterior *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850), de Varnhagen, podemos deduzir por que Joaquim Norberto considera os árcades argentinos como os iniciadores da literatura nacional, pois o vínculo que os românticos brasileiros tiveram com os poetas do período árcade corresponderia à

leitura de Esteban de Luca, Vicente López, Juan Ramón Rojas, Juan Lafinur, Cayetano Rodríguez, Juan Cruz Varela, Bartolomé Hidalgo (de quem não se menciona a produção *gauchesca*), Florencio Varela e ao surgimento de Echeverría. De todo modo:

En general el lenguaje y el estilo de estos poetas es siempre el mismo; toda la poesía se resume en una elocuencia declamatoria y vana, en versos desmesurados y en abundantes imprecaciones contra los tiranos de América, sin ninguna belleza notable, es decir, mucho más eficaz para incitar los ánimos que para recrearlos ya que, pasados los momentos de febril entusiasmo, su mérito intrínseco es nulo por sí mismo para entrar al análisis crítico en los momentos de meditada lectura. (p. 58)

Ou seja, a poesia anterior a Echeverría, porém posterior à Revolução de Maio, suscita em Norberto um leitura funcional da época, o que, de certa forma, seria correto, já que ele apenas analisa as composições patrióticas ou as homenagens aos heróis de Maio e não os *Cielitos* de Hidalgo. Porém, o programa de historizar a literatura se vê, dessa maneira, iniciado e nisso Joaquim Norberto pode ser visto como um precursor entre os próprios argentinos, cujo primeiro sistema literário canônico, como vimos, foi fruto dos estudos de Juan María Gutiérrez na década de 1850.

Há uma única impugnação que Joaquim Norberto não deixar passar:

De todos estos poetas mencionados el más digno de censura es, sin dudas, Juan C. Varela [...] Su pensamiento, su estilo, todo en fin, es merecedor de críticas, por menos justa y rigurosa que la crítica fuere no podría defenderlo como no sea abandonándolo en la sombra del olvido. (p. 61)

Como se sabe, Juan Cruz Varela foi um dos mais ativos poetas em ambas margens do rio da Prata (Buenos Aires e Montevideu). Menéndez y Pelayo escreve na sua

Historia de la poesía argentina:

Digámoslo claro: antes de 1824 se habían hecho en Buenos Aires muchos versos, pero no había aparecido un verdadero poeta. El primero que entre los argentinos fue digno de este nombre, el que representó allí honrosamente la escuela clásica, colocándose,

si no al nivel, a corta distancia de los Olmedos y Heredias de otras partes, fue Juan Cruz Varela.¹³²

Tanto no Brasil como na Argentina se prioriza “o próprio”, talvez por isso Joaquim Norberto, que deve ter tido acesso às poesias de tom patriótico que Juan Cruz Varela escreveu durante o conflito bélico entre a Argentina e o Império brasileiro, que disputaram, entre 1825 e 1827, os limites e a posse da província Cisplatina (atual Uruguai), chega a afirmar que, em Varela, “todas sus composiciones llevan estampadas el sello de la mediocridad”, fato que justifica, sagazmente, citando um verso do próprio Varela: “Porque es débil la musa que me inspira” (p. 63). Nessa apreciação, ao parecer filha do fervoroso nacionalismo que imperava na época, Joaquim Norberto difere de seus contemporâneos. Até o próprio Andrés Bello, cujos estudos sobre poesia americana eram fonte e modelo de muitos românticos deste lado do Atlântico, publicou um artigo com o título: “Campaña del Ejército Republicano al Brasil y triunfo de Ituzaingó: Canto lírico, por Juan Cruz Varela”, no qual podemos ler:

Entre la multitud de obras que se han publicado en América durante los últimos años, se distingue mucho la presente [la misma composición que impugna Norberto] por la armonía del verso, por alguna más corrección de lenguaje de la que aparece ordinariamente en la prosa y verso americanos, y por la belleza y energía de no pocos pasajes. Citaremos, como uno de los mejores, estos diez versos de la introducción, en que el poeta se transporta a las edades venideras para presenciar en ellas la gloria de su patria y su héroe.¹³³

Esse conflito bélico pôde ter sido ainda maior. Inclusive, a eminência da guerra e as possibilidades de que um dos heróis da independência, Simón Bolívar —e não San Martín, que se encontrava exilado na Europa devido ao seu descontentamento com a situação argentina após a independência—, participasse dele ativamente, levou uma

¹³² Menéndez y Pelayo, M., *Historia de la poesía argentina*. Buenos Aires: Austral, 1947, p. 61.

¹³³ Bello, A. *Obra literaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n. 50, 2001, p. 277.

comissão argentina até a Venezuela para pedir ajuda ao Libertador. Ela Levou uma carta assinada pelo general Carlos de Alvear, datada em Buenos Aires no dia 3 de agosto de 1826, onde estava escrito: “Si El Libertador de Colombia hiciese lo que a mi humilde juicio su posición exigía, no tengo duda que el Emperador perdía su trono.”¹³⁴

Voltando à análise de Joaquim Norberto, o autor argentino que, ao seu ver, merece maiores elogios é Esteban de Luca que é “el que mejor se muestra, no sólo en la combinación del ritmo y el encadenamiento en los diferentes géneros de verso, sino también en la variación de su estilo”. De fato o canto *El triunfo de Maipo* é, para Joaquim Norberto, “el más interesante de todos los poemas de su época”. Ele cita extensos versos do canto, os analisa e os elogia, sobretudo, na vivacidade de cores e formas quando De Luca descreve a América, para depois concluir:

No nos detendremos en un análisis más minucioso de todo el poema pero sí aclararemos que hallamos esta descripción de América [...] superior en poesía y cromatismo a las de otros de sus compatriotas, aunque sin ver aún que aventaje en realce y oropel poético, en viveza y energía de colorido, y hasta en concisión, a la descripción que del indio hace nuestro Alvarenga Peixoto en la “Transfiguração do Pão de Açúcar” en su *Sonho*. La primacía del poeta brasileiro sobre el argentino es incontrastable. (pp. 51-2)

Ou seja, o melhor dos argentinos não se comparar com “nosso” Alvarenga Peixoto (o possessivo alude à intenção do autor).

A troca de olhares, então, tem uma dupla leitura: reconhecer o outro, mas sempre para afirmar o próprio. Podemos observar isso nas obsessões de Mármol com Rosas e na alegação de Norberto da supremacia da poesia brasileira sobre a do resto da América. Isto é, se Mármol incita a juventude fluminense a se unir numa causa que é dele, ou *nacional* (cometer o “tiranicídio” – foi no Rio de Janeiro onde Mármol

---

¹³⁴ Simón Bolívar, *Discursos y Proclamas*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n. 1, 2007, p. 16.

escreveu o poema “El puñal” no qual alegava a necessidade de matar o Rosas), Joaquim Norberto argumenta a favor de sua apreciação primeira: “De todos os povos americanos é sem exageração alguma o brasileiro o mais digno da veneração dos estrangeiros.” De todo modo, a importância dos documentos de Mármol e de Joaquim Norberto é incontestável. A década de 1840 renovou as letras latino-americanas e marcou o início do que até agora chamamos de nacionalismo literário. Mesmo assim, é necessário notar um caráter contraditório, típico do afazer romântico, inclusive como tópico: o *coincidentia oppositorum*, na tensão entre um suposto projeto americano e, portanto, transnacional, e um projeto mais *urgente* e, poderíamos dizer, mais mesquinho, de cunho nacional. A contradição será moeda corrente entre os românticos em ambas as margens do rio da Prata, em os ambos lados do Atlântico.

V – Últimas considerações sobre a troca de olhares

Como última prova da importância que teve o texto de Joaquim Norberto para os românticos argentinos dispersos em seus exílios pela América do Sul, vejamos, no tramado epistolar, tão caro aos românticos, quais foram as suas repercussões. Cronologicamente, a primeira carta de relevância sobre a troca de olhares é datada em Porto Alegre no dia 7 de agosto de 1844. Ela é uma epístola que Gutiérrez dirige a Echeverría, que nesse momento se encontrava em Montevideo. Escreve Gutiérrez:

Aquí está en clase de secretario de Gobierno el Dr. Magalhães, a quien se le reputa primer poeta brasileiro; le trato con frecuencia. La carrera de este joven tiene algo de parecida con la de V. Estudió en Europa; a su regreso dio a conocer, bajo el título de

Suspiros Poéticos, un libro de poesías bajo la inspiración moderna, muy lleno de recuerdos de la patria, de mucho amor a la libertad y de pensamiento en Dios.¹³⁵

Também Gutiérrez compara Echeverría com Magalhães, não apenas pelos estudos europeus, mas pela publicação dos *Suspiros Poéticos*, implicitamente aparentados com as *Rimas* do seu amigo. Sobre as publicações, também há notícias, como demonstra essa mesma carta: “La juventud brasilera hace fuerzas por la independencia de la literatura, pero tienen algo de flojo los ensayos. Redactan la *Minerva Brasilica* [sic] con este objeto.” (p. 282). O objetivo, que se vê de fora (“la independencia de la literatura”), é o mesmo fim que perseguem os românticos em toda a América Latina. Porém, o mais interessante é que, por meio de um correio interceptado, podemos especular por que D. Pedro II esperou até 1851 para apoiar as tropas aliadas contra Rosas, que eram a favor da separação do estado do Rio Grande do Sul, levantado em armas na conhecida Guerra dos Farrapos (1835-1845). Escreve Gutiérrez:

En esta provincia no quieren a Rosas y los legalistas muchos menos. Sin embargo no espero que el Gobierno brasilera dé la cara en una guerra abierta. *El Comercio*, único periódico de esta ciudad, publicó una carta, interceptada a los blancos y copiada del *Nacional*, en que se trataba al Emperador de *mocoso emperador de las bananas*. Por supuesto que no ha agrado este desacato. (p. 283)

A segunda carta que nos interessa é datada no dia 28 de dezembro de 1844. Desta vez, é Echeverría, que já tinha conhecimento da publicação da *Minerva Brasiliense*, quem escreve a Gutiérrez de Montevideu. Gutiérrez, nesse momento, residia no Rio de Janeiro. Na seguinte citação, extensa, porém rica, podemos ver como Echeverría se coloca diante do grupo de exilados:

---

¹³⁵ Todas as cartas citadas pertencem à *Colección Doctor Juan María Gutiérrez: Archivo – epistolario*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 1979, 4 vol. A citação pertence ao primeiro volume, p. 282. (Será indicado o número de página ao final das citações).

En el N° 10 de la *Minerva Brasiliense* hay un artículo sobre la literatura argentina que debe llevar a Chile y publicarlo. Hay muchos que desearían aquí ver la continuación prometida. Procure relacionarse con el autor de ese artículo y estimularle a continuar sus [sic] *Indagações*. Nos conviene mucho el juicio (que no puede ser sino imparcial) de los extranjeros. Es el modo de confundir a los envidiosos y a los pandilleros. [...] El autor de ese artículo manifiesta buen criterio literario y un conocimiento poco común, aun entre nosotros, de la literatura argentina. ¿Por qué [*] Indarte no reproduce ese artículo? Me horna demasiado y eso lo mortifica. (p. 291)

Trata-se do artigo do Joaquim Norberto. A continuação prometida, que, como sabemos, nunca veio à luz, interessava, sobretudo, a Echeverría porque a promessa do autor das *Indagações* era ocupar-se da sua poesia. O juízo dos estrangeiros “nos convém muito”, diz Echeverría, pois a legitimação das letras nacionais, assim como acontecia com as independências políticas, tem uma efetividade concreta quando elas são reconhecidas pelo outro. Echeverría acaba solicitando a publicação desse texto que o honra e que seria escrito por um autor que “manifiesta buen criterio literario y un conocimiento poco común [...] de la literatura argentina”. Ou seja, Joaquim Norberto sabe o que diz: Echeverría é o melhor poeta e o precursor da renovação das letras na Argentina. Nessa mesma carta, sabemos que Echeverría preparava sua *Mirada retrospectiva*, texto que foi citado neste trabalho e que mostra suas preocupações metodológicas em fundar a historiografia literária nacional:

Voy a ocuparme de una *Mirada retrospectiva* sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 30 en adelante. Precisamos inventariar lo hecho para saber dónde estamos y quiénes han sido los operarios. No creo haya otros nombres que los de nuestra gente. (p. 291, os destaques são de Echeverría).

A resposta de Gutiérrez é datada no dia 30 de janeiro de 1845, no Rio de Janeiro, e nela pode-se perceber a obediência e a devoção que Esteban Echeverría despertava no seu amigo, que compilará, anos depois, sua *Obra Completa*. Escreve Gutiérrez:

No he podido obtener todavía la *Revista o Minerva Brasileira* [sic] que se ocupa de nuestra literatura; pero no puedo persuadirme que sea exacto, aunque se haga justicia

a algunos de nuestros escritores. Yo me propongo publicar donde pueda mis estudios continuos sobre nuestra literatura; los poetas de mi patria, así como los guerreros de la Independencia, son mis héroes, mis amores, mis *lares*, y he de hacer cuanto pueda para su gloria. (p. 293)

O texto demonstra que Gutiérrez se deu ao trabalho de buscar a revista em questão, sem sucesso, é verdade. Porém, interessa-nos a segunda parte do parágrafo citado. Os “estudios contínuos” sobre literatura argentina que Gutiérrez quer publicar “onde puder” são uma pista perdida de sua produção. Como vimos, Gutiérrez não publicou em vida nenhum trabalho específico sobre o conjunto da literatura argentina, embora tenha levado a prelo a maioria de seus estudos particularizados sobre obras de poetas “nacionais”. Um mês depois dessa última missiva, Gutiérrez escreve novamente do Rio de Janeiro a Echeverría. A carta é datada no dia 25 de fevereiro de 1845 e começa assim:

Mi querido Esteban: A pesar de lo que dije a V. en mi anterior traté de ponerme en relación con el autor de las *Indagaciones sobre la literatura argentina*. Me pareció que el mejor medio era escribir *unos apuntes* sobre el mismo asunto para llenar vacíos y rectificar juicios equivocados de que abundaba la *Minerva*, dedicándolos al autor del artículo. En consecuencia, ayer recibí la visita del S. Joaquim Norberto de Sousa Silva, el cual es un joven modesto entregado de buena fe y con buenos antecedentes a la cultura de las letras; me presentó un libro suyo de poesías: *Modulaciones poéticas*, a cuyo frente se halla un bosquejo *da historia da poesia brasileira*. Es autor de varias otras obras. [...] Está traduciendo mis apuntes para la *Minerva*; es preciso que V. no descuide esta relación porque puede ser importante para en adelante. Yo trato de acopiar cuantos materiales puedo para conocer la literatura de este país que algunos niegan, pero sin razón; hay hombres de capacidad y sobre todo de imaginación. Por otra parte, cuanto se dijese sobre este asunto sería completamente nuevo en nuestras Repúblicas. (pp. 293-294)

Podemos observar que Gutiérrez entra em contato com Norberto e acumula material sobre literatura brasileira, que “alguns negam sem motivo”. Aparentemente, seus “Apuntes sobre literatura argentina” estavam sendo traduzidos pelo próprio Norberto para serem publicados na revista *Minerva Brasiliense*. Após percorrer todos os volumes da *Minerva*, não achamos nenhum rasto dos “Apuntes” de Gutiérrez, nem

sequer na *Ostensor*. Uma possível hipótese para o fato é que, como o próprio Gutiérrez declara, o objetivo de seu texto era o de “llenar vacíos y rectificar juicios equivocados de que abundaba la *Minerva*”, o que explicaria porque Norberto decidiu não colocar em xeque ou em contradição a suas *Indagações*. Seguindo a mesma linha de pensamento, podemos imaginar que, talvez, Joaquim Norberto não tenha achado pertinente publicar um artigo que evidenciasse suas falências como crítico, ainda mais sendo de um autor que, sem dúvidas, ele mesmo achava ser o mais autorizado — pelo conhecimento e pela participação ativa nas letras argentinas — para falar sobre o assunto. Porém, a pista não acaba aqui, pois, falando da nacionalidade da literatura brasileira no Capítulo 2 de sua *História*, publicada na *Revista Popular* em abril-junho de 1860, Norberto observa que:

Distinguiu-se entre eles [autores americanos que falaram da nacionalidade das letras] o Sr. João Maria Gutiérrez, jovem literato argentino, e que, tendo de tratar dos poetas do Rio da Prata, pensou dever protestar contra uma asserção que também foi aplicada à literatura do seu país.”¹³⁶

Trata-se da questão sobre a possibilidade de uma língua *criar* mais de uma literatura, coisa que para Joaquim Norberto e para Gutiérrez é claramente possível (obviamente possível, diríamos), pois disso depende nada menos que a nacionalidade de suas produções e de seus compatriotas. Porém, o curioso é que Norberto cita uma extensa explicação de Gutiérrez sem declarar a fonte nem nenhuma referência bibliográfica. Não achamos, entre os artigos e livros publicados por Gutiérrez, essas palavras. Trata-se, acaso, de uma citação dos “Apuntes” perdidos de Gutiérrez? Não podemos saber... De todo modo, chama a nossa atenção o fato de um estudioso (e cuidadoso) dos “documentos” da literatura argentina tenha deixado livre à própria

---

¹³⁶ Sousa Silva, J. N. de. *História da Literatura Brasileira*, op. cit., p. 79.

sorte uma tradução para o português de seus “Apuntes” que tanto apreciava, segundo o que podemos observar no seu epistolário.

Um último aporte à troca de olhares é dado pelo próprio Mármol, que, em carta datada no dia 13 de setembro de 1845, escreve, do Rio de Janeiro, a Gutiérrez, que nesse momento já estava instalado em Santiago do Chile compilando sua *América Poética*, a seguinte frase: “El redactor del *Ostensor* le manda preguntar a V. hasta qué n° tiene.” (v. II, p. 11). Ou seja, Gutiérrez havia levado para o Chile alguns números do *Jornal Pictoreal*, no qual Mármol publicou seu “Examen crítico...”, e o contato continuava aberto. Norberto, no final do Capítulo 3 da sua *História*, até cita Mármol. Trata-se de um dos “Fragmentos de minha carteira de viagem” da revista *Ostensor Brasileiro* n. 25. É uma citação que ressalta o “americanismo” ostensivo de Mármol, um “ilustre filho” da América, nas palavras de Norberto. (p. 133).

CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES E ADENDO: PODEMOS FALAR HOJE DE LITERATURA NACIONAL?

I – Conclusões e demais ataduras

Partimos do geral, isto é, da pulverização conceitual pela qual gradualmente passaram as ideias de Romantismo(s) e nacionalismo, para chegarmos ao particular, ou seja, à adaptação, à discussão e à particularização desse ideário no Brasil e na Argentina. Priorizamos os discursos historiográficos, principalmente a produção crítica e histórica da literatura local, e recortamos um *corpus* no qual as correlações apareceram com maior clareza. Houve até uma troca de olhares que, na década de 1840, foi produzida no Rio de Janeiro e que trouxe implicações políticas e literárias. Continuaremos neste último capítulo por esse caminho.

A reorganização das nações emergentes no Ocidente, fundamentalmente na Europa, teve seu itinerário marcado pelos focos revolucionários que reconfiguraram profundamente o ideário das elites. As reverberações e os ecos revolucionários também tiveram seus gritos deste lado do Atlântico, começando no Haiti e expandindo-se, depois, por todo o território americano. Na Europa, a ascensão da burguesia como sujeito privilegiado da história correspondeu sua legitimação literária e, depois, historiográfica. Na América Latina, como vimos, a historiografia, em geral, e a literária, em particular, escritas pelas elites foram centrais no momento de “inventar” e definir os laços identitários das nações emergentes. Dessa forma: “La historiografía podía brindar instrumentos cohesivos e identificatorios bajo la forma de un relato de los orígenes, entendido como una especie de ‘autobiografía’ de la nación.”¹³⁷ A nação como sujeito histórico, como “espírito do povo” (*Volksgeist*) no qual recaía toda sua soberania, traçava, dessa maneira, a sua “autobiografia” feita de

---

¹³⁷ Devoto, F. “La contrucción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá”. In: Carlos Altamirano (dir.) *Historia de los intelectuales en América Latina: I – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 269.

retalhos e impressões nem sempre harmônicos. As tensões, as polêmicas e as disputas também marcaram sua presença ao longo do século XIX, o que nos leva a confirmar que, apesar de as elites terem colocado o “instinto de nacionalidade” no centro das discussões, elas mesmas divergiam sobre qual ou quais seriam os critérios de organização e quais as figuras que a historiografia levantaria no seu panteão secular dos chamados heróis da pátria, para assim estabelecer o “culto” à nação.

Ora, quais foram os pontos de contato, ou as semelhanças mais notórias, entre os românticos argentinos e brasileiros que se entregaram à tarefa de “escrever” a nação? Em primeiro lugar, como vimos, ambos os Romantismos tiveram uma forte relação com a França, epicentro revolucionário e centro intelectual. Os dois vates dos Romantismos nas duas margens do rio da Prata se formaram em Paris: Echeverría e Magalhães. Eles, inclusive, foram comparados pelos próprios contemporâneos e colegas. Na cidade das Luzes, além disso, foi impressa a revista *Nitheroy* (1836), cujos dois únicos números são o marco do Romantismo brasileiro. Além disso, os ideais da Revolução e o grito de *Liberté, Égalité e Fraternité* ecoaram deste lado do Atlântico e serviram de alavancas para elevar discursos ideológicos, tanto “democráticos” como “liberais”.¹³⁸

Outra semelhança está dada na formação e coesão das elites letradas. Em 1822, o Brasil independente de D. Pedro I, ao insistir no velho projeto português de anexar a seu território a província Cisplatina (Banda Oriental do Uruguai), dá um sinal de alerta. Diante da iminência de guerra com o Brasil imperial, a Argentina restabeleceu uma

---

¹³⁸ Sobre o suposto paradoxo brasileiro de “misturar” liberalismo com escravidão, aquilo que Roberto Schwartz chamou de “ideias fora de lugar”, ver os ensaios de Alfredo Bosi (elucidação e agudeza): “As ideias liberais e sua difusão da Europa ao Brasil” e “Liberalismo ou escravidão: um falso dilema?” In: *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 276-312.

constituição unitária e iniciou, em Buenos Aires, o governo de Bernardino Rivadavia. Antes de eclodir o conflito, em 1825, Rivadavia instaurou uma série de reformas com o intuito de modernizar a futura capital. Atento às novidades europeias — a sugestiva correspondência de Rivadavia com o filósofo inglês Jeremy Bentham e com o filósofo francês Antoine Louise Claude Destutt de Tracy, criador da disciplina “Ideologia”, demonstram o fato —, Rivadavia concretizará a fundação da esperada Universidade de Buenos Aires, em 1822. Até esse momento, só existia a Universidade de Córdoba, que tinha sido fundada pela Companhia de Jesus como Collegium Maximum, em 1610, e como universidade, em 1613. Os programas e os conteúdos das disciplinas ditadas na Universidade de Buenos Aires estariam ao tanto das novidades europeias em matéria de Ideologia, Direito, Economia Política etc. Foi nessa instituição, por meio das bolsas outorgadas pelo próprio Rivadavia, que se formou a chamada “Geração de 1837”. Se as bolsas universitárias de Rivadavia e seus ideais de formação de uma elite política e cultural conseguiram algum resultado, uma boa parte da elite brasileira, formada em Coimbra, teve elementos notáveis de coesão.

Contudo, a homogeneidade da elite imperial, cuja análise mais detalhada foi desenvolvida por José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem e Teatro de sombras*, foi pensada e executada, justamente, para que não acontecesse o que se passou com as ex-colônias espanholas: a fragmentação e o caudilhismo. De certa forma, ela obteve sucesso, pois, no Brasil, nenhum dos levantes ao longo do século XIX acabou segregando, ao menos geograficamente, o Império. Porém, também devemos remarcar que as tensões persistiram dentro do Brasil, como nota Murilo de Carvalho:

É importante salientar esses aspectos [desigualdade de população e riqueza entre as regiões do império] para que não fique a impressão falsa de uma unidade perfeita da

elite. Exatamente porque não correspondia à realidade social e econômica do país, exatamente por ter sido politicamente criada, é que a unidade foi importante para evitar que forças centrífugas levassem o País ao mesmo destino da América Espanhola.¹³⁹

De todo modo, é necessário destacar que, apesar das diferenças, principalmente pelos vínculos com a antiga metrópole, ambas as elites pensaram a nação (sua unidade, sua organização e seu suposto destino) a partir dos mesmos ideários: a secularização do Estado em formação. Porém, os vínculos mais estreitos se dão, sobretudo, no momento de organizar os “documentos” da pátria e, fundamentalmente, a literatura como discurso legítimo e insubstituível da nacionalidade. Isto é, ambas as elites pensaram em uníssono, a igual ao resto da América Latina, em um modo de historizar o passado para “entender” o presente e entrever, ou “adivinhar”, uma pretendida grandeza futura: são os exaltados inícios da visão nacionalista e ufanista do futuro dos Estados nacionais modernos. Contudo, essas elites incorreram, não poucas vezes, no mesmo erro: levar a “nacionalidade” até a colônia, coisa que os deixava com um punhado de questões sem resolver e com a certeza de que as independências tinham sido realmente os pontos de partida.

Logo, outro ponto em comum é, sem dúvida, a pergunta que fica na maioria das vezes sem resposta: “O que fazer com o passado colonial?” O paradoxo se dá no momento em que se coteja a “novidade” da nação (e quase não há romântico que não festeje, justamente, seu “nascimento”) com as pretensões de longevidade do nacionalismo. Apesar dos esforços das elites letradas em reclamar a legitimidade desse passado em estado de “destino manifesto”, a problemática permanece sem solução. Vimos como Magalhães e Joaquim Norberto atacavam e deploravam o passado

---

¹³⁹ Carvalho, J. Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 133. (Essa edição possui, no mesmo volume, *Teatro de sombras: A política imperial*).

português, como o faziam os românticos argentinos com a Espanha. Embora Varnhagen seja o menos crítico desse passado, que ele tenta incorporar mais na sua *História geral do Brasil* (1. Ed. de 1854-57) que em seu *Florilégio*, não devemos nos esquecer de que um dos critérios para a inclusão ou exclusão de autores da antologia era o lugar onde nascia o poeta. O solo e a pátria sempre guardaram esse vínculo estreito: tudo recai dentro de seus limites. A metáfora do embrião ou da gestação de uma literatura nacional não funciona como norma quando os Estados-nação fazem recair depois das independências políticas toda sua legitimidade (e isso também serve para o caso do Brasil).

Outro dos critérios em comum foi a diferença entre a língua “castiça” das metrópoles e as americanas. Norberto e Gutiérrez são o melhor exemplo disso. É verdade que alguns dos projetos demoraram mais para se concretizarem na Argentina, principalmente antes da Batalha de Caseros, pois, como vimos, o Romantismo argentino foi evocativo e “dito” desde o exílio. Contudo, com o tempo, os recursos para dar conta da “nacionalidade” foram quase idênticos em ambas margens do rio da Prata. Por exemplo, enquanto na *Revista do IHGB* as biografias de “ilustres” brasileiros foram uma constante desde os primeiros números (em 1838), na Argentina será preciso esperar até a década de 1860 para que Gutiérrez faça isso na *Revista de Buenos Aires*. Já a historiografia nacional canônica, e não literária, isto é, aquela que formará o panteão dos chamados próceres ou heróis, ocorreu, em ambos os países, quase ao mesmo tempo, pois a mencionada *História geral do Brasil* de Varnhagen, corresponde à *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (1. ed. 1858) de

Bartolomé Mitre.¹⁴⁰ Ambas histórias serão as fundadoras da primeira visão canônica e secular de um Estado-nação ainda em formação.

A troca de olhares também serviu para demonstrar quais eram as urgências e desejos das elites letradas com respeito ao reconhecimento, por parte do “outro”, do que é próprio. E nisso, tanto Norberto e suas citações de estrangeiros (incluindo Gutiérrez e Mármol) que davam aval à existência de uma literatura brasileira como Sarmiento em suas entrevistas com D. Pedro II, que lera “com paixão” sua obra e o introduzira aos seus pares, são claros exemplos. São dois reconhecimentos que perseguiram as nações emergentes. Não só as independências, que constituíram o reconhecimento político da soberania de um novo Estado pelas outras nações, mas também o reconhecimento das produções literárias, da poesia própria, local, feita pelo que consideravam o “gênio inspirado da pátria”, no solo (a natureza), e que viria a dizer de maneira cabal o “ser nacional”:

Afirmar que o capital literário é nacional, ou que ele existe em uma relação de dependência do Estado e em seguida da nação, permite ligar a ideia de uma economia própria ao universo literário à de uma geopolítica literária. De fato, nenhuma entidade “nacional” existe por si mesma e nela mesma. Nada é mais internacional, de certa forma, que o Estado nacional: ele só se constrói em relação a outros Estados e muitas vezes contra eles. Em outras palavras, não é possível descrever qualquer Estado [...] como uma entidade autônoma, separada, que encontra em si mesma o princípio de sua existência e de sua coerência. [...] O Estado é uma realidade relacional, a nação é inter-nacional.¹⁴¹

Essa relação, além do mais, assemelha-se com a relação que os signos linguísticos têm entre si, ou seja, a negatividade: uma nação e sua literatura deviam ser o que não eram as outras. Levado ao extremo, esse argumento é irracional e recai numa aporia. Voltaremos a falar sobre essa questão em seguida.

¹⁴⁰ Sobre esse assunto em particular, ver o texto mencionado na nota 136.

¹⁴¹ Casanova, P. *A república mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, pp. 54-55.

Uma das diferenças mais notáveis entre as produções historiográficas literárias na Argentina e no Brasil está dada pelo retardamento, que chamamos de “potencialidade”, da elite letrada rioplatense e pela rápida disseminação e institucionalização das produções da elite brasileira. Porque enquanto no Brasil, como vimos anteriormente em “Antecedentes”, após poucos anos da Independência, já existia uma primeira “história literária”, embora escrita por um estrangeiro (Ferdinand Denis) e ligada como apêndice à literatura portuguesa; na Argentina, cuja instabilidade política e social, visível na fragilidade institucional que levará Rosas ao poder e resultará em guerras civis e facciosas, apenas existia um pequeno volume de poesias “nacionais” intitulado *La lira argentina*, que cantava os triunfos sobre os espanhóis. Sem dúvida, a efetividade da formação política da elite brasileira, que Murilo de Carvalho crê responsável pela não fragmentação do Brasil imperial em pequenas repúblicas, como no caso das ex-colônias espanholas, e o forte vínculo com as instituições (para a produção científica, histórica e literária o IHGB foi fundamental) são responsáveis por essa proliferação historiográfica única na América Latina da primeira metade do século XIX.

É verdade que houve na Argentina do final da década de 1830 um ideário e um forte desejo de institucionalização científica e literária representado pelo Salão de Marcos Sastre de 1837, aquele que dá nome a toda a geração romântica. De todo modo, o Salão não soube ou não pôde concretizar o desejo. Entretanto, os mesmos homens do exílio, cujo conjunto se chamará “os proscritos”, a partir da *Historia de la Literatura Argentina* (1916) de Ricardo Rojas, voltarão, depois da Batalha de Caseros — alguns participarão, como no caso de Sarmiento, do combate — à “pátria” e retomarão com entusiasmo e ânimos efervescentes as discussões em torno do destino

da nação e da “república possível”. Também haverá reformulações no campo literário, sendo Juan María Gutiérrez o principal agente dessas leituras. Se as diferenças de privilégios entre Buenos Aires e o interior da Argentina, que desde antes da independência foram veículo de disputas e guerras intestinas, e ficaram, contra muitos dos prognósticos, mais agudas após a queda de Rosas, também no Brasil houve sérios levantes ao longo, fundamentalmente, da primeira metade do século XIX, que configuraram regiões bem definidas dentro do Império, com consequências não apenas políticas. Isso ainda era claro para um dos últimos românticos brasileiros (ou ao menos escritor de transição entre o Romantismo e o Realismo), no terreno estritamente literário:

No decênio de 1870, um escritor nordestino, Franklin Távora, defendeu a tese de que no Brasil havia duas literaturas independentes dentro da mesma língua: uma do Norte e outra do Sul, regiões segundo ele muito diferentes por formação histórica, composição étnica, costumes, modismos linguísticos, etc. Por isso, deu aos romances que publicou o título geral de *Literatura do Norte*.¹⁴²

Até aqui, vimos a pertinência de relacionar as produções historiográficas literárias da Argentina e do Brasil, ressaltando suas semelhanças e diferenças sem forçar comparações aleatórias e estabelecendo a importância da troca de olhares. Este é o momento de, como anunciamos na “Introdução”, colocar dentro do marco, tenso e móvel, daquilo que chamamos literatura latino-americana, essa comparação, já que a postergação acadêmica, ao menos dentro da América Latina, e apesar dos esforços de Ángel Rama, Antonio Candido ou Ana Pizarro, continua seu reinado dentro das possibilidades de integração cultural. Para isso, apenas usaremos como exemplo as produções historiográficas mais relevantes na América Latina e suas datas de

---

¹⁴² Candido, A. “A nova narrativa”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 200.

concretização, o que nos eximirá de entrar em grandes detalhes. Isto é, poderemos ver como em toda a América Latina a busca das elites letradas se concentrou em concretizar histórias, bosquejos, antologias de escritores *nacionais* etc., que deram conta da emergência da nação. Essa construção (invenção), que acabará mais tarde formando os cânones nacionais, deu-se em uníssono na América Latina e, poderíamos dizer, em todo o Ocidente, sob o signo do liberalismo. Vale esclarecer que o movimento historiográfico liberal, tal como foi descrito no “Capítulo 2”, deixou sua marca em toda América Latina e foi o motor das buscas, mais ou menos documentadas, das elites americanas pelas literaturas locais como requisito para “entrar na História”, no fatal progresso da modernidade capitalista. O progresso era como um anjo exterminador, na precisa metáfora de Walter Benjamin.

Para ressaltar o prestígio dos Estados nacionais emergentes, principalmente diante dos olhos dos “outros”, as elites da América Latina, entre outras modalidades discursivas, legitimaram-se por meio de histórias, florilégios, bosquejos e demais práticas da historiografia literária. Dessa forma, entre as décadas de 1840 e 1860, aparecem as primeiras histórias nacionais. Em 1844, José Manuel Valdez e Palacios publica *Bosquejo sobre el estado político, moral y literario del Perú en sus tres grandes épocas*, no qual, uma vez mais, o binômio literatura-política aparece já no título, agregando o poder das *mors*, tão caro aos liberais. No mesmo ano, Joaquim Norberto, que já havia publicado as *Modulações poéticas* (1841) e o *Bosquejo da história da poesia brasileira* (1841), publica seu *Mosaico poético* (1844) em colaboração com Emílio Adet. Em 1850, no Chile, onde Gutiérrez já havia dado a conhecer sua *América Poética* (1846) e Andrés Bello já havia publicado vários de seus estudos literários e ensaios historiográficos, é publicada a *Historia eclesiástica, política y literaria de Chile*

de José Ignacio Víctor e Eyzaguirre, com ecos do pré-secular (eclesiástico) e novamente o binômio mencionado. Em 1854, na Colômbia, José María Samper escreve *Nuestra literatura*, onde o possessivo se “nacionaliza”. Já em 1867, aparece a *Historia de la literatura en Nueva Granada desde la Conquista hasta la Independencia* de José María Vergara y Vergara. Nesse mesmo ano, mas no Chile, Adolfo Valderrama publica seu *Bosquejo histórico de la poesía chilena*. Em Cuba, a primeira notícia que se tem, ainda sob o influxo espanhol que durará até 1898, data de 1859. Trata-se dos *Apuntes para la historia de las letras y de la instrucción pública en la isla de Cuba*, uma obra em três volumes publicada por Antonio Bachiller y Morales. Em 1860, Pablo Herrera escreve seu *Ensayo sobre la historia de la literatura ecuatoriana* e, em 1868, aparece a *Ojeada histórico-crítica sobre la poesía ecuatoriana, desde se época más remota hasta nuestros días*, isto é, das brumas do tempo até o presente, de Juan León Mera. Já no México, também em 1868, publica-se *Del movimiento literario en México* de Pedro Santacilia. Em 1864, na Bolívia, Gabriel Moreno publica sua *Introducción al estudio de los poetas bolivianos leída en la sociedad literaria de San Luis...*

Essa tendência vai se acentuando perto do final do século XIX, quando os Estados-nação latino-americanos começam a se consolidar, demarcando não apenas seu acervo literário, local, próprio e nacional, mas também as fronteiras com os países limítrofes, reforçando os exércitos, celebrando festas pátrias e enaltecendo os altares seculares dos chamados heróis da pátria. Como afirma Pascale Casanova:

Sendo a língua ao mesmo tempo um problema de Estado (língua nacional, portanto objeto político) e “material” literário, a concentração de recursos literários produz-se necessariamente, pelo menos na fase de fundação, dentro dos limites nacionais:

língua e literatura foram ambas utilizadas como fundamento da “razão política”, uma contribuindo para o enobrecimento da outra.¹⁴³

Cremos ter contribuído, mesmo que minimamente, porém de modo sugestivo, à análise comparativa da literatura produzida no Brasil e no resto da América Latina. O caso Brasil-Argentina foi nosso foco, mas, como vimos, a produção historiográfica literária se deu em uníssono em quase todo o Ocidente. Apresentamos o contexto para futuras pesquisas, ficando fora da nossa análise as relações entre o resto das produções na América Latina, cuja complexidade excede a intenção desta pesquisa.

II – Adendo: o liberalismo como axioma não lógico. Do que falamos quando falamos de nacionalismo literário hoje.

Dedicaremos este último espaço para traçar os vínculos com o presente deste caudal de tensões que chamamos de “literatura nacional”. Retomaremos, então, aquela comparação que deixamos aberta entre os Estados-nação e os signos linguísticos, que se diferenciam uns dos outros pela negatividade: são o que os outros não são.

Em primeiro lugar, devemos recordar que, na mesma época em que surgiam as primeiras manifestações de tom nacionalista no sentido atual do adjetivo (Europa do final do século XVIII – como no caso de Fichte), o polígrafo Goethe, que já havia declarado que o romântico era “o doente”, cria o termo *Weltliteratur* (“Literatura mundial”), que, nas palavras de Auerbach: “não se refere simplesmente aos traços comuns da humanidade, e sim a esta enquanto fecundação recíproca de elementos

---

¹⁴³ Casanova, P. *Op. cit.*, p. 52.

diversos” e cujo pressuposto seria a “*felix culpa* da dispersão do gênero humano numa variedade de culturas”.¹⁴⁴ Convívio pós-Babel em fecundação recíproca de elementos diversos: literatura.

Ora, também são esses os anos em que a *Fraternité* da tríade revolucionária da França pretende reunir como irmãos de um mesmo Estado nacional o povo em seu conjunto. Ou seja, começam a se unificar os critérios culturais e linguísticos, assim como as tradições, deslocando de maneira irreversível a irmandade religiosa (os homens como filhos de Deus) e o poder soberano (o *Ancien Régime*), para dar impulso ao processo de secularização que se concluirá, como sugerimos, quando panteões laicos dos chamados heróis da pátrias estiverem delineados e consagrados: com seus ritos e festas estabelecidos no calendário. A literatura formou parte desse todo, como portadora privilegiada do que há de “próprio” ou original, porém, nesse caso, sem “fecundação recíproca”.

E aqui encontramos a encruzilhada. Pois, se a Declaração dos Direitos do Homem de 1789 foi a bandeira da democracia moderna — que paulatinamente, no Ocidente, será confundida (ou fundida) com o liberalismo a ponto de quase não ser mais possível distingui-los —, o próprio título incorrerá em um erro que Hannah Arendt (primeiro) e Giorgio Agamgen (depois) souberam entrever com agudeza:

En el sistema del Estado-nación, los denominados derechos sagrados e inalienables del hombre se muestran desprovistos de cualquier tutela desde el momento mismo en que ya no es posible configurarlos como derechos de los ciudadanos de un Estado. Esto es algo que, si bien se mira, está implícito, en la ambigüedad del propio título de la Declaración de 1789. *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen* donde no está claro si los dos términos designan dos realidades distintas o forman una endiádis, en la que el primer término está, en realidad, contenido siempre en el segundo.

---

¹⁴⁴ Auerbach, E. “Filologia da literatura mundial”. In: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 357.

El orden político del Estado-nación no reserva para algo como el puro hombre en sí ningún espacio autónomo [...]¹⁴⁵

A Declaração dos Direitos do Homem deixa claro, como sugere Agamben, quão sujeitos a essa ordem pretensamente universal ficam os indivíduos dentro de um Estado-nação. O homem é, no entanto, sujeito a um Estado-nação. É a apropriação do mesmo conceito de “vida”, que antes lhe pertencia ao soberano (*Ancien Régime*) e que passa a fazer parte inseparável do Estado nacional. Essa entidade reunirá, com o monopólio da violência, em limites precisos, embora em constante tensão, uma comunidade étnica, linguística e cultural; o que não deixa de ser uma ilusão. Ao mesmo tempo, alimentará uma noção completamente nova: o nacionalismo.

A primeira vez que se utilizou essa palavra foi, curiosamente, para denunciar o caráter de intolerância que essa nova ordem levava. Foi o abade Barruel, em seu ensaio de 1798, *Mémoires pour servir à l’histoire du jacobinisme*, que escreveu: “O nacionalismo ocupou o lugar do amor geral [...] Foi, assim, permitido desprezar os estrangeiros, enganá-los e ofendê-los. Esta virtude foi chamada de patriotismo.”¹⁴⁶

Porém, com o passar do tempo, a literatura abriu uma fenda nesse enfoque, como se não pudesse ser eternamente (tanto para trás como para frente) vinculada a uma nação. Se bem que, como vimos, os fundamentos para entrar no fluxo do chamado progresso se baseavam, para as elites americanas, em ter uma literatura própria; na medida em que o Estado-nação se conforma, as preocupações dos escritores, paulatinamente desvinculados de seus deveres públicos (em processo de profissionalização), serão outras. Ainda assim, no ensaio de Casanova citado, A

¹⁴⁵ Agamben, G. “Más allá de los Derechos del Hombre” In: *Medios sin fin: Notas sobre política*. Valencia: Pre-Textos, 2001, pp. 24-25.

¹⁴⁶ *Apud* Levi, L. “Nacionalismo”. In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (dir.) *Diccionario de Política* (. Brasília: Editora UNB, 2008, p. 803.

República mundial das Letras, apesar dos ecos extranacionais possíveis de se ouvir, incorre-se no erro de deixar o “homem”, quase naturalmente, sujeito ao Estado e não a suas produções literárias. Isso é uma estranha maneira de separar a literatura do Estado-nação em detrimento do próprio homem (só ele pode deixar de ser nacional), como se apenas a literatura tivesse o direito de “ser” fora das fronteiras do Estado que sujeita seu autor. Porém, Casanova é consciente do processo de autonomia. Por isso, escreve:

Porém, aos poucos, a literatura escapa do domínio original das instâncias políticas e nacionais para cuja instituição e legitimação ela contribuiu. A reunião de recursos literários específicos, que também é a invenção e o acúmulo de um conjunto de técnicas, de formas literárias, de possibilidades estéticas, de soluções narrativas ou formais [...] em suma, essa história específica (mais ou menos distinta da história nacional e da qual tampouco é dedutível) permite que o espaço literário alcance progressivamente uma autonomia, que conquiste sua independência e suas leis próprias de funcionamento dentro das nações definidas politicamente. É quando a literatura consegue se desfazer de sua dependência política que ela passa a só se autorizar a partir de si mesma.¹⁴⁷

O paradoxal é que, depois daquele primeiro momento — que foi centro deste trabalho — em que se procurou a independência política, e a subsequente independência cultural e literária, mais tarde será a literatura a que buscará “se desfazer de sua dependência política”, que buscará sua independência da própria nacionalidade. Contudo, a categoria “literatura nacional” continua tendo estatuto universal, sobretudo nas escolas e nas universidades de cada país, onde são estudadas como legado, tradição e suporte cultural. Novamente o particular e o universal se encontram sem redenção possível.

Ao apresentar o liberalismo como axioma não lógico, como pressuposto da modernidade (no presente, em termos de “democracia americana”), devemos nos

---

¹⁴⁷ Casanova, P. *Op. cit.*, p. 53.

perguntar até que ponto a literatura está ainda sujeita a essa concepção: “Quando se salva o literário no altar secular da nacionalidade?” Ou talvez seja melhor perguntar: “Como se salva?”, “Como se separa?”. Para isso não temos resposta...

É verdade que as próprias categorias literárias, que manifestam uma suposta autonomia política, “salvaram” ao longo do século XX essa distância entre ambas as coisas. Como aconteceu no Brasil com Afrânio Coutinho, em cujo ensaio *Conceito de Literatura Brasileira* declarava que a literatura colonial não existia, já que “Colonial é um conceito de cunho político, inaplicável à literatura. Deve ser abolido do vocabulário da crítica e história literária.”¹⁴⁸ E propunha então que “a literatura brasileira primitiva não é colonial, mas brasileira: barroca, arcádica ou neoclássica”.¹⁴⁹ Contudo, o fato de dizer “literatura barroca brasileira” não exime a nação. O termo “brasileira” só pode significar isso. Os vínculos políticos, pretensamente evitados, permanecem na própria opção.

É claro que não resolveremos aqui algo que apresentamos como aporia. Fica apenas sugerida a problemática implícita que ainda hoje se adere a todo estudo que comece por delinear seu *corpus* como “literatura nacional”. Encerramos este adendo com a sábia apreciação do grande filólogo alemão Erich Auerbach:

De qualquer modo, nossa pátria filológica é a Terra — a nação já não pode sê-lo. É certo que a coisa mais preciosa e indispensável que o filólogo herda é a língua e a cultura de sua nação; mas é preciso afastar-se delas e superá-las para que se tornem eficazes. Temos de retornar, em circunstâncias diferentes, ao que a cultura pré-nacional da Idade Média já possuía: a consciência de que o espírito não é nacional.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Coutinho, A. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1960, p. 23.

¹⁴⁹ Coutinho, A. *Op. cit.*, p. 24.

¹⁵⁰ Auerbach, E. *Op. cit.*, p. 372.

BIBLIOGRAFIA

1 – CORPUS:

Brasil:

BARBOSA, Januário da Cunha (Côn.) *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829. 2 v.

GONÇALVES MAGALHÃES, Domingo José. “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil” em *Nitheróy. Revista Brasiliense*. Paris, 1836.

PEREIRA DA SILVA, J. M. (?) *Parnaso Brasileiro* (citado por Antonio Candido)

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1956. 3 v.

Argentina:

ECHEVERRÍA, Estéban. “Ensayos Literarios” en *Obras Completas*. (Edición crítica de Juan María Gutiérrez). Buenos Aires: Zamora Ediciones, 1972

GUTIÉRREZ, Juan María. *Letras Argentinas*. Buenos Aires: Jackson, s/d.

----- *Críticas y Narraciones*. Buenos Aires: Jackson, s/d.

----- *Escritos históricos y literarios*. Buenos Aires: Jackson, s/d.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras Completas. Vol. 1 Artículos críticos y literarios*. Buenos Aires: Luz de Día, 1948.

----- *Obras Completas. Vol. 2 Artículos críticos y literarios*. Buenos Aires: Luz de Día, 1948.

WEINBERG, F. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Hachette, 1977. (Com as leituras inaugurais de: M. Sastre, J. B. Alberdi, J. M. Gutiérrez e E. Echeverría)

2 – Revistas

As revistas argentinas foras consultados em: Barcia, P. L. *Historia de la historiografía literaria argentina. Desde los orígenes hasta 1917*. Buenos Aires: Pasco,

1999. Já as revistas brasileiras, a exceção da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que se encontra disponível integralmente em versão digital (<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>), o resto das publicações foi consultada na biblioteca de José Midlin:

Minverva Brasiliense. Rio de Janeiro, 1843-45.

Ostensor Brasileiro. Rio de Janeiro, Tipográfica do Ostensor Brasileiro, 1845-46.

3 – GERAL

Abramson, P-L. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

Agamben, G. “Más allá de los Derechos del Hombre” In: *Medios sin fin: Notas sobre política*. Valencia: Pre-Textos, 2001.

Almeida Gonçalves, M. de. “História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: *O Brasil Imperial*. V II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 425-465. (Keila Grinberg & Ricardo Salles org.)

Álvaro Fernández Bravo (comp). *La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Ed. Manantial, Buenos Aires, 2000.

Amora, A. S., *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. Cultrix, São Paulo, 1967.

Ansaldi, W. coordenador, *Caleidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Ariel, Buenos Aires, 2004.

Antelo, R. *Algaravia: discursos de nação*. Florianópolis: UFSC Editora, 1998.

Antelo, R., “As revistas literárias brasileiras”. In: *Boletim de Pesquisa – Nelic*, v. 2, n. 2 (1997), pp. 3-11.

Arrieta, R. A. *La literatura argentina y sus vínculos con España*. Buenos Aires: Uruguay Ed., 1957.

Auerbach, E. *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2007.

Barcia, P. L. *Historia de la historiografía literaria argentina. Desde los orígenes hasta 1917*. Buenos Aires: Pasco, 1999.

Barel, A. B. *Um romantismo a Oeste. Modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

- Bello, A. *Obra literaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n. 50, 2001.
- Benjamin, W. *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- Berlin, I. *Contra la corriente. Ensayos sobre la historia de las ideas*. FCE, Madrid, 1992.
- Berlin, I. *Estudos sobre a humanidade. Uma antologia de ensaios*. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.
- Berlin, I. *Idéias políticas na era romântica. Ascensão e influência no pensamento moderno*. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.
- Berlin, I. *O sentido da realidade. Estudos das idéias e de sua história*. Civilização Brasileira, São Paulo, 1996.
- Blasi Brambilla, A. *José Mármol y la sombra de Rosas*. Buenos Aires: Pleamar, 1970.
- Bosi, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- Bosi, A. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Bosi, A. "Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária". In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Bosi, A. "Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar". In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Bosi, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- Candido, A. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- Candido, A. "A nova narrativa". In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- Carlos Altamirano y Beatriz Sarlo, *Ensayos argentinos, de Sarmiento a la vanguardia*, Ariel, Buenos Aires, 1997.
- Carvalho, J. Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Essa edição possui, no mesmo volume, *Teatro de sombras: A política imperial*).
- Casanova, P. *A república mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- Chiaramonte, J. C. *Nación y estado en Iberoamérica*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- Chiaramonte, J.C., *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Ariel, Buenos Aires, 1997.

- Costa Viotti, E. da. *A abolição*. São Paulo: Unesp, 2008.
- Coutinho, A. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1960.
- Eagleton. T. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- Eagleton. T. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.
- Elias, N. “Uma digressão sobre o Nacionalismo”. In: *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, pp. 117-158.
- Espinar, J. *El Romanticismo*. Buenos Aires: Atlántida, 1947.
- Ferreira, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- García Mérou, Martín. *Libros y autores*. Buenos Aires, Félix Lajouanne, 1884.
- Goldmann, L. “Luzes e dialéctica”. In: *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, pp. 63-74.
- González-Stephan, B. *Fundaciones: Canon, historia y cultura nacional. La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*. Madrid: Iberoamericana, 2002.
- Gutiérrez, J. M. *Cartas de un porteño. Polémica en torno al idioma y a la Real Academia Española*. Buenos Aires: Taurus, 2003.
- Gutiérrez, Juan M, *La literatura de Mayo*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1981.
- Gutiérrez, Juan M. *Escritores coloniales americanos*. Buenos Aires, Raigal, 1954.
- Halperín Donghi, T. *Proyecto y construcción de una Nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- Hobsbawm, E.J e Terence Ranger, *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Hobsbawm, E.J., *A era das revoluções (1879-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Hobsbawm, E.J., *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Hobsbawm, E.J., *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- Hugo, V. *Do grotesco e do sublime*. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Prólogo de Cromwell.)

Jauss, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

Le Goff, J., *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Lopes, H. "O Romantismo faz 150 anos de Brasil desde Gonçalves de Magalhães" e "O Ficcionalista e o Crítico". In: *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997.

Lopes, H. *A divisão das águas. Contribuição ao estudo das revistas românticas*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção ensaio; n 88)

Löwy, M. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Ludmer, J. *El gênero gauchesco: un tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Perfil, 2000.

Lustosa, I. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Lustosa, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Machado, U. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ Editora, 2001.

Mármol, J. *Cantos del Peregrino*. Buenos Aires: Eudeba, 1965. (Edição crítica a cargo de Elvira Burlando de Meyer).

Mármol, J. *Manuela Rosas y otros escritos políticos del exilio*. Buenos Aires: Taurus, 2001. (Félix Weinberg org. e estudo preliminar.)

Menéndez y Pelayo, M. *Historia de la poesía argentina*. Buenos Aires: Austral, 1947.

Michael Löwy e Robert Sayre. *Revolta e Melancolia. O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Moreira, M. E. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

Perroni-Moisés, L. "Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina" e "Golofilia e galofobia na cultura brasileira". In: *Vire e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Prado, M. L. C. "Para ler o *Facundo* de Sarmiento". In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.

Pratt, M. L., *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. São Paulo, EDUSC, 1999.

Prieto, A. *El ensayo en la época romántica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967. (Colección Capítulo de la Historia de la Literatura Argentina, n 13.)

Prieto, A. *La literatura autobiográfica argentina*. Buenos Aires: Jorge Álvarez Ed., 1966.

Rama, A. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2008.

Rama, A. *Transculturación narrativa en América Latina*. Montevideo: Arca, 1989.

Safranski, R. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

Santo, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa. O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Unesp Editora, 2003.

Sarlo, B. *Juan María Gutiérrez: historiador y crítico de nuestra literatura*. Buenos Aires: Escuela Editorial, 1967.

Saulnier, V.L., *La literatura francesa del siglo romántico*. Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 1962.

Sebrelli, J. J. "La república conservadora". In: *Crítica de las ideas políticas argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, pp. 13-58.

Terán, O. *Las palabras ausentes: para leer los Escritos póstumos de Alberdi*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

Todorov T. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Todorov, T. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008

Vallejo, C. *El romanticismo en la poesía castellana*. Buenos Aires: Leviatán, 1999.

Verdeboye, P. "Historia literaria hispanoamericana y conceptos europeos", "El escritor como traductor de la realidad social e histórica: el caso argentino" e "Historia y americanismo en las primeras narraciones argentinas". In: *Literatura argentina e idiosincrasia*. Buenos Aires: Corregidor, 2002.

VV.AA. *A estética romântica: textos doutrinários comentados*. São Paulo: Atlas, 1992. (Álvaro Cardoso Gomes & Carlos Alberto Vechi org.)

VV.AA. Autores pré-românticos alemães. São Paulo: EPU, 1991. (Anatol Rosenfeld org.)

VV.AA. *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004. (Paula Alonso comp.)

VV.AA. *Cronologia de história do Brasil monárquico: 1808-1889*. São Paulo: Humanitas, 2000. (István Jancsó orientação).

VV.AA. *Duelos no serpentário. Uma antologia da polêmica intelectual no Brasil: 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Ed., 2005. (Alexei Buenos & George Ermakoff org.)

VV.AA. *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. (Marcello Carmagnani dir.)

VV.AA. *Historia de los intelectuales en América Latina. I – La ciudad letrada, de la Conquista al Modernismo*. Buenos Aires: Katz Ed., 2008. (Carlos Altamirano dir. & Jorge Myers org.)

VV.AA. *Historiadores e críticos do Romantismo. I – A contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Edusp, 1978 (Guilhermino César org.)

VV.AA. *La polémica del Romanticismo*. Buenos Aires: América Lee, 1943. (Norberto Pinilla org.)

VV.AA. *Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría*. Rosario: Beatriz Viterbo Ed., 2003. (Alejandra Laera & Martín Kohan comp.)

VV.AA. *Nitheroy. Revista Brasiliense*. Edição Fac-similar. São Paulo: Academia Brasileira de Letras, 1978.

VV.AA. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005. (J. Guinzburg org.)

VV.AA. *Resonancias románticas: ensayos sobre la cultura argentina (1820-1890)*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. (Graciela Batticuore, Klauss Gallo & Jorge Myers comp.)

VV.AA. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. (Gopal Balarrishnan org.; introdução de Benedict Anderson.)

Wasserman, F. *Formas de identidad política y representaciones de la Nación en el discurso de la Generación de 1837*. Buenos Aires: Cuadernos del Instituto Ravignani, 1998.

Weinberg, F. *Las ideas sociales de Sarmiento*. Buenos Aires: Eudeba, 1988.

Weinberg, G. *El nacimiento de la crítica: Juan María Gutiérrez*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967. (Colección Capítulo de la Historia de la Literatura Argentina, n 11.)

Weinberg, F. *Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución*. Buenos Aires: Taurus, 2006.

Winock, M. *As vozes da liberdade. Os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

4 – OBRAS DE REFERÊNCIA

Bandeira, M. *Noções de histórias das literaturas*. 2 vol. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1960.

Bethell, Leslei (org.), *Historia de América Latina*. (13 vol.) Universidad de Cambridge, Crítica, Barcelona, 2000.

Bosi, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

Candido, A. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

Carpeaux, O. M. *História da Literatura Ocidental*. 4 vol. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2008.

Hauser, A. *Historia social de la literatura y el arte*. 2 vol. Buenos Aires: Debate, 2002.

Mota, A. *História da literatura brasileira*. 2 vol. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

Rojas, R. *Historia de la Literatura Argentina. Ensayo filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata*. 8 vol. Buenos Aires: Kraft Ed., 1957.

Romero, S. *História da Literatura Brasileira*. 5 vol. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.

Russel, B. *História da Filosofia Ocidental*. 5 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

Veríssimo, J. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

Viñas, D. *Literatura argentina y política*. 2 vol. Buenos Aires: Santiago Arcos Ed., 2005.

VV.AA. *Historia de la Literatura Argentina*. 6 vol. Buenos Aires: Peuser, 1958. (Rafael Alberto Arrieta dir.)